

**SILÊNCIO E PARTICIPAÇÃO: UMA
INVESTIGAÇÃO DA ATUAÇÃO POLÍTICA
FEMININA EM CAMPOS DOS GOYTACAZES**

JOSÉ HENRIQUE MENDES CRIZOSTOMO

**Universidade Estadual do Norte Fluminense
Darcy Ribeiro
Campos dos Goytacazes – RJ
Abril de 2012**

SILÊNCIO E PARTICIPAÇÃO: UMA INVESTIGAÇÃO DA ATUAÇÃO POLÍTICA FEMININA EM CAMPOS DOS GOYTACAZES

JOSÉ HENRIQUE MENDES CRIZOSTOMO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, do Centro de Ciências do Homem, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Sociologia Política.

Orientadora: Prof^a Dr^a Marinete dos Santos Silva

**Campos dos Goytacazes – RJ
Abril de 2012**

SILÊNCIO E PARTICIPAÇÃO: UMA INVESTIGAÇÃO DA ATUAÇÃO POLÍTICA FEMININA EM CAMPOS DOS GOYTACAZES

JOSÉ HENRIQUE MENDES CRIZOSTOMO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política do Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Sociologia Política.

Aprovada em 12 de abril de 2012.

Prof^a. Dr^a. Adelia Maria Miglievich Ribeiro – Doutora em Sociologia
Universidade Federal do Espírito Santo - UFES

Prof. Dr. Mauro Macedo Campos – Doutor em Ciência Política
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF

Prof^a. Dr^a. Yolanda Lima Lobo – Doutora em Educação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF

Prof^a. Dr^a. Marinete dos Santos Silva – Doutora em História (Orientadora)
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF

Agradecimentos

Gostaria de agradecer a FAPERJ/UENF pela concessão de uma bolsa de estudos durante o período do curso de mestrado, possibilitando minha dedicação à pesquisa e às diversas atividades acadêmicas que contribuíram para meu crescimento pessoal, profissional e intelectual.

Aos meus pais pelo constante apoio durante mais este período de minha formação intelectual. Sendo eles, mais do que nunca, meu estímulo para seguir em frente.

Sou grato à minha orientadora, a Profa. Dra. Marinete dos Santos Silva, por me orientar no desenvolvimento deste trabalho, alternando entre períodos de paciência e assertividade instigando-me na conclusão do mesmo, sem nunca se ausentar em estimular-me a alcançar voos maiores e a perceber a vida sob outras perspectivas.

Ao meu querido e inestimável amigo Danilo Venturini, meu alterego favorito, que por um feliz acaso do destino apareceu em minha vida e, a despeito das limitações geográficas e outras dificuldades, se transformou em meu amigo e irmão do cotidiano. Agradeço também aos colegas do Atelier de Estudos de Gênero, em especial a Renata de Souza Francisco; aos meus amigos, amigas e colegas de UENF: Natalia Silveira, Marcos Abraão, Nathalia Andraus, Nathally Carvalho, Iris Mattos, Diego Belo, e muitos(as) outros(as) que por limitação de espaço não posso citar aqui. Agradeço pela atenção, pelas conversas, pelos risos, alegrias e preocupações compartilhados comigo.

Aos professores(as) da UENF que contribuíram para minha formação intelectual, em especial a professora Wania Mesquita, pela oportunidade de aprendizagem em pesquisas durante este período.

A todos que foram citados e aos muitos outros que não pude citar, fica aqui o meu muito obrigado!

“A despeito das diversidades de perspectivas, das peculiaridades dos princípios explicativos, é inegável que a Sociologia nasce e desenvolve-se com as realizações e os dilemas da Modernidade. Tanto assim que ela não abandona essa problemática primordial. Ao contrário, torna e retorna freqüentemente a ela. No presente, como no passado, a Sociologia está empenhada em desvendar o modo pelo qual o homem, Deus e o Diabo estão metidos no meio do redemoinho”.

(Octávio Ianni)

Resumo

O espaço público historicamente foi construído pelos homens e em virtude disso ocupado e vivenciado de forma diferenciada por homens e mulheres. Mesmo com a inserção das mulheres ao campo político, observa-se uma presença quantitativa bem inferior aos homens e persistem formas mais ou menos ocultas de dificultar sua atuação. Partindo deste quadro, esta dissertação tem como objetivo analisar as formas de inserção e a participação feminina na política local em Campos dos Goytacazes, cidade do Estado do Rio de Janeiro, atentando para o seu modo preponderante de atuar na política e as dificuldades encontradas pelas mesmas para se inserir e atuar no campo político. Os métodos de coleta de dados empregados nessa pesquisa exploratória foram a pesquisa bibliográfica, observação direta nas sessões públicas da Câmara de Vereadores e a realização de entrevistas semiestruturadas com as atoras inseridas e envolvidas no cenário político local. Foram levantados também junto à Câmara de Vereadores de Campos dos Goytacazes ações ou leis produzidas pelas vereadoras entre 2009 e 2011 que tenham como alvo as cidadãs campistas. Com base nos dados colhidos, observo que a emancipação feminina é uma condição ainda não concretizada totalmente na realidade social do município evidenciando a necessidade de modificar as estruturas, ações e mentalidades sociais – incluindo aí a mentalidade das próprias mulheres – no sentido de evidenciar a luta desigual desenvolvida por parte das mulheres no jogo político local.

Palavras-chave: Participação política; Poder; Gênero; Mulheres; Política

Abstract

The public space was historically built by men and because of this busy and experienced differently by men and women. Even with the inclusion of women in the political field, there is a quantitative presence considerably lower than men and remain more or less hidden forms of hindering his performance. Based on this framework, this paper aims to analyze the forms of integration and participation of women in local politics in Campos, a city of the State of Rio de Janeiro, attending to their predominant mode of acting in politics and the difficulties encountered by them for to enter and operate in the political field. The methods of data collection were used in this exploratory research literature, direct observation in the public sessions of the City Council and conducting structured interviews with atoras included and involved in local political scene. Were also raised by the City Council of Field Goytacazes actions or laws enacted by councilors between 2009 and 2011 that target the citizens campers. Based on the data collected, I note that the emancipation of women is a condition not yet fully realized in the social reality of the city highlighting the need to modify the structures, social attitudes and actions - including around the mentality of women themselves - in order to reveal the struggle unevenly developed by women in the political game site.

Key-words: Political Participation, Power, Gender, Women, Politics

Lista de tabelas

Tabela 1 – Trabalho dos vereadores entre 2009 e 2011	99
Tabela 2 – Projetos de lei/indicações legislativas das vereadoras de Campos (2009-2011)	100

Lista de figuras

Figura 1 – Brasão da cidade de Campos dos Goytacazes	81
-------------------------------------------------------------------	-----------

Índice

Introdução.....	1
Capítulo 1 – Mulher e política: a institucionalização e crítica de uma exclusão.....	5
Capítulo 2 – Mulher e política: por quê?.....	31
Capítulo 3 – O que a teoria tem a dizer?	41
3.1 – Gênero como categoria de análise.....	41
3.2 – As contribuições teóricas de Pierre Bourdieu	49
3.2.1 – O conceito de <i>habitus</i>	50
3.2.2 – A violência simbólica e a dominação masculina	55
3.2.3 – O conceito de campo e o capital político	62
Capítulo 4 – Metodologia	70
Capítulo 5 – Tema candente ou dilema superado? A situação da mulher no campo político	74
5.1 – “Aqui até as mulheres lutam pelo direito”: mulher e política em Campos dos Goytacazes	78
Considerações finais	110
Referências Bibliográficas	114
Apêndice 1 – Roteiro de entrevistas	119

Introdução

O século XX foi coroado de conquistas para as mulheres. Foi nele que várias demandas históricas foram obtidas, tais como: maior autonomia frente ao marido e à família, aumento na escolaridade feminina, direito ao divórcio, contracepção, direitos sociais, dentre outros. Por todas essas conquistas o século XX recebe a alcunha de “século das mulheres”¹. Mas apesar dessas conquistas, vários desafios se apresentam.

Na realidade social brasileira ainda persistem desigualdades de gênero que se traduzem numa situação de desnivelamento das mulheres frente aos homens em vários cenários: no econômico – já que elas ainda ganham menos que os homens, apesar de terem, em média, um grau de escolaridade maior –, ausência de políticas sociais específicas, menor participação na força de trabalho, a dificuldade de acesso ao campo político, e outros tantos problemas.

Tendo tal cenário em tela podemos perceber que a emancipação das mulheres ainda não é um fato consumado, portanto a luta pela redução das desigualdades de gênero e atenção às demandas femininas se faz necessária. Tendo como meta reverter ou minimizar tal disparate social, a partir dos anos noventa, impulsionadas pelos Estudos Multiculturais, as demandas por reconhecimento e inclusão ganharam destaque nas lutas feministas, visando principalmente à ocupação de espaços políticos, particularmente nas arenas de representação institucional².

A movimentação feminista buscando a ocupação de espaços políticos parte do pressuposto de que mesmo com os direitos da cidadania garantidos tornou-se evidente que apenas estes não bastam para alterar, pelas vias tradicionais da democracia representativa, o quadro de assimetria entre homens e mulheres nas instâncias de poder e representação, guiando a luta feminista no sentido de buscar remover barreiras que impedem uma maior

¹ PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. Mulheres: Igualdade e especificidade. In: _____. **História da Cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003, p. 291.

² ARAÚJO, Clara. “Construindo novas estratégias, buscando novos espaços políticos – as mulheres e as demandas por presença”. In: MURARO, Rose Marie; PUPPIN, Andrea Brandão (Orgs.). **Mulher, gênero e sociedade**. Rio de Janeiro: FAPERJ/Relume Dumará, 2001, p. 82.

ascensão das mulheres aos postos decisórios e representativos da democracia brasileira³. Daí a mudança da luta do paradigma da igualdade distributiva para a questão da diferença, isto é, do reconhecimento de necessidades específicas das mulheres e de outras minorias.

A entrada da mulher no campo político tem encontrado dificuldades e resistências, resultando na baixa representação e na ausência da participação feminina em instâncias decisórias superiores. A esfera política historicamente foi um reduto masculino, sendo ainda hoje um campo problemático para a atuação feminina. Ao longo da história, a divisão entre público e privado foi se constituindo como regiões talhadas para o “masculino” e “feminino”, cada qual desempenhando um papel específico. Aos homens ficava reservado o campo da política, da vida pública, já para a maioria das mulheres restava as responsabilidades pelos afazeres domésticos, a concepção, o cuidado do lar e dos filhos, resultando numa forma de pensar que coloca a associação homem = público e mulher = privado. Michele Perrot critica as representações que essencializam e restringem as mulheres ao campo do lar, do casamento ou da maternidade:

A mulher foi criada para a família e para as coisas domésticas. Mãe e dona de casa esta é a sua vocação, e nesse caso ela é benéfica para a sociedade inteira. (...) Essas representações atravessam o tempo e se enraízam num pensamento simbólico da diferença entre os sexos. Mas assumem formas variáveis conforme as épocas, assim como as maneiras de gerí-las⁴.

Tal lógica age sobre as mulheres fazendo com que muitas vezes sintam-se desestimuladas em se aventurar no campo político. Há também outros fatores limitantes como a questão da dupla jornada de trabalho, realidade presente para muitas mulheres: o trabalho externo, para ajudar no orçamento da casa – sendo às vezes a única fonte pecuniária –, e o trabalho doméstico, o cuidado com os filhos, não havendo tempo para outras atividades. Apesar da

³ Ibid., p. 81

⁴ PERROT, Michele. **Mulheres públicas**. São Paulo: UNESP, 1998, p. 9.

aprovação da Lei 9.504/1997, que fixa o percentual de 30% de vagas a serem reservadas para mulheres nos partidos políticos, entretanto facultando aos mesmos o preenchimento desta cota, a participação política feminina em instâncias representativas ainda é pífia.

No parlamento brasileiro apenas 9,7% das cadeiras são ocupadas por mulheres; há que se registrar que muitas mulheres eram suplentes. Tal cenário evidencia a grande desigualdade de gênero que existe no Brasil no campo da política brasileira. A posse de Dilma Rousseff, a primeira mulher da história a ocupar o cargo de presidente do Brasil, chamou ainda mais a atenção para a situação da mulher na política e na sociedade brasileira, afinal as mulheres são pouco mais de 50% da população brasileira e, no entanto, não conseguem conquistar sequer 10% das cadeiras no parlamento.

A realidade social da cidade de Campos dos Goytacazes não se diferencia da encontrada em âmbito nacional. A inserção e a atuação das mulheres na política enfrenta dificuldades. Apesar de tais dificuldades desde 2008 Campos tem à frente do Executivo municipal a primeira prefeita da história do município: Rosinha Garotinho, que tem a responsabilidade de gerir um orçamento bilionário⁵. A cidade conta também com três vereadoras entre os dezessete presentes na Câmara Municipal. Em termos puramente quantitativos, Campos dos Goytacazes supera a média no que tange à participação feminina na política, mas este trabalho busca demonstrar que mesmo com uma participação feminina quantitativamente superior, a realidade do município é bem similar à do resto do país, havendo várias dificuldades para a participação política feminina.

As mulheres que atuam na política se deparam com uma construção social que tende a essencializá-las e subalternizá-las. Esta construção normatizadora acaba por punir, geralmente – mas não somente – pelas vias simbólicas, as que não seguem determinado padrão idealizado.

⁵ Em 2010, Campos dos Goytacazes ampliou sua participação no PIB brasileiro, que antes era de 0,8% e agora foi para 1%, ou seja, de toda a riqueza produzida no Brasil, 1% foi só em Campos dos Goytacazes. Isso se deve à produção de petróleo, já que o município é o maior produtor nacional. Em virtude disso o orçamento de Campos para 2011, já aprovado pela Câmara Municipal, girará em torno de R\$ 1,9 bilhão. Estima-se que o orçamento de 2012 poderá superar o do ano anterior.

Busco também refletir sobre a condição em que as mulheres fazem política no município de Campos, bem como sua atuação e as formas de acesso ao campo político local e, do mesmo modo, seu comprometimento, ou não, com demandas específicas das cidadãs campistas. Deste modo, são tais objetivos que guiam as discussões deste trabalho.

Assim, estruturei esta dissertação em cinco capítulos. No primeiro busco demonstrar de forma breve como vai sendo talhada ao longo do tempo a exclusão das mulheres do campo político. Os múltiplos discursos e ações utilizados para limitar o acesso feminino ao ambiente público até o surgimento do feminismo moderno no século XX que questionou o estado de coisas até então, lançando luz sobre temas até então ignorados e possibilitando o questionamento de práticas antes naturalizadas.

No segundo capítulo, abordo brevemente as múltiplas discussões que foram desenvolvidas para dar sustentação teórica e justificar a entrada das mulheres na política. Busco evidenciar a progressão de algumas argumentações teóricas que saem de uma visão essencialista da suposta natureza feminina para argumentos mais sofisticados.

No capítulo três, abordo o conceitual teórico utilizado para guiar este trabalho. Por meio das teorias de Joan Scott e da sociologia de Pierre Bourdieu retirei conceitos teóricos tais como o gênero, a dominação masculina, o *habitus* e o campo para proceder a uma análise dos dados colhidos na pesquisa.

No capítulo quatro apresento, a metodologia utilizada na pesquisa e também exponho brevemente algumas dificuldades encontradas para o desenvolvimento da mesma.

No capítulo cinco, inicio a discussão dos dados colhidos no campo de pesquisa, buscando evidenciar as formas como as mulheres percebem os temas ligados ao cotidiano político e social, as dificuldades enfrentadas por elas e a forma como fazem política. Por fim, na última parte deste trabalho faço as considerações finais, onde exponho algumas observações gerais sobre a pesquisa realizada.

Capítulo 1 - Mulher e política: a institucionalização e crítica de uma exclusão

“... a natureza, que só a contragosto a sociedade deve contrariar, prescreveu a cada um dos sexos suas respectivas funções; uma casa de família não deve ficar um só instante deserta”.⁶ (desconhecido. In: Badinter, 1991).

Muito se diz sobre mulher e política. No senso comum alguns tratam esta relação como algo sem importância, afinal as mulheres estão ausentes desse campo há muito tempo. Essa ausência é percebida com certa naturalidade, é posta como estando na ordem das coisas, afinal em vários outros campos e instituições sociais as mulheres tem uma participação diminuta. Mas porque a participação feminina é tão pequena? O apoliticismo feminino seria algo natural ou normal entre as mulheres? Mulher e política não combinam? Seria isso mesmo?

As múltiplas instituições e práticas sociais que organizam, dirigem e dão significado às sociedades tem de ser entendidas como criações humanas, tendo, portanto, uma historicidade, que está inserida em estruturas formais e em conjuntos de valores que são fundados e estabelecidos de forma arbitrária, que acaba por resultar, muitas vezes, em exclusões, ou não, de certos grupos, demandas e valores. Por trás do estabelecimento das instituições sociais há lógicas que pressupõem uma dinâmica de manutenção/reprodução ou mudança na distribuição de bens materiais e simbólicos que estão presentes numa dada sociedade. Assim, para se compreender os processos de exclusão que ocorrem em determinadas sociedades deve-se considerar o papel exercido pelos valores, discursos, símbolos e estruturas hegemônicas que contribuem para a criação de padrões de comportamento que conformam as regras de inclusão e exclusão, já que conforme Beger & Luckman: “...os universos

⁶ Desconhecido. In: BADINTER, Elisabeth. **Palavras de homem (1790-1793): Condocert, Prudhomme, Guyomar**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

*simbólicos são produtos sociais que têm uma história. Se quisermos entender seu significado temos de entender a história de sua produção*⁷.

Partindo desta premissa, podemos compreender as relações de gênero como construtos sociais historicamente concebidos e praticados de forma arbitrária por meio de processos advindos das disputas de poder distribuídas em diferentes momentos históricos e sociais. As relações de poder que surgem como hegemônicas e legítimas, e por isso constituem os referenciais históricos e sociais para construir a arbitrariedade, são as responsáveis por atribuir sentido a outras formas de interação entre os sujeitos⁸.

As diferenças entre mulheres e homens que são definidas como sendo naturais, isto é, como características inerentes a cada um dos sexos acabam por conferir um caráter imutável às relações entre os indivíduos e um caráter essencialista aos diferentes comportamentos, posturas, modos de agir e lugares sociais destinados a cada sexo. A concepção da divisão entre homens e mulheres como sendo “natural”, no sentido de biologicamente determinada, oculta a arbitrária desigualdade que está presente nos processos de diferenciação levados a cabo nas relações de socialização e também de construção de sentido para o que é “ser mulher” e o que é “ser homem”. Ao se afirmar que as diferenças são normais ou naturais assevera-se que há uma inevitabilidade nessas relações. Desta forma, a divisão sexual do trabalho e das relações sociais seria apenas o reflexo de diferenças físicas e psíquicas inerentes a homens e mulheres e, por isso, cada um dos sexos estaria mais bem preparado para ocupar determinado lugar ou exercer determinada atividade. Qualquer transgressão a essa “norma” sugere uma anomalia, já que a divisão estaria na “ordem das coisas”, seria a “lei da natureza” ou a “lei de Deus”.

Para confrontar tal concepção é necessário historicizar as instituições sociais, isto é, desvendar como ocorre a dinâmica de manutenção e mudança

⁷ BEGER, Peter; LUCKMAN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 133.

⁸ SANTOS, Janine Mello dos. **Gênero, representação e instituições**. Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Ciência Política da UnB. Brasília: Universidade de Brasília, 2007.

da organização social ao longo da história. Neste processo de historicização há a abertura para se questionar sobre a existência de uma suposta “natureza humana” imutável que determina como e quais serão as decisões que regerão os sujeitos indefinidamente. Sob esta perspectiva torna-se evidente que os processos de naturalização são esforços perpetrados ao longo da história para atribuir um caráter de inevitabilidade e imutabilidade a determinadas relações sociais.

Cabe chamar atenção para o fato de que o que está oculto nos processos de naturalização é a afirmação de que para determinada situação social não existe nenhuma alternativa e que não há nenhuma opção aos sujeitos a não ser aceitar as imposições que se “apresentam na natureza” e estão “na ordem das coisas desde o início dos tempos”. Como bem salienta Bourdieu⁹, a tarefa da sociologia é retirar esse véu de aparente normalidade e naturalidade que cobre as relações sociais e demonstrar que por detrás de discursos que aparentam uma suposta coesão e paz social há conflito, há um jogo de relações desiguais de poder que se desenvolve cotidianamente, mas que muitas vezes não é percebido enquanto tal. Mas para vencer a tendência naturalizadora devemos recorrer à historicização, onde nada pode ser colocado fora da esfera da história e da constituição da realidade que é realizada pelos próprios sujeitos que estão distribuídos de forma desigual nos círculos de poder das sociedades existentes em cada momento histórico. Devemos observar que não há nada fora das construções sociais que são fundadas pelos sujeitos, não existem forças externas que ajam impositivamente no sentido de prescrever que determinada relação social estabelecida entre os indivíduos seja desta ou daquela forma, o que há são configurações e arranjos de poder que atribuem legitimidade a uma dada ordem em prejuízo de muitas outras possíveis¹⁰.

Hobsbawm & Ranger¹¹ observam que o verdadeiro objetivo em se estabelecer tradições, por meio de processos de naturalização, é que estes permitem a estruturação de determinados modos de vida social como coisas

⁹ MICELI, Sérgio (Org.). **Pierre Bourdieu: A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 5ª Ed., 1999.

¹⁰ SANTOS, *Op. Cit.*, p. 23.

¹¹ HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. “Introdução: A invenção das tradições”. In: _____. **A invenção das tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 4ª Edição, 2006, p. 9-23.

imutáveis e invariáveis. A invariabilidade possibilita que para qualquer tentativa de mudança seja necessária a sanção daquela tradição precedente, havendo a necessidade de se respeitar uma determinada continuidade histórica que seria capaz de controlar as características e consequências das mudanças através de referenciais de um passado histórico com o qual se busca manter uma continuidade, ainda que artificial.

Em função da configuração atribuída à organização social de uma sociedade, os sujeitos internalizam certos papéis que lhes são apresentados como legítimos e adequados, sem se questionarem sobre o porquê desta ou daquela forma de comportamento. O que ocorre na sociedade é criada nela mesma, não tem uma gênese externa, apesar de não ser percebido desta forma.

Assim é importante observar como vão se constituindo os discursos e ações formais e simbólicas que surgem ao longo da história para sustentar a desigualdade entre os sexos e também a necessidade de manter a mulher longe das instâncias públicas, dos foros decisórios, do campo da política. As mulheres durante muito tempo ficaram à margem até mesmo da escrita da história dita “oficial”, salvo algumas raras e pontuais exceções. Quando não estavam totalmente excluídas dos relatos históricos, elas apareciam mistificadas em figuras ou representações que serviam de inspiração para os demais membros da sociedade e para a imaginação coletiva. Foi assim com o culto da Virgem Maria celebrado pela Igreja Católica que leva milhares de fiéis pelo mundo a peregrinações. Do mesmo modo, os saint-simonianos idealizavam a salvação do gênero humano por obra e graça da Mãe, vinda do Oriente¹², dentre muitas outras representações. Diversas tradições representativas foram criadas idealizando a figura feminina como uma representação de valores patrióticos e nacionais, tais como as concepções de Nação, do Estado ou da República.

Na mesma medida em que se exaltam os traços femininos nas situações de crises, guerras e revoluções, transmutando-os em símbolos para inspirar toda a sociedade, se mantinham as mulheres à parte das grandes decisões,

¹² PERROT, Michele. **Mulheres públicas**. São Paulo: UNESP, 1998.

mesmo quando elas marcaram presença nas lutas, sua participação em geral não foi reconhecida e nem retratada nos textos históricos. A exclusão feminina na história é reflexo de sua exclusão na política, por isso para entendermos o porquê da dificuldade feminina em obter êxito em sua inserção na esfera do poder político é necessário fazer historicizar tal exclusão. Essa exclusão gerou um universo simbólico acerca da figura feminina e que resultou na atual relação problemática entre mulher e espaço público.

O diálogo entre a sociologia e história é válido para auxiliar na compreensão dessa exclusão, que nos dá a ilusão de estar presente desde sempre, sendo assim tomada como natural ou normal. Berger & Luckman consideram a sociologia como uma disciplina humanista e:

Uma consequência importante dessa concepção é que a sociologia deve ser realizada em um contínuo diálogo com a história e a filosofia, ou perder seu objeto próprio de pesquisa. Este objeto é a sociedade como parte de um mundo humano, feito pelos homens, habitado por homens e, por sua vez, fazendo os homens, em contínuo processo histórico¹³.

Portanto, acredito ser de grande relevância um resgate da discussão ao longo da história acerca da relação da mulher com o espaço público para auxiliar na compreensão dessa problemática e enriquecer a discussão teórica. Feita essa breve ressalva, passemos a uma rápida observação da difícil relação da mulher com o espaço público.

Antes de falarmos em espaço público devemos observar propriamente a criação e as implicações da cidadania. Desde a Grécia Antiga, berço da civilização ocidental, a cidadania foi pensada e construída tendo a política como centro decisório. A divisão sexual do trabalho já era vista como algo evidente por si mesmo, isto é, a tarefa do homem seria a manutenção da casa e a da mulher a sobrevivência da espécie; e estas funções “naturais”, o labor

¹³ BEGER, Peter; LUCKMAN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 133.

no suprimento de alimentos e o labor da mulher no parto, eram sujeitas à mesma premência da vida. Destarte, a comunidade natural do lar decorria da necessidade: era ela que reinava sobre todas as atividades exercidas no lar. Já a esfera da *polis*, contrariamente, era o lugar da liberdade. Deste modo cunhou-se uma relação desigual entre essas duas esferas, já que para flunar pela esfera da *polis* era necessário ser livre dos cuidados com a família, essa autonomia era o condicionante natural para o exercício da liberdade na *polis*¹⁴. Deste modo, já na Grécia Antiga o público e o privado se constituíam em locais específicos para o masculino e o feminino, por isso afirmava Pitágoras: “*uma mulher em público está sempre deslocada*”¹⁵.

A estratificação entre trabalho público e privado já começa a ser pensada na Grécia Antiga, assim como o grau de importância de cada um destes. O trabalho no lar era algo visto como inferior, pois estava voltado exclusivamente para a manutenção da espécie, assim como os cuidados com os filhos, com a alimentação, enfim, todas as funções básicas de sustentação da vida. O trabalho público, na *polis*, estava, pois, em grau muito acima deste último, já que era voltado para as discussões políticas e filosóficas, algo digno de cidadãos, aqueles que já haviam superado as necessidades básicas de sobrevivência – afinal, mulheres e escravos se ocupavam delas – podendo os homens dedicarem-se exclusivamente a essas discussões.

Tomando por base as observações de Arendt¹⁶ observo que essa concepção do lugar da mulher na sociedade estava baseada nos princípios da filosofia política aristotélica que, em linhas gerais, enunciava que a autoridade do homem é legítima porque repousa sobre a desigualdade natural que existe entre os seres humanos. A mesma desigualdade que existe em todo o mundo, não só entre os humanos - daí a sua força argumentativa - já que era algo da natureza, que não se poderia modificar fazendo com que o arranjo social seguisse os ditames da lei natural. Desde o escravo, desprovido de alma, até o senhor da *domus*, cada um tinha uma posição específica que definia suas relações com os outros.

¹⁴ ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 10ª edição, 2000, p. 40.

¹⁵ *Apud* PERROT, Michele. **Mulheres públicas**. São Paulo: UNESP, 1998, p. 8.

¹⁶ ARENDT, *Op. Cit.*, p. 42.

Durante toda a Antiguidade ocidental os poderes do chefe de família se apresentavam quase inalterados em relação àqueles desenvolvidos na Grécia Antiga, sendo mais acentuados entre os romanos e mais atenuados entre os gregos. Seja cidadã de Atenas ou de Roma, a mulher possuía durante toda sua vida uma condição jurídica inferior, pouco diferente da condição de seus filhos.

Conforme demonstrado por Badinter¹⁷, na transição da Antiguidade para a Idade Média as concepções filosóficas e políticas dos gregos vão sendo paulatinamente suplantadas ou modificadas pela teologia cristã católica. Em virtude de suas raízes no judaísmo, a teologia cristã age no sentido de justificar a autoridade paterna e marital relegando à mulher a obediência e submissão. A base filosófica justificadora do cristianismo advém da influência da filosofia aristotélica, do discurso proveniente dos textos bíblicos e nas discussões filosóficas patrocinadas pelos doutores da Igreja.

Como dito anteriormente, a filosofia política aristotélica afirmava que a autoridade do homem era legítima por repousar sobre a desigualdade natural existente entre os seres humanos. Tendo tal concepção como ponto de apoio, a Igreja reforçou a legitimidade do poder do homem sobre a mulher buscando na tradição judaica presente no Antigo Testamento e também nas discussões da Filosofia Patrística uma nova reformulação e justificação dessa situação transformada em dogma ou tradição autojustificável e inquestionável.

O livro do Gênesis traz a história da criação do gênero humano segundo a religião judaico-cristã, e foi o ponto de partida para a fundamentação da teologia cristã. Em sua narrativa da criação aparece o homem sendo criado à imagem de Deus, e a mulher saindo de uma costela do homem. Nesta primeira passagem já fica evidente a inferioridade feminina. O homem foi criado à imagem e semelhança do Ser Supremo, o Deus Todo Poderoso, enquanto a mulher surge não do Criador, mas de uma pequena parte do corpo da criatura. Nesta lógica o homem é o chefe, é ele quem tem o poder de mando, já que foi criado primeiro e deu origem à mulher.

¹⁷ BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

Mais adiante, a situação feminina fica ainda mais complicada, já que, segundo a narrativa do Gênesis, foi por culpa de Eva, a primeira mulher e representante de todas as outras, que o homem, e conseqüentemente todo gênero humano, decaiu. Foi por culpa da mulher que o homem cometeu o pecado ao comer do fruto proibido. A punição por essa desobediência foi a perda da imortalidade e, no caso específico da mulher, ela sofrerá a dor do parto e será submissa ao homem; este foi amaldiçoado e condenado a ter que trabalhar arduamente durante toda sua vida.

Esse simbolismo negativo atribuído à figura de Eva guarda em si elementos que são tratados como inerentes à natureza da mulher, tais como a curiosidade, a fraqueza, a vulnerabilidade ou sua índole nociva. A concepção da mulher ligada à figura de Eva surge como aquela que precisa ser controlada pela vontade racional do homem, tendo de ser guiada por ele para que não cometa erros ligados a sua irracionalidade. Esse conceito de mulher ligado à figura de Eva acaba sendo utilizado em vários momentos da história para construir representações e também para normatizar as relações de gênero de uma determinada forma e não de outra¹⁸. Baseados nessa concepção muitos pensadores – tais como Hobbes, Locke, Comte, Rousseau, dentre muitos outros – usarão em seus escritos os princípios que regem as religiões para justificar a supremacia natural dos homens sobre as mulheres.

Segundo Ranke-Heinemann¹⁹ a partir do século IV, com a Igreja já gozando de um grande poder e influência, os teólogos católicos, baseados principalmente nos textos de Agostinho, evocam a malignidade natural da mulher, reforçando e aprofundando a ideia da mulher como algo maligno. A perfídia feminina foi responsável pela danação do gênero humano. Eis o motivo, segundo a autora, encontrado pelos doutores da Igreja para considerar as mulheres como criaturas débeis e suscetíveis às tentações do diabo, devendo ser constantemente vigiadas e controladas. Outro argumento também utilizado por Agostinho, e desenvolvido pela Igreja, é a de que a superioridade

¹⁸ PERROT, Michele. As mulheres, o poder, a história. In: _____. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

¹⁹ RANKE-HEINEMANN, Uta. **Eunucos pelo reino de Deus: mulheres, sexualidade e a igreja católica**. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1996.

do homem é justificada por nele prevalecer a razão e o espiritual, enquanto na mulher prevalece o desejo.²⁰

Badinter²¹ observa que não foi apenas os escritos do Gênesis que colocaram de modo negativo a imagem da mulher. As epístolas de Paulo aos Efésios exortam as mulheres a submeterem-se aos seus maridos, já que o homem, por ter sido criado primeiro dando origem a mulher, tem o poder de mando sobre ela, representando o poder de Cristo. A autora argumenta ainda que a imagem do pai e do marido ocupando o lugar de Cristo suplanta a igualdade proclamada por esse mesmo Cristo.

A construção da figura de Eva é um exemplo das possibilidades de construção histórica e também social do feminino e das concepções do que é “ser mulher”. Mas a Igreja não se baseou apenas na figura de Eva para retratar o feminino. A idealização da figura feminina segue uma dualidade: a pecadora Eva e a santa Virgem Maria. Ao mesmo tempo em que a mulher é responsável por possuir uma natureza lasciva e pecadora, ela pode se redimir através da maternidade, elevando-se ao patamar da mulher ideal que supera as falhas em sua natureza e cumpre com devoção e resignação os papéis de mãe e esposa que lhe foram conferidos. Assim a criação dessa figura feminina, e a construção do próprio feminino, possuem uma íntima relação com o corpo da mulher, tendo a maternidade como uma vocação natural – idealização que ganhou notável força argumentativa no século XVII – ou como uma redenção pelo pecado original. Cabe observar que por detrás desses papéis institucionalizados há uma posição desigual entre os sexos que acaba por estabelecer e ao mesmo tempo ocultar as relações de dominação e subordinação, atribuindo à condição de ser mãe e/ou esposa como algo divino e superior.

Mas os artifícios utilizados durante a Idade Média para circunscrever a mulher ao âmbito privado não se restringem somente ao círculo religioso. Os

²⁰ VASCONCELOS, Vânia Nara Pereira. “Visões sobre as mulheres na sociedade ocidental”, **Revista Ártemis**, Paraíba, n 3, dez 2005. Disponível em: http://www.prodema.ufpb.br/revistaartemis/numero3/arquivos/artigos/artigo_11.pdf. Acesso em 29 jul 2011.

²¹ BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

pensadores desta época também tinham uma importante contribuição neste sentido. Segundo Laqueur²², durante a Antiguidade e Idade Média utilizava-se o corpo como justificativa para a exclusão feminina. Tendo o corpo masculino como paradigma, os pensadores da época afirmavam que o corpo feminino era idêntico ao masculino, porém padecia de uma importante imperfeição: o corpo feminino não possuía calor vital suficiente para fazer aflorar os órgãos genitais, fazendo com que os mesmos ficassem retidos em seu interior. Argumentava-se também que havia uma ligação simpática entre o útero e o cérebro das mulheres, o que as impossibilitaria de exercerem plenamente as faculdades mentais. A influência do discurso filosófico aristotélico era complementada e reforçada pelo discurso médico galênico, ambos sustentavam a inferioridade feminina sob duas perspectivas: *“... por un lado, un aristotelismo que reduce lo femenino a lo incompleto y, por otro lado, un galenismo que lo encierra en la inquietante especificidad del útero”*.²³

Se a teologia cristã defendida pela Igreja acusava as mulheres de serem ímpias e malélicas, justificando assim sua sujeição aos homens, os discursos dos filósofos e intelectuais medievais, apesar de uma abordagem diferente, conduziam para a mesma situação. Igreja e filosofia agiam em esferas ligeiramente diferentes, mas impeliam a situação feminina para um mesmo ponto em comum: a submissão e exclusão do âmbito público.

O esquema defendido pelos pensadores antigos e medievais que ligava a anatomia corporal aos papéis sociais específicos de cada sexo vai permanecer até o século XVII e XVIII, sendo suplantada pela revolução científica e também pela revolução política iluminista. Esta última bradava pela igualdade e pelas relações políticas igualitárias, fundadas nos princípios da cidadania. Tais afirmações ofereceriam, ao menos teoricamente, a

²² LAQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

²³ BERRIOT-SALVATORE, Evelyne. El discurso de La medicina y de La ciencia. In: FARGE, Arlette; DAVIS, Natalie Zemon. (Orgs.). **Historia de las Mujeres: Tomo 6: Del Renacimiento a la Edad Moderna: discursos y disidencias**. Madrid: Taurus Ediciones, 1993, p. 109.

possibilidade de as mulheres serem consideradas do ponto de vista social e político iguais aos homens.²⁴

A revolução política e científica do século XVII e XVIII será a responsável por uma grande modificação sociopolítica e também por um grande paradoxo: apesar da afirmação de igualdade, os ideários burgueses conciliaram, sem muita hesitação, a afirmação de direitos humanos universais e a interdição do acesso das mulheres ao espaço público. Vários argumentos jurídicos e/ou naturais foram utilizados para impedir o acesso das mulheres à esfera do poder político, legitimando assim o tratamento diferenciado e bloqueando a percepção da injustiça²⁵.

Apoiando-se nas descobertas da medicina e da biologia o raciocínio desenvolvido durante a Idade Medieval sofreu uma mudança. Agora a medicina e a biologia – que de certo modo se contrapunham à teologia cristã católica – argumentavam que a mulher não possuía inteligência suficiente para participar nas decisões tomadas na sociedade e na política. Afirmavam também que elas não eram conduzidas pela razão, mas por suas paixões. Perrot ao analisar esta argumentação salienta que

É um discurso naturalista, que insiste na existência de duas ‘espécies’ com qualidades e aptidões particulares. Aos homens, o cérebro (muito mais importante do que o falo), a inteligência, a razão lúcida, a capacidade de decisão. Às mulheres, o coração, a sensibilidade, os sentimentos.²⁶

Outra frente argumentativa levantava o questionamento de que se a mulher poderia ser considerada um indivíduo, chamando atenção para a evidente inferioridade feminina demonstrada por sua fisiologia, afinal as mulheres tinham gestações e períodos de aleitamento, além das indisposições

²⁴ SILVA, Marinete dos Santos. “Gênero, cidadania e participação política: as aventuras de uma ‘cocote’ no movimento abolicionista”. [s/l], **Caderno Espaço Feminino**, v. 21, n. 1, jan/jul 2009.

²⁵ MIGUEL, Luís Felipe. Política de interesses, política do desvelo: representação e “singularidade feminina”. **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, ano 9, n 1, 2º semestre 2001.

²⁶ PERROT, Michele. As mulheres, o poder, a história. In: _____. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 177.

mensais em virtude da menstruação, o que as tornariam incapazes de exercer seus direitos cívicos. Este último raciocínio foi extensivamente utilizado pelos revolucionários franceses. A Revolução Francesa foi um evento de grande importância na história humana, porque ela funda o discurso de que não há diferenças intrínsecas e imutáveis na condição humana para justificar a clássica divisão medieval dos três Estados – os nobres que nascem para lutar, o clero para rezar e o povo para sustentar aqueles dois outros Estados. Apesar do brado pela igualdade e pelos direitos, as mulheres não foram incluídas neles, sofrendo interditos e sanções quando tentavam adentrar na esfera política. A Revolução de 1789 ao proclamar que todos (os homens) eram iguais em direitos e obrigações, levantou questionamentos do porque as mulheres não poderiam também participar e gozar das conquistas cívicas. Tais questionamentos deram origem à fundação do movimento feminista, quando algumas mulheres perceberam que estavam numa condição de arbitrária desigualdade na sociedade e tentaram alterar tal situação. Mas as inúmeras tentativas se depararam com vários métodos dissuasivos perpetrados contra elas que variavam desde a punição moral e física à condenação à morte. É interessante observar algumas das mais notáveis argumentações para justificar a proibição da participação política feminina durante o desenrolar da Revolução Francesa porque muitas delas serão reutilizadas em outros momentos da história para impedir a conquista de outros direitos pelas mulheres e minorias.

Durante uma sessão da Assembleia Nacional francesa em 1789, o deputado revolucionário Lanjuinais discursou defendendo a tese de que o corpo das mulheres, sua “missão” para com a sociedade e os afazeres femininos as impossibilitavam de cumprir os direitos e deveres para com o Estado e a política. Apesar de reconhecer que os costumes e a educação da época eram os fatores limitantes para a inclusão feminina, ele utiliza esses mesmo fatores para reforçar a restrição das mulheres ao espaço público:

É verdade que o físico das mulheres, sua destinação e seu emprego as distanciam do exercício de um grande número de direitos e deveres

políticos, e talvez nossos costumes atuais e os vícios de nossa educação tornem esse distanciamento ainda necessário...²⁷

Frente a este raciocínio, os poucos políticos defensores da extensão dos direitos também às mulheres, argumentavam que não se podia restringir os direitos de uma parte do gênero humano apenas por uma questão anatômica. Condorcet, talvez o mais proeminente defensor da causa das mulheres revolucionárias, era incisivo:

Ora, os direitos dos homens resultam unicamente do fato de que são seres sensíveis, susceptíveis de adquirir ideias morais e de raciocinar sobre essas ideias. Assim, tendo as mulheres essas mesmas qualidades, têm, necessariamente, direitos iguais. Ou nenhum indivíduo da espécie humana tem verdadeiros direitos, ou todos têm os mesmos; e aquele que vota contra o direito de outro, seja qual for sua religião, cor ou sexo, desde logo abjurou os seus. (...) Porque seres expostos a gestações e indisposições passageiras não poderiam exercer direitos dos quais nunca ninguém pensou em privar as pessoas que têm gota todo o inverno, e que se resfriam com facilidade?²⁸

Condorcet elaborou uma argumentação muito sofisticada: como se pode negar direitos para as mulheres, que são seres que pensam, sentem e têm todos os mesmos atributos que os homens? Se formos negar os direitos para as mulheres deveriam ser negados os direitos a todos, já que sexo, religião ou outros atributos não bastam para justificar o interdito, visto que a condição humana é única, independente de características físicas ou de outra ordem, de modo que aquele que nega o direito a alguém nega-o a si mesmo. O político francês observava acuradamente que apenas a justificativa da fisiologia feminina não era suficiente para impedi-las de exercerem os direitos assegurados aos homens, já que também os homens padeciam de algumas indisposições, tal como a gota.

²⁷ Lanjuinais *Apud* BADINTER, Elisabeth (Org.). **Palavras de homem (1790-1793): Condorcet, Prudhomme, Guyomar**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991, p. 179.

²⁸ Condorcet *Apud* BADINTER, Elisabeth (Org.). **Palavras de homem (1790-1793): Condorcet, Prudhomme, Guyomar**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991, p. 45.

Apesar da notável defesa de Condorcet – que teve apoio de poucos políticos – a ideia comum que estava incutida nas mentes era a de que as mulheres deveriam permanecer reclusas no espaço privado, e assim foi determinado. As mulheres que contrariaram as exortações e advertências insistindo na tese de que cabiam a elas também o direito de usar a tribuna para se expressarem, acabavam por encontrar o caminho do cadafalso. Este foi o destino de Olympe de Gouges – a autora da Declaração Universal dos Direitos da Mulher e da Cidadã, em contraposição a Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão – e outras tantas mulheres que, por insistirem na elevação de suas vozes argumentando que os direitos de cidadania conquistados na Revolução Francesa eram extensíveis não só aos homens, mas às mulheres também, acabaram sendo silenciadas no patíbulo.

Após a execução de três mulheres, entre elas Olympe de Gouges, um deputado comenta o fato na Assembléia Nacional em Paris. Valendo-se das diferenças “naturais” entre os sexos ele expõe algumas “lições” que devem ser aprendidas desse episódio:

Olympe de Gouges, que nascera com a imaginação exaltada, confundiu seu próprio delírio com uma inspiração da natureza, (...) quis ser homem de Estado, e parece que a lei puniu essa conspiradora por ter esquecido as virtudes que convêm ao seu sexo. (...) A mulher Roland (...) era mãe, mas sacrificara a natureza, desejando elevar-se acima desta; o desejo de ser sábia conduziu-a ao esquecimento das virtudes de seu sexo, e esse esquecimento, sempre perigoso, acabou por fazer com que percesse no cadafalso²⁹.

E continua seu discurso admoestando às demais mulheres:

Mulheres! Quereis ser republicanas? Amai, segui e ensinai as leis que chamam de novo vossos esposos e vossos filhos ao exercício de seus direitos; (...) sede simples no vosso modo de trajar, laboriosas no vosso

²⁹ Desconhecido *Apud* BADINTER, Elisabeth (Org.). **Palavras de homem (1790-1793): Condorcet, Prudhomme, Guyomar**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991, p, 203.

lar; jamais frequenteis as assembléias populares com o desejo de ali falar; mas que a vossa presença encoraje por vezes vossos filhos³⁰.

O discurso que recorria às características inerentes a cada sexo e também ao papel social que cada um deveria desempenhar na sociedade era uma justificativa muito forte na época e ainda é em nosso cotidiano. Essa construção do que é ser homem e do que é ser mulher e as implicações decorrentes dessa concepção, foram utilizadas para bloquear o acesso a direitos sociais, econômicos e, mesmo, políticos.

Ao nos transportamos para nosso mundo contemporâneo observamos que além da participação política, as mulheres, em pelejas historicamente recentes, lutaram para ter o direito à contracepção, à proteção contra a violência doméstica, ao direito ao aborto, etc., e os argumentos desenvolvidos contra o reconhecimento desses direitos quase sempre se baseiam nos discursos utilizados ao longo da história: o papel feminino no lar e na sociedade, o perigo do fim da família, a importância do lar, a divindade e/ou beleza da maternidade. Sempre recorrendo à visão heterossexista e masculina, as imposições arbitrárias tomaram forma e foram tratadas como algo naturalizado, evidente por si mesmo e sempre existente. Esta justificativa utilizada no século XVII se perdura até os tempos atuais, demonstrando um intrincado estado de coisas onde se evidencia os avanços e permanências nas mentalidades e nas práticas sociais.

Voltando ao assunto da participação feminina surge a questão: qual era a sustentação teórica para uma postura tão hostil à participação política feminina? Além dos escritos religiosos, da força da medicina e da biologia, houve um reforço teórico da exclusão feminina advinda dos pensadores contratualistas que ofereciam uma sofisticada e atualizada base filosófica justificadora da restrição das mulheres na política.

Thomas Hobbes argumentava que a mulher era frágil e que por isso dependia de um homem para protegê-la. Quando a mulher engravidava, a

³⁰ Ibid., Ibidem, p. 204.

maternidade a fragilizava, já que passava a ser responsável pela segurança de um outro ser indefeso, isto é, seu filho. Isto permitia que o homem a dominasse, mesmo pela força. Para garantir a segurança, mãe e filho se submetiam ao marido. Este pacto de submissão seria válido, mesmo sendo conseguido à força, isto porque, segundo Hobbes, havia a possibilidade de escolha para a mulher, porque se ela não quisesse se submeter ao controle do homem, ela teria a escolha, em última instância, de cometer suicídio para se livrar do domínio marital, o que legitimaria o “contrato” de submissão entre esposa e marido. Nas palavras de Hobbes:

Existem outros impedimentos arbitrários que não impedem, absolutamente, o movimento, mas somente através de acidente, ou seja, pela nossa própria escolha; como aquele que está em um navio não se encontra impedido, pois pode lançar-se ao mar, se assim o desejar. Aqui também, quanto maior o número de vias em que possa mover-se um homem, será ainda maior a sua liberdade³¹.

Desta maneira, na perspectiva hobbesiana, no momento em que os indivíduos se reúnem para criar o contrato social e gerar o Estado, as mulheres não participam, pois já estavam anteriormente submetidas aos homens.

Na transição do contratualismo de Hobbes – com características pró-absolutistas – para o liberal de John Locke, a posição das mulheres ao invés de melhorar se agravou. Além de manter o argumento jurídico, Locke acrescenta-lhe outro, o natural:

O marido e a mulher embora tenham uma única preocupação comum, terão entendimentos diferentes, de sorte que inevitavelmente em certas ocasiões terão também vontades diferentes; sendo, portanto, necessário que a última determinação, isto é, a regra, seja fixada de algum modo, cabe naturalmente à parte do homem, por [ser] mais capaz e mais forte³². [colchetes meus].

³¹ HOBBS, Thomas. Capítulo IX: Do direito dos pais sobre seus filhos e do governo hereditário. In: _____. **Do cidadão**. São Paulo: Martins Fontes, 2006, p. 81.

³² LOCKE, Jhon. **Segundo tratado sobre o governo**. São Paulo: Abril Cultural, 1973, p. 71. (Coleção Os Pensadores).

Além do argumento da inferioridade feminina demonstrada por sua natureza, Locke recorre também a comparações. Comparando as mulheres aos trabalhadores, Locke argumentava que, por meio do casamento, as mulheres alienam seus direitos da mesma forma que os trabalhadores assalariados fazem com o contrato de trabalho. Continua seu raciocínio afirmando que esta alienação contratual é fruto de uma racionalidade inferior, que tornava ambos, mulheres e trabalhadores assalariados, incapazes de participar da vida pública ou “sociedade política”.

Jean-Jacques Rousseau, talvez o teórico que mais tenha influenciado a Revolução Francesa, modificou a abordagem teórica ao tratar dos argumentos para a exclusão das mulheres. A justificativa de Rousseau vai estar totalmente baseada nas diferenças intrínsecas aos dois sexos, que explora detidamente em sua obra *Emílio: ou da educação*, um romance pedagógico que tem por finalidade orientar a educação de meninos e meninas, utilizando as personagens de Emílio e Sofia como exemplos. Ele duvidava da capacidade das mulheres para o exercício da vida pública, pois as mulheres seriam movidas por suas paixões. Ao defender que existiam diferenças naturais entre os sexos – cabendo ao homem ser ativo e forte, estando assim apto ao exercício da vida pública, e à mulher passiva e fraca – e que a mulher possuía uma limitação inata para o pleno uso da capacidade de julgamento, Rousseau acabou contribuindo decisivamente para cristalizar a exclusão feminina nas mentes, reforçando o ideal de que as mulheres deveriam ter como meta o cuidado da casa, dos filhos e do marido, mantendo distância da vida pública. Nas palavras de Rousseau:

Na união dos sexos cada um concorre igualmente para o objetivo comum, mas não da mesma maneira. Desta diversidade nasce a primeira diferença assinalável entre as relações morais de um e de outro. Um deve ser ativo e forte, o outro passivo e fraco³³.

E continua:

³³ ROUSSEAU, Jean Jacques. **Emílio ou da educação**. São Paulo: Martins Fontes, 4ª edição, 2004, p. 516.

Estabelecido este princípio, segue-se que a mulher foi criada para agradar o homem. Mas é de necessidade menos direita o homem ter que agradar a mulher, o homem agrada só por ser forte. Esta não é a lei do amor, mas a lei da natureza, que é anterior ao amor³⁴.

O Discurso de Rousseau teve uma aceitação tão forte e ficou de tal maneira inculcado nas mentes que nem mesmo as mulheres estavam prontas para aceitar a tese da igualdade entre os sexos, sedimentando, a partir daí, a ideia de que o papel social da mulher era o de ser uma esposa virtuosa, dedicada e submissa. Rousseau fundamenta e oferece uma solidez teórica ao papel social da mulher como esposa e mãe voltada para o lar. No século XVIII, tendo por base as obras de Rousseau, começa a desenhar-se uma nova imagem da mulher vista essencialmente como mãe, cujos traços vão se acentuando paulatinamente ao longo dos dois séculos seguintes. Entram em cena as provas de amor, a transformação do bebê e da criança em objetos privilegiados da atenção materna, devendo a mulher se submeter a todo tipo de sacrifício – até mesmo a renúncia a participação política - para que seus filhos vivessem melhor, juntos dela³⁵.

Sofrendo influência desses pensadores contratualistas, o Positivismo irá reproduzir várias ideias defendidas por esses filósofos. Tal corrente considerava a mulher como responsável pela manutenção da moral da família e de seus filhos. A mulher, educadora por natureza, poderia exercer a função de professora, ensinando a todos os seus alunos como se fossem seus filhos. A função de professora, na concepção positivista, também seria uma redenção para as mulheres solteiras, que poderiam exercer o papel de mãe-educadora com os filhos da pátria, futuros cidadãos. O Positivismo se opunha aos dogmas da Igreja Católica, porém, no que tange ao discurso em referência às mulheres, os reproduzia. Esta corrente sustentava a tese da complementaridade biológica, mental e social entre homens e mulheres, entretanto, apesar de

³⁴ Idib., Ibidem, p.. 517.

³⁵ BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.

consortes, as mulheres não eram iguais aos homens³⁶. A superioridade do caráter masculino consistia em ser o sexo ativo, enquanto o do feminino em ser o sexo afetivo.

Comte, em seu *Catecismo Positivista*, obra que ensina as bases da religião positivista, deixava claro o lugar da mulher na sociedade pleiteada por ele:

O melhoramento moral do homem constitui, pois, a principal missão da mulher nessa incomparável união instituída para o aperfeiçoamento recíproco dos dois sexos. Quanto às funções da mãe, já vos as definistes como consistindo sobretudo em dirigir o conjunto da educação humana, afim de que o coração aí prevaleça sempre sobre o espírito³⁷.

E ainda:

Toda mulher deve, pois, ser cuidadosamente preservada do trabalho exterior, a fim de poder preencher dignamente sua santa missão. Voluntariamente encerrada no santuário doméstico, a mulher aí promove livremente o aperfeiçoamento moral de seu esposo e de seus filhos, cujas justas homenagens ela aí dignamente recebe³⁸.

Comte acreditava que toda a ordem social dependia do papel importantíssimo que a mulher desenvolvia no lar ou na escola, ensinando os futuros cidadãos. A religião positivista louvava a condição e o esforço feminino. Mas devemos observar que essa condição louvada pela doutrina positivista é uma condição de desigualdade: a mulher não é dotada de direitos, ela vive em função de terceiros, os futuros cidadãos da pátria que teriam seus direitos

³⁶ CALEIRO, Regina Célia Lima. O positivismo e o papel das mulheres na ordem republicana. **Unimontes Científica**. Montes Claros, v.4, n.2, jul./dez. 2002.

³⁷ COMTE, Augusto. **Catecismo positivista**. São Paulo: Abril Cultural, vol. 33, 1973, p. 257. (Coleção Os Pensadores).

³⁸ *Ibid*, *Ibidem*, p. 258.

reconhecidos enquanto as mulheres permaneciam em atividades subalternas relegadas ao ostracismo.

Na virada do século XVIII para o século XIX, as ideias positivistas triunfaram em diversos países – inclusive no Brasil – influenciando o âmbito jurídico e o social, amplamente caracterizado pela influência da medicina tanto na vida pública quanto na vida privada dos indivíduos, fazendo com que medicina, sociedade e ciência convergissem seus pensamentos e concordassem em uma coisa: o coração é o centro da identidade feminina, como comenta Knibiehler:

Sobre este punto, la sociedad profana y la religión está de acuerdo. Los antropólogos y los médicos enseñan que la sensibilidad, las emociones, los impulsos, tan ricos entre las mujeres, son la fuente de cualidades indispensables para el buen funcionamiento de la sociedad³⁹.

Esses discursos e teorias sobre o lugar e o papel da mulher na sociedade permaneceram por muito tempo nas mentes e também nas práticas sociais, sustentadas muitas vezes com a anuência expressa do Estado. Eles acabaram por influenciar também a mais nova ciência emergente: a sociologia. Cabe observar que as questões que tratam da questão do gênero raramente têm um papel destacado nos clássicos da sociologia moderna, entretanto a questão aparece tangencialmente na obra de dois autores clássicos: Durkheim e Marx e permite-nos especificar alguns traços teóricos fundamentais. Em determinado momento, ao tratar da questão do suicídio, Durkheim observa que o homem está ativamente inserido na vida social, enquanto a mulher só assiste à distância, onde o resultado é o de

ele ser socializado em muito maior grau do que ela. Seus gostos, suas aspirações, seu humor têm, em grande parte, uma origem coletiva, ao passo que os de sua companheira estão sob influência mais imediata

³⁹ KNIBIEHLER, Yvone. Cuerpos y corazones. In: FRAISSE, Genevière; PERROT, Michelle et al. (Orgs.). **Historia de las Mujeres: Tomo 8: El siglo XIX** "Actividades y reivindicaciones". Madrid: Taurus Ediciones, 1993, p. 12.

do organismo. Portanto, ele tem necessidades completamente diferentes das dela...⁴⁰

Dito de outra maneira, as mulheres e os homens possuem identidades, gostos, tendências comportamentais diferentes, porque as mulheres são menos socializadas e estão mais próximas da natureza e das conformações de seus corpos do que os homens. Durkheim acaba por reproduzir a tendência teórica da época, que era a de associar a diferenciação sexual à natureza e às características anatômicas defendidas pela biologia e pela medicina.

Marx enxergou a questão da socialização de mulheres e homens de forma totalmente diferente. Para Marx, as diferenças de gênero, no que tange a poder e status, entre os homens e as mulheres refletem as outras divisões presentes na sociedade – em seu entender, sobretudo as divisões de classe. Segundo ele, nas formas sociais mais primitivas não havia divisões de gênero ou de classe. O poder dos homens sobre as mulheres e sobre os seus filhos só começa a surgir à medida que as divisões de classe começaram a aparecer. O autor observou que:

Com a divisão do trabalho, na qual estão dadas todas estas contradições, e a qual por sua vez assenta na divisão natural do trabalho na família e na separação da sociedade em famílias individuais e opostas umas às outras, está ao mesmo tempo dada também a repartição, e precisamente a repartição desigual, tanto quantitativa como qualitativa, do trabalho e dos seus produtos, e portanto a propriedade, a qual já tem o seu embrião, a sua primeira forma, na família, onde a mulher e os filhos são os escravos do homem. A escravatura latente na família, se bem que ainda muito rudimentar, é a primeira propriedade, que de resto já aqui corresponde perfeitamente à definição dos modernos economistas, segundo a qual ela é o dispor de força de trabalho alheia.⁴¹

⁴⁰ DURKHEIM, Emile. Capítulo III: consequências práticas. In: _____. **O suicídio: estudo de sociologia**. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p. 504. (Coleção Tópicos).

⁴¹ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã: 1 capítulo**. Lisboa: Edições Levante, 1981, p.41.

Deste modo, com a instituição do matrimônio a mulher passou a ser uma forma de “propriedade privada” dos homens. Na perspectiva de Marx, as mulheres só se libertariam de sua condição de servidão quando as divisões de classe na sociedade fossem totalmente superadas.

Apesar da notória fama dos teóricos fundadores da sociologia – que podemos citar aqui Comte, Durkheim, Marx e Weber – havia muitos outros pensadores na “época clássica” que tiveram importantes contribuições para o campo sociológico. Uma dessas contribuições advém de uma socióloga praticamente esquecida na história da sociologia e ignorada durante a época clássica de fins do século XIX e início do século XX: Harriet Martineau. Ela era uma socióloga contemporânea aos fundadores clássicos, embora não tenha gozado de grande fama à época.

Harriet Martineau (1802-1876), chamada “a primeira socióloga mulher”, foi a responsável por introduzir a sociologia na Grã-Bretanha, através da tradução do livro *Filosofia Positiva*, de Comte. Além disso, Martineau foi responsável também por realizar um estudo sistemático e original da sociedade norte-americana durante suas viagens na década de 1830, que posteriormente se tornou o tema de seu livro *Sociedade na América*. Martineau ganhou relevância para alguns sociólogos contemporâneos por diversas razões. Primeiramente, ela afirmou que o estudo da sociedade necessita que façamos o esforço de nos concentrar em todos os seus aspectos, incluindo instituições-chave políticas, religiosas e sociais. Em segundo lugar, ela insistiu que uma análise da sociedade devia incluir uma compreensão da vida das mulheres. Em terceiro lugar, Martineau foi a primeira pesquisadora a dirigir um olhar social a questões anteriormente ignoradas, incluindo aí o casamento, as crianças, a vida doméstica e religiosa, e relações de raça. Por fim, ela defendia a postura de que os sociólogos deveriam fazer mais do que apenas observar, eles deveriam também atuar para beneficiar a sociedade. Em decorrência de sua postura, Martineau foi uma ativista tanto do direito das mulheres como da emancipação dos escravos⁴².

⁴² GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. Porto Alegre: Artmed, 2005, 4ª edição, p. 33.

Apesar das contribuições teóricas de Martineau e de outros sociólogos pertencentes a grupos minoritários, em suas respectivas épocas, tais contribuições ficaram praticamente postas de lado, sendo apenas resgatadas nas últimas décadas, graças ao avanço do movimento feminista, surgido no século XIX.

O movimento feminista ganhou maior notoriedade e criticou mais fortemente não só as sociedades e as práticas desenvolvidas para com as mulheres, mas a própria teoria liberal clássica. A crítica da teoria liberal ocorre por esta conceber uma sociedade formada por indivíduos livres e autônomos, mas boa parte deles não são considerados cidadãos, já que não podem votar e tomar parte das discussões políticas institucionais, além do que o liberalismo não reconhece o caráter político do âmbito privado, dando importância somente à esfera pública.

Devido ao seu caráter questionador das sociedades capitalistas e à apresentação de uma via alternativa, o marxismo foi visto inicialmente com bons olhos pelo movimento feminista, principalmente depois da vitória dos Bolcheviques na Rússia, instituindo a URSS e conferindo amplos direitos às mulheres, inclusive o aborto. No entanto, tais direitos não duraram muito, com a subida de Stalin ao poder, revogando praticamente todos os direitos e garantias conferidos às mulheres.

Em virtude da ênfase dada aos conflitos de classe nos processos sociais capitalistas – já que segundo o marxismo a estrutura econômica tem preeminência sobre os processos sociais, sendo as demandas feministas fez um epifenômeno daquela – a partir da década de 1980 o movimento feminista faz muitas críticas à teoria marxista se distanciando dela e buscando outras perspectivas analíticas, contribuindo para o surgimento da sociologia feminista. O feminismo da década de 1980 buscou demonstrar que a opressão tem muitas faces, sendo uma delas a opressão das mulheres por via da discriminação sexual. Privilegiando a opressão de classe, o marxismo deixou em segundo plano, e assim ocultando, a opressão sexual, fazendo com que o processo emancipatório defendido pelos marxistas ficasse incompleto. Diante dessa limitação o movimento feminista, a partir da década de 80, buscou suas

referências teóricas em outras correntes de pensamento não marxistas, principalmente em Foucault, Derrida e Freud⁴³.

Sob a bandeira do direito ao voto e do reconhecimento das disputas assimétricas que ocorriam no âmbito privado, o movimento feminista se consolidou e rompeu fronteiras, ganhando impulso para lutar por outras causas, deslocando-se da petição por igualdade distributiva e buscando o reconhecimento da diferença, ganhando forte impulso com a corrente de estudos multiculturais. A luta pelo reconhecimento passou a nortear parte do movimento feminista contemporâneo, sob a alegação de que o liberalismo igualitário presente nos países centrais é, segundo Taylor, “cego a diferenças”⁴⁴. Na concepção dos estudos multiculturais, em diversos países do mundo há uma variedade de grupos minoritários, entre os quais os negros, homossexuais, minorias étnicas e também as mulheres, que não demandariam ter apenas as mesmas coisas que seus cidadãos – os mesmo direitos no caso – mas também o reconhecimento de suas demandas e diferenças culturais. Como o liberalismo igualitário abstrai diferenças, os teóricos multiculturalistas o acusam de promover ou corroborar a imposição da cultura dominante sobre os grupos minoritários. Segundo Santos:

A política da igualdade, baseada na luta contra as diferenciações de classe, deixou na sombra outras formas de discriminação étnica, de orientação sexual ou de diferenciação sexual, etária e muitas outras. É a emergência das lutas contra estas formas de discriminação que veio a trazer a política da diferença⁴⁵.

⁴³SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 2000.

⁴⁴Cabe observar que Nancy Fraser (2007), uma das maiores vozes do feminismo contemporâneo que milita pela igualdade distributiva, afirma que a luta pelo reconhecimento e pela redistribuição não estão dissociadas. Debruçando-se sobre a polêmica entre os(as) acadêmicos(as) que entendem gênero como uma relação social e os que o constroem como uma identidade ou um código cultural, Fraser (2007) afirma que “*Justiça, hoje, requer tanto redistribuição quanto reconhecimento; nenhum deles, sozinho, é suficiente*” (p. 103).

⁴⁵SANTOS, Boaventura de Souza. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez, 2000, p. 21.

Assim, o movimento feminista passou a pautar suas demandas na demonstração de que as mulheres, enquanto uma minoria política, tinham necessidades diferentes que deveriam ser reconhecidas, como por exemplo, o direito ao aborto, à contracepção, o combate ao preconceito sexual, dentre outras⁴⁶.

Cabe observar também que o movimento feminista teve um importante papel no campo de estudo sociológico por meio do feminismo acadêmico. O feminismo levou a uma ampla crítica da visível parcialidade masculina presente na teoria e também na metodologia sociológica e até mesmo no próprio tema da sociologia. Além de contestar a dominação masculina, exigiu também uma reconstrução profunda da própria disciplina. As perspectivas feministas na sociologia enfatizam a centralidade da categoria gênero na análise do mundo social. De forma geral, a maioria das feministas concorda que o conhecimento está integralmente relacionado às questões do sexo e do gênero. Para as feministas, os homens sempre ocuparam posições de poder e de autoridade na sociedade e têm investido na manutenção de seus privilégios sociais. Desta forma, o conhecimento marcado pelo gênero torna-se uma força sumamente necessária para a reprodução dos acordos sociais estabelecidos e na legitimação destes, favorecendo assim a dominação masculina⁴⁷.

Cabe observar, porém sem querer aprofundar na discussão, que algumas autoras feministas discordam da abordagem anterior, já que afirmam ser um erro supor que homens e mulheres são grupos que possuem interesses ou características próprias. Autoras como Judith Butler⁴⁸, influenciadas pelo pensamento pós-moderno, afirmam que o gênero não é uma categoria fixa, mas variável, já que é revelada naquilo que as pessoas fazem e não no que elas são.

Esta breve contextualização histórica teve como principal objetivo evidenciar como se desenvolve e se naturaliza ao longo da civilização ocidental

⁴⁶ Não farei aqui uma discussão sobre a teoria multicultural ou do reconhecimento, pretendo apenas expor brevemente as mudanças de paradigmas ocorridas no movimento feminista contemporâneo. Para uma leitura mais detalhada sobre o multiculturalismo e as críticas a ele feita pela teoria liberal contemporânea, consultar Vita (2002).

⁴⁷ GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. Porto Alegre: Artmed, 2005, 4a edição, p. 533.

⁴⁸ BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

as posições sociais destinadas a homens e mulheres. O construto social levado por gerações estabeleceu posições arbitrárias normativas que foram apresentadas sobre diversos argumentos de cunho justificatório que recorriam a ideologias de diversos tipos. Essa situação foi sendo questionada desde o surgimento do feminismo no século XIX e mais profundamente nas últimas décadas do século XX, quando o movimento feminista contou com o apoio das Ciências Sociais para desvendar formas ocultas de opressão. Mas uma questão fica no ar: sabemos como foi construída e exclusão feminina da política, mas qual seria a importância da inserção das mulheres nesta esfera? Quais argumentos foram utilizados para se contrapor ao senso comum? Estas questões serão abordadas e nortearão as reflexões do próximo capítulo.

Capítulo 2 - Mulher e política: por quê?

Desde a criação do conceito de cidadania e da fundação do sistema político democrático as mulheres estiveram fora da esfera do campo político. No momento de mudança do paradigma do sistema de organização política, que se deu com a Revolução Francesa, as mulheres, apesar de atuarem nas linhas de frente e terem desempenhado um decisivo papel na revolução, foram impedidas de participarem da nova ordem instituída. A exclusão das mulheres da arena política - assim como a dos negros, proletários e crianças - não era percebida e tematizada enquanto um problema político, porque se considerava que essa ausência decorria de uma característica natural que as tornavam incapazes de promoverem os seus próprios interesses. Conforme argumentação apresentada por Rousseau e amplamente aceita pela sociedade da época e que se arrastou até bem pouco tempo.

Mesmo com o contraponto apresentado por Olympe de Gouges, Mary Wollstonecraft e muitas outras mulheres e homens que fundaram e/ou participaram do movimento feminista desde o século XVIII, o discurso que prevaleceu e se cristalizou nas consciências foi aquele ligado aos autores contratualistas, com destaque para o de Rousseau.

No século XX, após dois séculos de árduas lutas, as mulheres obtiveram importantes conquistas no que tange a cidadania política: conseguiram o direito ao voto e a possibilidade de se candidatarem à cargos eletivos em diversos países. Some-se a isto que, no final do século XX, ao menos no mundo ocidental, a representação política paritária já era visto como um objetivo justo⁴⁹. Tomemos como exemplo o Brasil: quando foi proposta a adoção de cotas de candidatura (que culminou na aprovação da lei n 9.100/95), houve manifestações contrárias à medida, mas nenhuma voz se levantou contra a meta de facilitar uma representação política mais paritária. Apesar de persistir nas práticas políticas, a defesa da exclusão das mulheres na política já saiu do

⁴⁹ MIGUEL, Luis Filipe. "Política de interesses, política do desvelo: representação e 'singularidade feminina'. **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, ano 9, n 1, p. 253-267.

campo do discurso político legítimo. Mas apesar dos avanços ainda persiste uma forte desigualdade de participação no campo político. Buscando argumentos para legitimar a necessidade da promoção da paridade de representação⁵⁰ e também da necessidade de maior estímulo à participação feminina na política em suas diversas instâncias, o movimento feminista, por um lado, vem desde os anos 80 buscando instrumentais teóricos para sustentar suas afirmações e, por outro, atuando ativamente como movimento social reivindicatório.

O feminismo foi o responsável por criticar sistematicamente o “sujeito humano universal” criado pelo Iluminismo, buscando demonstrar que por trás do discurso da igualdade liberal não era levada em conta a desigualdade política que atingia mais de 50% da população. A princípio a defesa utilizada pelo incipiente movimento feminista, ainda no século XVIII, se apoiava na afirmação da igualdade entre os sexos, no que se relacionava à capacidade de participar do debate público e promover os próprios interesses. O problema desse argumento, que logo ficou evidente, é que se a igualdade for considerada absoluta, a composição da representação política seria indiferente, ou se houvesse alguma diferença significativa, a igualdade formal garantida pelas instituições liberais seria suficiente para expressá-la sem a necessidade de instrumentos adicionais para buscar diminuir a desigualdade de representação entre os sexos.

Dentro do contexto do multiculturalismo é que o movimento feminista vai encontrar uma argumentação que aponta as diferenças entre homens e mulheres e a necessidade da paridade na representação política. Segundo Moreira⁵¹, o termo multiculturalismo tem sido empregado para indicar o caráter plural das sociedades contemporâneas e também como as relações de poder desempenham um importante papel na conformação do modo como indivíduos grupos e instituições reagem à realidade cultural. Os teóricos do multiculturalismo observam como as diferenças estão associadas às relações

⁵⁰ Um dos instrumentos muito utilizado para atingir esse objetivo é a utilização do sistema de cotas. Cabe observar que este debate que apresentarei a seguir é o plano teórico de fundo para a defesa da utilização de cotas partidárias para candidaturas femininas.

⁵¹MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa. Currículo, diferença cultural e diálogo. **Educação e sociedade**, ano 23, n 79, agosto 2002, p. 16.

de poder, ou melhor, como são criadas e mantidas por meio das relações de poder. Vide o caso das 'minorias' que são identificadas por fatores relativos à classe social, gênero, etnia, sexualidade, religião, etc., e que têm sido definidas, desvalorizadas e discriminadas por representarem 'o outro', 'o diferente', 'o inferior'.

O multiculturalismo forneceu elementos teóricos para o feminismo por possibilitar a valorização das diferenças e, assim, instrumentalizar um novo construto teórico de defesa de mecanismos que favoreçam uma representação mais paritária. No entanto, Araújo⁵² chama a atenção para a necessidade de se observar que a pressão do movimento feminista pela maior inserção e representação das mulheres no campo político não se concentra apenas no reconhecimento de suas demandas, mas na sua incorporação como atoras no cenário de representação e tomada de decisões, já que, segundo a autora, a maior participação e representação feminina *"propicia a chance de se debater acerca de uma gama de questões envolvendo as mulheres como sujeitos políticos, sua exclusão histórica e seu lugar nas esferas de poder"*. Desta forma a luta pela inclusão política não é apenas uma questão de reconhecimento, mas, muito além, representa a necessidade de incorporá-las ao jogo político institucional, onde, até hoje, ainda são minoria e seus pleitos frequentemente são tratados como de segunda importância.

Assim, a fim de cunhar instrumentais teóricos e analíticos para justificar a maior inserção e representação feminina foram criadas diversas teses em defesa da paridade política que se desenvolveram ao longo da luta recente do movimento feminista e que se baseavam de maneira geral em três concepções: a afirmação de uma diferença moral entre homens e mulheres, de uma diferença de interesses ou de uma diferença estrutural presente na sociedade.

⁵²ARAÚJO, Clara. "Construindo novas estratégias, buscando novos espaços políticos: as mulheres e as demandas por presença". In: MURARO, Rose Marie; PUPPIN, Andrea Brandão (Orgs.). **Mulher, gênero e sociedade**. Rio de Janeiro: FAPERJ/Relume Dumará, 2001, p. 82-97.

A primeira corrente de pensamento defende que as mulheres possuem uma singularidade moral em seus julgamentos. Ao contrário da maneira preconceituosa fundada por Rousseau que apresentava as especificidades femininas como fruto de seu subdesenvolvimento da capacidade de julgamento, essa linha de pensamento afirma que a diferença entre homens e mulheres na política não estaria pautada neste argumento do filósofo iluminista. As diferenças de ação se deveriam a uma sensibilidade moral distinta da masculina. Então ao dar espaço a uma maior representação política feminina daria voz, nos debates públicos, a outra sensibilidade que ainda hoje permanece circunscrita à esfera doméstica. Desta forma, as demandas originadas na esfera privada acabariam por implicar em modificações para o mundo político⁵³.

Segundo Miguel⁵⁴, a principal base de sustentação desse argumento é a obra *In a Different Voice* da psicóloga estadunidense Carol Gilligan que, por sua vez, se baseou na revisão feita pela antropóloga Nancy Chodorow sobre os escritos de Freud a respeito das diferenças anatômicas entre os sexos. Neste modelo proposto por Chodorow, haveria dois estágios diferentes de formação da moralidade, um avançado (o masculino) e o outro atrasado (o feminino), o que favoreceria as mulheres a possuírem uma maior sensibilidade para as necessidades alheias, recusando a abordagem fria e impessoal que seria própria da abordagem masculina.

A apropriação da obra de Gilligan e Chodorow por teóricas políticas feministas acabou tendo como consequência, dentre outras, a aproximação de uma postura essencialista para as mulheres. Apesar de não defenderem a diferença feminina como algo “natural”, no sentido de “biológica”, acabou sendo vista como algo fundante da identidade das mulheres, estando por isso, para todos os efeitos, naturalizada.

A parcela de feministas que defendia esta abordagem afirmava que a maior presença feminina na esfera política traria um comportamento

⁵³ AVELAR, Lúcia. **Mulheres na elite política brasileira: canais de acesso ao poder**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer Stiftung, série Pesquisas, n 6, 1996, p. 70.

⁵⁴ MIGUEL, Luis Filipe. “Política de interesses, política do desvelo: representação e ‘singularidade feminina’”. **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, ano 9, n 1, p. 253-267.

diferenciado ao campo político, já que, por estarem acostumadas a cuidar dos outros, uma maior presença feminina diminuiria o caráter agressivo da atividade política, que é vista como inerentemente masculina. As mulheres trariam para a política uma valorização da solidariedade, além do amparo a áreas desprezadas nos embates políticos, tais como a assistência social, saúde, meio ambiente, educação, dentre outras.

O que é central nesta concepção teórica é a valorização da esfera familiar. A moral feminina diferenciada, voltada para a manutenção dos relacionamentos interpessoais e ao cuidado dos necessitados, estaria manifestada em seu papel de mãe de família. Então, graças aos valores considerados hoje como privados, a prática política seria modificada, deixando de lado a luta pelo poder em detrimento de uma política marcada por mais ética, honestidade, generosidade e altruísmo. Apesar de tentar romper com a diferenciação proposta por Rousseau, esta concepção acaba por redundar no essencialismo proposto por ele. Esta corrente faz crer que com uma maior entrada das mulheres no campo político, culminando com uma representação paritária, levaria naturalmente a uma modificação dos padrões de comportamento na política. No entanto a experiência de mulheres no poder revela que a relação entre gênero com uma forma de fazer política mais amena, baseada no cuidado, nada tem de automática.

Há muitos exemplos que podem ser citados. Lembremos por exemplo da Primeira Ministra de Israel, Golda Meir, que devido às suas ações político-militares agressivas, principalmente quando em situações de ameaça ao Estado judeu, recebeu a alcunha de “Dama de Ferro” que posteriormente foi dada a Margaret Thatcher, a primeira ministra britânica entre 1980 e 1991 que, para adequar seu país às regras abstratas idealizadas pelos teóricos do neoliberalismo, deu pouca importância aos indivíduos concretos que eram atingidos por tais mudanças; pelo contrário, os que se sentiram prejudicados e se manifestaram contrariamente às medidas muitas vezes foram duramente reprimidos pelas instituições policiais britânicas. O mesmo se aplica no Brasil. Zélia Cardoso de Mello, a poderosa ministra da fazenda de Fernando Collor, teve uma gestão que dificilmente poderia ser caracterizada por demonstrar zelo e compaixão pelos mais necessitados. Há exemplos também de outras

mulheres políticas que dificilmente se enquadrariam nessa concepção do desvelo como característica eminentemente feminina, dentre alguns exemplos podemos citar: Yeda Crusius, ex-governadora do Rio Grande do Sul; Roseana Sarney, governadora do Maranhão; Kátia Abreu, senadora pelo Estado de Goiás, dentre muitos outros exemplos.

Mas então porque, ao que parece, as mulheres que entram em determinadas esferas do poder político, notadamente nas diversas instâncias legislativas, se ocupam mais dos temas “sociais” em detrimento da política “hard” (administração pública, política econômica e relações internacionais)? Isso ocorre, muitas vezes, porque este é o único nicho que está disponível para elas no campo político, principalmente em virtude de sua demora em conseguir adentrar a arena de discussão política. Quando as mulheres conseguiram sua inserção na esfera política os lugares já estavam ocupados, levando-as a buscarem outras áreas para sua atuação⁵⁵.

Apesar da importância e legitimidade dos temas considerados femininos, eles são tratados como secundários, principalmente por tratarem de questões de menor prestígio no campo político, isto é, questões que exigem menor capital simbólico e que por isso não garantem um maior crescimento político futuro. Cabe observar também que o discurso dessa “política do cuidado”, que remete a atuação ao campo da maternidade, é problemático por reforçar a divisão do trabalho político, colocando as mulheres em ambientes próprios e deixando a cargo dos homens as atividades políticas mais valorizadas, remetendo novamente aos papéis sexuais observados no âmbito privado.

Vale ressaltar também que a idealização da maternidade como conduta política é questionável já que a relação entre mãe e filho é uma relação de desigualdade: o filho está subordinado à mãe, mas, concomitantemente, suas necessidades possuem prioridade sobre as de sua mãe. Miguel salienta que este não seria o melhor modelo, já que

⁵⁵ ARAÚJO, Clara. *Op. Cit.*

...a política democrática exige igualdade, uma igualdade que inclui no cálculo o próprio sujeito, com suas carências e seus interesses, em vez de (como na exaltação convencional da maternidade) anulá-lo em prol do outro. (...) Negar as próprias necessidades não é instaurar uma sociedade igualitária, é apenas inverter a subalternidade⁵⁶.

Com base em toda essa argumentação e nos exemplos da política desenvolvida pelas mulheres, os argumentos que advogavam por uma diferença moral entre homens e mulheres ficaram insustentáveis por, apesar das muitas ressalvas, recair na naturalização da diferença.

Outras vias de justificação teórica foram elaboradas para defender uma maior ampliação da representação feminina na política como contraponto à anterior. Uma dessas vias teóricas defende que a importância da mulher na política deve-se não por ela fazer uma “política desinteressada”, mas justamente pelo contrário, que as mulheres têm necessidades específicas relacionadas a seu gênero, tais como o aborto, agressão sexual, discriminação e assédio sexual, etc., e por isso precisam ser levadas em conta. Por detrás desta argumentação está a ideia de que somente as mulheres seriam capazes de levar à frente ou de advogar em defesa de políticas ligadas às necessidades femininas. Esta argumentação também é problemática por permanecer aí resquícios de um essencialismo, já que aparenta que somente as mulheres, e apenas por serem mulheres, terão sempre os mesmos interesses, desconsiderando a multiplicidade de identidades que os indivíduos ocupam no cotidiano de suas vidas (por exemplo, mulher evangélica, mãe, solteira, negra, pobre, moradora da periferia, consumidora de determinado produto e trabalhadora manual)⁵⁷. Assim, uma maior presença feminina na política acabaria por favorecer a representação de uma determinada característica (ou identidade) sobre as demais.

Com base neste contraponto cito Avelar, que chama a atenção para o fato de que as mulheres não são sujeitos abstratos, elas são pessoas que sofrem influência da realidade social na qual estão inseridas, não significando

⁵⁶ Miguel, *Op. Cit.*, p. 262.

⁵⁷ Para uma discussão mais detalhada sobre as múltiplas identidades do sujeito no mundo contemporâneo consultar Hall (1996).

que apenas por serem mulheres elas estariam automaticamente ligadas aos interesses dos mais desfavorecidos ou seriam simpatizantes de causas femininas e feministas. Ao tratar da participação feminina na realidade nacional a autora pondera que:

...na maioria dos estados cujos contextos políticos são marcadamente oligárquicos e com uma economia pouco diferenciada, a participação das mulheres é muito menor, dado o tradicionalismo das organizações sociais e relações familiares. Quando elas participam da política, representam valores das oligarquias às quais pertencem por este ou aquele laço de parentesco. (...) Nestes casos, as mulheres políticas são portadoras dos valores e interesses nem sempre identificados com as causas femininas, reafirmando a rede de relações clientelísticas que ligam o poder local ao Estado central⁵⁸.

Esta argumentação demonstra que pertencer a um determinado grupo não faz com que o sujeito necessariamente expresse as suas demandas; e o mesmo ocorre com as mulheres que fazem parte da política. Este fato reforça a argumentação por uma “política de ideias”, isto é, a cooperação entre diferentes grupos em defesa de pontos comuns, assim homens podem se unir às mulheres para desenvolver políticas de igualdade sexual; brancos podem se unir a negros para acabar com a discriminação sexual; heterossexuais podem se unir a homossexuais para punir a homofobia; e assim por diante. Apesar da plausibilidade do argumento, a “política de ideias” não é o veículo adequado para tratar a exclusão política, embora, adequadamente relacionada com a “política de presença”, possa oferecer um sistema mais justo de representação política⁵⁹.

Buscando superar tais dificuldades teóricas surge uma terceira forma de justificação para uma maior representação feminina na política. Iris Marion Young, ao defender a utilização de cotas para candidaturas femininas, introduz o conceito de “perspectiva social” em lugar de “interesse”, já que os membros

⁵⁸ AVELAR, Lúcia. **Mulheres na elite política brasileira: canais de acesso ao poder**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer Stiftung, série Pesquisas, n 6, 1996, p. 21.

⁵⁹ PHILLIPS, Anne. “De uma política de ideias a uma política de presença?”. **Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, ano 9, n 3, 2º semestre 2001, pp. 289.

de terminado grupo têm histórias de vida que os tornam diferentes entre si e, conseqüentemente, com diferentes interesses e posicionamentos ideológicos. Na perspectiva de Young, o acesso das mulheres (e também de outros grupos minoritários excluídos) é necessário não porque compartilhem os mesmo interesses, mas porque partem de uma mesma perspectiva social relacionada às suas experiências de vida. Assim, as diferenças políticas entre mulheres e homens não é intrínseca, mas estrutural, isto é, estão relacionadas às posições que ocupam em determinada formação social. As mulheres e outras minorias precisam estar presentes na arena política para que a sua perspectiva social seja incorporada e ouvida, favorecendo a construção de projetos coletivos:

A partir de uma determinada perspectiva social um representante coloca certos tipos de questões, relata certos tipos de experiência, retoma uma determinada linha de narrativa histórica ou expressa um certo modo de olhar as posições de outrem. Isso contribui decisivamente para a inclusão de diferentes pessoas no processo de tomada de decisões e chama a atenção para possíveis efeitos das políticas propostas sobre os diferentes grupos⁶⁰.

Desta forma é importante a participação feminina na política (bem como a de outros grupos excluídos) por possibilitar a ascensão de diferentes visões e opiniões. Realmente as mulheres possuem atuação política diferente, mas não em decorrência de uma suposta diferença moral em relação aos homens, mas porque ocupam lugares diferentes na organização da sociedade que acaba por impor experiências de vida e de gênero diferenciadas. A presença de mulheres na vida política representa um importante passo em direção à realização da democracia, possibilitando que os cidadãos e cidadãs fixem eles mesmos as normas que irão reger suas vidas⁶¹.

Assim, as ações que perseguem a meta de uma maior inserção feminina na política, bem como de outros grupos minoritários excluídos, estão

⁶⁰ YOUNG, Iris Marion. Representação política, identidade e minorias. **Lua Nova**, São Paulo, n. 67, 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452006000200006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 13 dez. 2010.

⁶¹ MIGUEL, Luis Filipe. "Política de interesses, política do desvelo: representação e 'singularidade feminina'". **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, ano 9, n 1, p. 253-267.

comprometidas com o valor ético da igualdade ao buscar uma participação igualitária desses grupos na esfera do poder político.

Capítulo 3 – o que a teoria tem a dizer?

A relação da mulher com o espaço público sempre foi e ainda é problemática. Apesar dos avanços e conquistas obtidos pelo movimento feminista ao longo do século XX o campo político se mostra refratário e muito resistente à inserção feminina. Na grande maioria dos países do mundo, as mulheres são a maioria ou formam uma grande parte da população, mas não gozam de representação política, seja quantitativa ou qualitativa. Porque isso ocorre? Porque ainda hoje a participação política feminina se defronta com um intrincado e complexo conjunto de desafios a serem vencidos? Mesmo com a adoção de cotas para estimular uma maior participação feminina, ainda não observamos um crescimento proporcional. Estariam as mulheres em uma condição de apoliticismo? Baseando-me nestas questões buscarei demonstrar como a teoria que guia este trabalho busca responder a tais questionamentos.

3.1 - Gênero como categoria de análise

O conceito de gênero surgiu na década de 1970, disseminando-se nas ciências sociais a partir dos anos 1980. O gênero surge com a função de distinção e separação da categoria sexo – influenciado pela biologia e por uma abordagem essencializadora da natureza – do gênero, que tinha como objetivo enfatizar traços de construção histórica, social e, principalmente, política que implicaria em uma análise relacional. Enquanto proposta de um sistema de classificação, o gênero como categoria de análise tem sido acionado quase sempre de forma binária para analisar as diferenças entre feminino e masculino, homens e mulheres e, também, entre a homo e a

heterossexualidade, penetrando no segundo eixo de pesquisa de gênero que é a fronteira da sexualidade⁶².

A partir da década de 1980 as pesquisas feministas foram deixando paulatinamente de lado a discussão sobre a mulher voltando-se para os estudos sobre as relações de gênero. Essa mudança se deve principalmente, conforme discutido por Scott⁶³, porque o emprego da categoria “mulher” nos estudos anteriores poderia levar a um retorno do essencialismo que busca a “mulher verdadeira”, limitando e dificultando as pesquisas feministas e também a própria luta política por uma redistribuição igualitária de poder e também de justiça social.

A categoria “gênero” possibilitou uma nova ótica analítica que transversalizou as dimensões de classe, idade, raça e sexo, tendo um papel fundamental nas ciências humanas e sociais ao evidenciar “*as estruturas modernas de opressão colonial, econômica, geracional, racista e sexista, que operam há séculos em espacialidades (espaço) e temporalidades (tempo) distintas de realidade e condições humanas*”⁶⁴. O conceito também possibilitou a abertura de espaço para análise e questionamento das próprias categorias de homem e de masculino, assim como de mulher e de feminino, que passaram a ser fruto de um processo de revisão e desconstrução. Tal desconstrução possibilitou desnaturalizar o que na verdade é um construto social. Joan Scott propõe o uso do conceito de gênero buscando compreender o papel das relações entre gêneros na constituição da sociedade, onde está inclusa necessariamente a dimensão política. Tendo como base a perspectiva de gênero, as investigações históricas e sociológicas buscam incorporar as dimensões do masculino e do feminino de forma relacional. As investigações

⁶² MATOS, Marlise. Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um *campo novo* para as ciências. **Revista Estudos Feministas**, v. 16, n 2, Florianópolis, Mai/Ago. 2008, p. 333-357.

⁶³ SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e realidade**, [s/l], n 20, vol 2, jul/dez 1995, p. 71-99.

⁶⁴ MATOS, *Op. Cit.*, p. 336.

que se utilizam do conceito de gênero buscam compreender a interação entre o masculino e o feminino na totalidade da vida social⁶⁵.

A definição de gênero proposta por Scott abarca dois argumentos centrais. Um deles é que o biológico não é capaz de explicar os diferentes comportamentos de homens e mulheres, pois são produtos sociais, aprendidos, internalizados e reproduzidos. O outro argumento refere-se à noção de que um poder é desigualmente distribuído entre os sexos. Se esse poder age no sentido de colocar as mulheres em posição de inferioridade, o conceito de “gênero” se aproxima ao de “patriarcado”, já que se constitui um sistema de dominação das mulheres pelos homens. No entanto, Pinheiro nos alerta para que não procedamos a uma *“redução substituição de um conceito pelo outro, pois, se gênero remete à relação entre os sexos que não determina previamente o pólo dominante, no patriarcado o pólo dominante é, por definição, o homem”*⁶⁶.

Ao definir gênero, Scott esforça-se por demonstrar que há uma relação entre gênero e poder. Diz ela que:

O núcleo da definição [de gênero] repousa numa conexão integral entre duas proposições: 1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e 2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder⁶⁷.

Scott dá uma dimensão mais precisa à segunda proposição de seu enunciado ao dizer que *“o gênero é um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado”*⁶⁸. Em seu conceito, a autora propõe que utilizemos a perspectiva foucaultiana de poder, que é entendida como *“um*

⁶⁵BRITO, Maria Noemi Castilhos. Gênero e cidadania: referenciais analíticos. **Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, ano 9, n 3, 2º semestre 2001, p. 292.

⁶⁶PINHEIRO, Luana Simões. **Vozes femininas na política: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-constituente**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2007, p. 35.

⁶⁷ SCOTT, Joan. *Op. Cit.* p. 86.

⁶⁸ *Ibid.*, p. 88.

*jogo de desiguais inscritos em práticas discursivas que constituem “campos de forças sociais”*⁶⁹.

Visto que a grande maioria dos estudos feministas a partir da década de 80 estão baseados nos referenciais teórico-analíticos da filosofia foucaultiana, creio ser válido abordar rapidamente algumas contribuições de Foucault para o feminismo. Foucault busca analisar os múltiplos mecanismos e conseqüências do poder que perpassa toda a sociedade, buscando dar uma atenção investigativa especial aos dispositivos de exercício do poder, isto é, ao artifício por meio do qual se consegue a sujeição, os mecanismos de poder que controlam os gestos, atitudes e discursos presentes nos corpos⁷⁰. É no exercício dos micropoderes vivenciados na vida cotidiana que vai se formando redes hierárquicas onde cada indivíduo funciona como centro de transmissão de poder⁷¹. Por isso que, para Foucault, não se possui o poder, exerce-se poder⁷².

O estudo do poder é de fundamental importância para a sociologia. Mas afinal, o que é o poder? Quando falamos em poder vem à mente quase que instantaneamente aquelas ideias que nos remetem às estruturas de poder político, aos governos, nações, instituições, relações entre patrões e empregados, dentre outras. Mas não é apenas a esse tipo de poder que se refere Foucault. As relações onde se manifestam o poder podem estar presentes em quaisquer relações humanas, sejam elas de natureza institucional, econômica, sentimental, dentre muitas outras.

O filósofo e historiador Michel Foucault já no primeiro volume de seu livro “História da sexualidade: a vontade de Saber”, se propõe a construir uma concepção do desejo⁷³ sem a lei e do poder sem o rei. Esta concepção de

⁶⁹ MEDRADO, Benedito; LYRA, Jorge. “Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades”, **Revista Estudos Feministas**, vol 16, n 3, Florianópolis, set./dez. 2008, p. 821.

⁷⁰ FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

⁷¹ FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

⁷² MEDRADO; LYRA. *Op. Cit.*, p. 821.

⁷³ Judith Butler irá aprofundar e atualizar em suas obras algumas reflexões de Foucault sobre o desejo e a sexualidade, onde irá tecer críticas à normativa heterossexista presente nos estudos sociológicos até então. Tendo por base este e outros argumentos ela critica também as análises baseadas no conceito de gênero por considerar que, apesar dos esforços, aprisiona a reflexão sobre minorias dentro da norma heterossexista, já que nas análises baseadas naquele

poder em Foucault é revolucionária, já que não rompe apenas com as características habitualmente atribuídas ao poder, seus efeitos e modos de funcionamento, mas também com a maneira como concebemos sua natureza. Em Foucault o poder é concebido como uma relação assimétrica entre os indivíduos, entre grupos, que se expande de baixo para cima, da periferia para o centro, sendo exercido permanentemente, dando sustentação à autoridade⁷⁴. Deste modo, ao invés de coisas, o poder é um conjunto de relações, produz assimetria, exerce-se permanentemente, sustenta as instâncias de autoridade de baixo para cima.

Michel Foucault criticava a teoria marxista por esta dar grande importância às estruturas econômicas na determinação das relações sociais e políticas que ocorrem na sociedade, mas se esquecia completamente das microestruturas sociais, das disputas que ocorrem em outros níveis da sociedade e dentro das instituições sociais, como por exemplo na justiça, na escola, na família, na sexualidade, no discurso, dentre muitos outros lugares e instituições sociais. Em suas palavras “...as estruturas econômicas de nossa sociedade são melhor conhecidas, mais inventariadas, melhor destacadas que as estruturas de poder político”⁷⁵. A partir da crítica à concepção marxista da preponderância do poder econômico sobre as instituições sociais e sobre os indivíduos, ignorando ou não reconhecendo como importantes outras manifestações de poder, é que Foucault irá desenvolver seu argumento e sua concepção teórica do fenômeno do poder nas estruturas sociais e também nas ações e nos corpos dos indivíduos.

Cabe observar que, para Foucault, o poder não exclui necessariamente a liberdade, já que as relações de poder só ocorrem quando há algum grau de liberdade e resistência entre as pessoas que estão envolvidas em determinada

conceito deve obrigatoriamente haver dois polos: o masculino e o feminino, não deixando margem para outros arranjos. Baseando-se numa leitura radical dos escritos de Freud, Foucault e outros teóricos pós-modernos, Judith Butler desconstrói e atualiza as concepções teóricas dos estudos de gênero ao dar novos instrumentais analíticos. Sua obra tem grande destaque em estudos sobre sexualidades não-hegemônicas, sendo, por isso, considerada uma teórica da linha *queer*, teoria que costuma ser associada ao estudo do desejo e da sexualidade. Para uma leitura mais acurada consultar Butler (2003) e também Miskolci (2009).

⁷⁴ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. “Michel Foucault e a teoria do poder”. **Tempo Social**, São Paulo, n 7, v 1-2, outubro de 1995, p. 105-110.

⁷⁵FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2002, p. 30.

relação social, isto é, a resistência é um elemento que constitui a relação de poder, de modo que, senão existe possibilidade de resistência, não há relações de poder⁷⁶.

Então, utilizando as contribuições analíticas de Foucault e do conceito de gênero proposto por Scott, podemos compreender que a relação entre masculino e feminino que está presente em nossas relações sociais cotidianas estão transpassadas também por relações de poder, já que o próprio masculino e o feminino são discursos metafóricos para exercícios de poder que orientam valores e práticas sociais de homens e mulheres.

Feitas estas breves considerações sobre a teoria de Foucault, retomemos a apreciação da dupla proposição presente no conceito de gênero proposto por Scott. Na primeira parte de seu conceito, onde o gênero é definido como *“um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos”*⁷⁷, o gênero implica quatro elementos inter-relacionados, que abordarei mais adiante. A inter-relação entre esses quatro elementos significa para a autora que nenhum deles opera isoladamente sem os outros, mas também eles não operam simultaneamente, como se um fosse o reflexo do outro. Assim, Scott não estabelece divisões hierárquicas entre os elementos.

O primeiro elemento abordado por Scott é o dos

símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações simbólicas (e com frequência contraditórias – Eva e Maria como símbolos da mulher, por exemplo, na tradição cristã ocidental - mas também mitos de luz e escuridão, purificação e poluição, inocência e corrupção).⁷⁸

Por este primeiro elemento, a autora observa que as relações sociais utilizam-se das mais diversas formas de representações simbólicas para fazer

⁷⁶ MEDRADO;LYRA. *Op. Cit.*, p. 822.

⁷⁷ SCOTT, Joan. *Op. Cit.*, p. 86.

⁷⁸ *Ibid.*, p.86.

valer definições e significados para as ações e representações levadas a cabo nas interações sociais cotidianas. Em segundo lugar a autora enfatiza os conceitos normativos “*que expressam interpretações dos significados dos símbolos, que tentam limitar e conter suas possibilidades metafóricas*”.⁷⁹ Estes conceitos são prescritivos e estão presentes nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas que afirmam de maneira categórica o significado do homem e da mulher, do masculino e do feminino. Scott observa que esses campos doutrinários prescritivos são muitas vezes questionados ao longo da história, porém ela observa que a posição que surge como posição dominante é, contudo, declarada a única possível⁸⁰, fazendo com que a história escrita posteriormente apresente essas posições normativas como se fosse produto do consenso social e não do conflito.

O terceiro aspecto das relações de gênero apontado por Scott refere-se à busca pela investigação da natureza do debate ou da repressão que leva a uma aparência de a-historicidade na representação do gênero, em outras palavras, o gênero deve buscar compreender o que está por trás das manifestações de repressão que buscam justificar as diferentes relações e posições sociais entre o masculino e o feminino na vida e organizações sociais. Segundo Scott, o gênero constrói-se de forma múltipla, envolvendo diversas instituições sociais, para além da família ou as relações de parentesco⁸¹: “*ele é construído igualmente na economia e na organização política, que, pelo menos em nossa sociedade, operam atualmente de maneira amplamente independente do parentesco*”.⁸²

O quarto e último aspecto da primeira proposição do conceito de gênero apontado por Scott é a *identidade subjetiva*. Este elemento implica em um exame das formas pelas quais as identidades generificadas são construídas, isto é, a atualização que homens e mulheres fazem de suas identidades de gênero, já que homens e mulheres não cumprem sempre e nem literalmente os termos das prescrições de suas sociedades ou as categorias analíticas

⁷⁹ Ibid., Ibidem.

⁸⁰ Ibid., p. 87.

⁸¹ A crítica de Scott dirige-se principalmente aos antropólogos que restringiam o uso do gênero ao sistema de parentesco, centrando-se no lar e na família como base da organização social.

⁸² Scott, *Op.Cit.*, p. 87.

utilizadas para classificar e interpretar as ações sociais. Neste ponto Scott destaca a centralidade da reprodução; ela cita os escritos de Pierre Bourdieu sobre como a divisão do mundo, baseada em referências às diferenças biológicas, principalmente naquelas que se referem à divisão do trabalho de procriação e de reprodução, operam como uma ilusão coletiva⁸³. Então aquela ideia que associa mulher à maternidade é construída continuamente por meio de símbolos, prescrições educacionais, jurídicas, religiosas, das organizações sociais e também das identidades subjetivas, enquanto o masculino fica associado à produção e administração da riqueza, ficando afastado das tarefas ligadas à reprodução a não ser pela fecundação⁸⁴.

Essa abordagem permitiu uma nova perspectiva analítica para as relações sociais. Mas tendo em vista a finalidade do estudo proposto aqui, não podemos perder de vista a segunda parte da definição de gênero apresentada por Scott: *“o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder”*.⁸⁵ Por esta proposição a autora demonstra que o gênero é um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado. Os conceitos de gênero estruturam a percepção e a organização concreta e simbólica da totalidade da vida social, já que essas referências estabelecem distribuições de poder de forma diferenciada, seja por meio do controle ou do acesso diferencial aos recursos materiais e simbólicos, fazendo com que o gênero torne-se implicado na concepção e na construção do próprio poder. Logo, não se pode proceder a uma análise dissociando gênero e poder, sem, entretanto, esquecer de que a política é apenas uma das áreas na qual o gênero pode ser utilizado para análise, já que as relações de poder se manifestam por diferentes formas, seja na esfera da política ou das relações sociais cotidianas, conforme já discutido anteriormente.

A partir da definição de gênero podemos compreender que o desempenho dos papéis sociais previamente estabelecidos para o sexo masculino e feminino ocorre através do comportamento de homens e mulheres, e isto não só no que diz respeito às suas ações cotidianas, mas também em

⁸³ Abordarei a contribuição teórica de Bourdieu para a discussão mais adiante.

⁸⁴ MEDRADO; LYRA. *Op. Cit.*, p. 823.

⁸⁵ SCOTT, Joan. *Op. Cit.* p. 86.

relação às próprias representações que fazem de si mesmos. Com base nessa representação que fazem de si e do mundo, homens e mulheres tornam-se capazes de explicar o mundo que os cerca de acordo com suas próprias lógicas. Então, onde ocorre uma tradição em que há a preponderância e importância do princípio masculino (patriarcal) a lógica aí vigente resultará numa posição de subalternidade da mulher pelo homem, ocupando posições e funções sociais consideradas inferiores.

3.2 - As contribuições da teoria de Pierre Bourdieu

Pierre Bourdieu oferece elementos teóricos que podem nos auxiliar neste trabalho. Este autor critica de forma contundente a naturalização dos fenômenos sociais, inclusive por meio das práticas científicas. Em outras palavras, à medida que passamos a incorporar nossas condições de vida em sociedade, deixamos de ter uma postura crítica a essas condições sociais o que diminuiria substantivamente a autonomia do agente frente ao mundo social. Tal situação só poderia ser revertida com uma postura reflexiva mais crítica que possibilitaria uma atitude de desnaturalização dos fenômenos socialmente criados no mundo social. Este não tem suas lógicas de estruturação visíveis a nós, por isso ele deve ser concebido pelo sociólogo como um mundo estranho a ser investigado. Diante disso, tanto o mundo social quanto a vida social não podem ser explicados tendo como base apenas as concepções, explicações e formulações do real dos indivíduos que nele vivem. Portanto, as explicações dadas devem ser investigadas e fundamentadas em causas que escapam da consciência de seus participantes⁸⁶.

Diante dessa realidade que não é totalmente visível, a sociologia, para Bourdieu, deve preocupar-se em revelar fatos e relações que nem sempre estão explícitas, buscando questionar situações em que se aparentam estados

⁸⁶ RAMOS, Flávio; JANUÁRIO, Sérgio. Reflexividade e constituição do mundo social: Giddens e Bourdieu (breves interpretações), **Ciências Sociais Unisinos**, n 43, v 3, set/dez 2007, p. 259-266.

de mais completa naturalidade ou normalidade. Portanto o objeto da sociologia envolve lutas e relações de poder, características pouco aparentes da realidade social que muitos não gostariam de ver elucidadas. Mas para que possa haver o exercício da crítica é necessário que haja a historicização desta e também sua localização no lugar específico produzido pela sociedade, sendo, a partir daí, passível de uma leitura sociológica⁸⁷. A sociologia, ainda segundo nosso autor, devido à natureza dos problemas que trata, é conflitual, já que busca desvendar privilégios, opressões e hierarquias e o resultado de suas pesquisas acaba por gerar desconforto, porém não só, mas também esperanças de mudança, já que a sociologia, na concepção de Bourdieu, liberta o indivíduo libertando-o da ilusão da liberdade⁸⁸.

3.2.1 O conceito de *habitus*

O mundo social oculta várias situações e cabe a sociologia desvendá-las. A condição de vida de homens e mulheres se dá de maneira diferenciada na sociedade, mas por quê? Tomando por base o conceito de gênero, tem-se que os papéis sociais estabelecidos para cada sexo se produz por meio do comportamento de homens e mulheres, tanto em suas práticas quanto pelas representações que fazem de si e do mundo social. Com base nessas representações, homens e mulheres tornam-se capazes de explicar suas ações e o mundo com base em suas próprias lógicas. Então em uma sociedade sexista, tais lógicas resultam numa assimetria no relacionamento entre os sexos, onde a mulher acaba por ocupar uma posição social inferior ao homem. Tal situação já começa a ser talhada desde muito cedo. A naturalização dos papéis e lugares sociais para homens e mulheres tem seu início praticamente desde o nascimento da criança, onde as lógicas sociais começam a ser inculcadas. A criança já se depara com uma realidade

⁸⁷ ORTIZ, Renato (Org.). **A sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo: Olho D' água, 2003, p. 11.

⁸⁸ ARAÚJO, Fátima; ALVES, E. M.; CRUZ, M. P. "Algumas reflexões em torno dos conceitos de campo e de habitus na obra de Pierre Bourdieu". **Revista Perspectivas da Ciência e Tecnologia**, v 1, n 1, jan/jun 2009, p. 31-40.

ordenada, objetivada e vai internalizando-a por meio da educação e das relações cotidianas com outras pessoas, mas principalmente seus pais ou os responsáveis por sua educação. Esta é a fase da socialização primária, onde a criança será incluída na sociedade. É neste momento que a sociedade é apresentada à criança por meio de um conjunto antecipadamente definido de significados que são aceitos como tais, já que não há possibilidade de aceitar um arranjo alternativo. Os significados sociais são impostos às crianças durante a socialização primária. Durante essa fase escolhem-se aspectos do mundo social de acordo com a localização da criança na estrutura social, seja nos atributos de classe, etnia, sexo, etc., que são apresentados como uma realidade dada, como o mundo único do qual a criança não tem opção de escolha. Além dos significantes, a socialização pode inculcar também valores individualizados no infante. Para ilustrar esta afirmativa peguemos o exemplo de um filho de pais pertencentes às classes com menor poder de renda. Se ele tem pais pertencentes a classes inferiores que vivem em condição de pobreza ou penúria, a perspectiva, isto é, o modo de apreensão do mundo, dessa classe inferior pode inculcar um estado de espírito de contentamento, resignação, ressentimento ou rebeldia, que poderá acompanhá-lo pelo resto de sua vida. Este mundo interiorizado na socialização primária como o único e concebível acaba se impregnando firmemente na consciência da criança, muito mais do que nas socializações secundárias que ocorre posteriormente quando se abrem para o sujeito novos setores da sociedade.

E o que dizer da condição de gênero? As relações sociais de gênero perpassam todos os âmbitos sociais, estruturando a sociedade e as práticas sociais. Durante a fase da socialização primária é definido para o pequeno ser o que é ser homem e o que é ser mulher, como se comporta um e outro e também já começam a ser atribuídos diferentes valores institucionais para cada um. Com a linguagem, e por meio dela, muitos esquemas motivacionais e interpretativos são interiorizados com valor institucional definido, por exemplo, ao homem cabe ser valente e as meninas meigas, então serão estimulados em meninos e meninas comportamentos diferenciados visando atingir a meta “ser valente” para um e “ser meiga” para outro, favorecendo a construção de um *habitus*, isto é, de um sistema de disposições duráveis que funcionarão como

estruturas estruturantes. Berger e Luckman⁸⁹ argumentam que o processo educativo acaba por definir esquemas comportamentais institucionalizados que servirão para guiar condutas socialmente definidas que os diferencia dos outros sujeitos, que irão separar os comportamentos atribuíveis a meninos e meninas.

Elena Belotti⁹⁰ demonstra em sua obra como opera de modo diferenciado a educação de meninos e meninas, que age no sentido de condicionar o comportamento de cada um. Desde muito cedo as meninas são condicionadas a serem passivas e submissas enquanto os meninos são, por sua vez, estimulados a adotarem comportamentos ativos e dominantes. A própria postura corporal ensinada acaba por determinar como meninos e meninas identificam o seu sexo. À medida que as crianças percebem que certa maneira de falar, agir e se comportar é aplaudida, acabam interiorizando e construindo o seu próprio papel e também observam o dos outros. As brincadeiras diferenciadas para meninos e meninas são estimuladas, bem como os comportamentos distintos de cada um. Quando, por alguma razão, há o risco de praticar ou agir de forma não condizente com o papel social pretendido a sanção explícita passa a ser utilizada. Desse modo, as práticas e representações geradas nessa fase, como já dito antes, são independentes da consciência da criança, aparecem como coisas dadas, mas que vão influenciar em suas escolhas futuras, já que os futuros adultos estarão reproduzindo estruturas já objetivadas desde a infância. Deste modo, as escolhas profissionais e a organização dos relacionamentos e também as ocupações dentro e fora do lar estão intimamente influenciada pelo *habitus*.

Para Bourdieu, o *habitus* seria um

sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente 'reguladas' e 'regulares' sem ser o produto da obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu fim sem supor a intenção

⁸⁹ BERGER, Peter L.; LUCKMAN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 181.

⁹⁰ BELOTTI, Elena Gianini. **Educar para a submissão: o descondicionamento da mulher**. Petrópolis: Vozes, 6ª edição, 1987.

consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingí-los e coletivamente orquestradas, sem ser o produto da ação organizadora de um regente⁹¹.

O *habitus* entendido como um sistema de disposições acaba, por um lado, exprimindo o resultado de uma ação organizadora e designando, por outro, uma maneira de ser, uma predisposição, tendência, inclinação. Nossas estruturas mentais sofrem um condicionamento social, portanto há uma dimensão do mundo social que está inscrita em nós. Compartilhamos com outros indivíduos percepções, categorias e formas de apreensão e compreensão do mundo que orientam nossa conduta e que as tornam significativas. Este é o *habitus*, este princípio gerador de nossas práticas, de nossas ações no mundo, uma lei social incorporada. O *habitus* funciona também como esquemas classificatórios, princípios de classificação, princípios de visão e de divisão do mundo. É ele o responsável por estabelecer

...as diferenças entre o que é bom e mau, entre o bem e o mal, entre o que é distinto e o que é vulgar, etc. (...) Assim, por exemplo, o mesmo comportamento ou o mesmo bem pode parecer distinto para um, pretensioso ou ostentatório para outro e vulgar para um terceiro⁹².

Desta forma o *habitus* compõe um princípio gerador que impõem ao indivíduo um esquema durável e suficientemente flexível a ponto de possibilitar improvisações reguladas. O *habitus* está no princípio de conexão das ações que serão organizadas como estratégias de interação na vida social cotidiana, mas de modo algum fruto de uma verdadeira intenção estratégica, já que o *habitus* é uma maneira de ser irreflexiva que já está incutida nos corpos, influenciando a ação e o comportamento do indivíduo muitas vezes sem que ele mesmo perceba. Quando um indivíduo já sofreu o processo de inculcação

⁹¹BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, Renato (Org.). **A sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo: Olho D'Água, 2003, p. 39-72 (53).

⁹²BOURDIEU, Pierre. "Espaço social e espaço simbólico: apêndice: a variante soviética e o capital político". In: _____. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papyrus, 8ª Ed., 2007, p. 13-34 (22).

de determinado *habitus* ele estará pronto a reagir a determinados estímulos simbólicos convencionais e condicionais. Tais estímulos só agem quando encontram agentes condicionados a percebê-los e tendem a se impor de maneira arbitrária quando o trabalho de inculcação abole ou oculta o significado arbitrário da inculcação e das significações inculcadas⁹³, em outras palavras, oculta a situação e/ou ação arbitrária e a transforma em algo aceitável, normal, comum. O *habitus* está ligado à história de vida de cada um, é um capital que, estando incorporado em nós, se apresenta como inato. Dessa forma, o mesmo comportamento ou um mesmo bem pode ser percebido e valorado de diferentes formas por diferentes grupos presentes na sociedade, dotados de determinados *habitus* e ocupando um determinado ponto do espaço social.

Então no processo de socialização é que se formará o *habitus*, que funda duas características no sujeito: a) uma grande percepção e julgamento da realidade social e b) como um produto das práticas sociais dos sujeitos: o *habitus* está na base daquilo que define a personalidade do indivíduo⁹⁴. Nós naturalizamos o mundo social, temos a impressão de termos nascido com essas maneiras de agir e reagir, mas nossas atitudes e formas de agir e sentir são resultantes do *habitus*, que é o mecanismo de interiorização da exterioridade. Ele vem a ser, portanto, um princípio operador que operacionaliza a interação entre dois sistemas de relações, as estruturas objetivas e as práticas. O *habitus* acaba por completar o movimento de interiorização das estruturas exteriores, enquanto que as práticas dos agentes exteriorizam os esquemas de disposições incorporadas⁹⁵. Enquanto produto da incorporação de princípios de visão e de divisão constitutivo de uma ordem ou de um campo social, o *habitus* engendra práticas ajustadas a essa ordem, sendo percebidas e apreciadas por aquele que as realiza, e também pelos outros, como sendo práticas justas, corretas, adequadas, sem ser de modo algum produto da obediência a uma ordem no sentido imperativo, a uma norma ou a regras do direito.

⁹³ BOURDIEU, Pierre. "Esboço de uma teoria da prática". In: _____. ORTIZ, Renato (Org.). **A sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo: Olho D'Água, 2003, p. 54.

⁹⁴ RAMOS, Flávio; JANUÁRIO, Sérgio S. *Op. Cit.*

⁹⁵ MICELI, Sérgio. "A força do sentido". In: _____. (Org.) **Pierre Bourdieu: A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 5ª Ed., 1999, p. XLI.

É importante notar como os conceitos de *habitus* e gênero procedem numa junção, já que o primeiro acaba sendo determinante para a reprodução do segundo. Após o processo de socialização primária, o indivíduo se depara com momentos de sua vida onde ocorre a ressocialização, em decorrência de suas escolhas feitas ao longo da vida. Essas escolhas acabam sendo orientadas por esse *habitus* desenvolvido na infância, podendo contribuir para reforçar os papéis e comportamentos de gênero, contribuindo assim para a naturalização de tais comportamentos. As diferenças comportamentais entre homens e mulheres acabam sendo dotadas de um caráter naturalizante, quando, na verdade se dão em função de *habitus* desenvolvidos na sociedade. A partir de tais *habitus* ocorrem os processos cotidianos de afirmação e repetição das lógicas de comportamento para cada gênero, transformando-se em normas e tradições e modelando os indivíduos segundo os valores correntes na sociedade. Os *habitus* não perdem sua historicidade, seu caráter de construção social apesar de serem difundidos como verdades óbvias e, assim, definitivas.

3.2.2 A violência simbólica e a dominação masculina⁹⁶

Na busca pela compreensão dos determinantes e condicionantes das ações humanas, Bourdieu contribui enormemente ao aplicar os conceitos de *habitus* e campo – que será tratado um pouco mais à frente – para a construção de outra categoria: a da violência simbólica. Segundo ele, o fenômeno da violência simbólica – ou seja, a dominação – está impregnado

⁹⁶ Mariza Corrêa (1999), ao se referir ao livro “A dominação masculina” de Pierre Bourdieu, tece críticas ao autor no que tange à compreensão das relações entre homens e mulheres quando encaradas como relações de sujeição ou dominação. Segundo Corrêa, a dominação masculina enunciada por Bourdieu não pode ser analisada sob o prisma da universalidade. O uso da lógica de oposição, que ela considera como ocidental, pode atribuir um viés etnocêntrico às práticas de dominação masculina observadas em outras sociedades. Deste modo, a forma de análise deve ser vista através das suas limitações interpretativas quando se trata de outra cultura não-ocidental. A questão central do artigo de Corrêa é a preocupação de que seja atribuído um sexo à dominação em virtude da visão, segundo ela, determinista que as explicações de Pierre Bourdieu podem assumir.

nas estruturas de pensamento de dominados e dominantes e se expressa nos corpos por meio de seus *habitus*.

Bourdieu conceitua a violência simbólica como

violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento.⁹⁷

A violência simbólica é uma forma mais sutil de dominação, já que muitas vezes não se apresenta de forma explícita e também não utiliza meios de coerção baseados na força física. Esta forma de dominação age por meios ocultos, simbólicos, onde o próprio dominado não percebe a dominação, pelo contrário, reforça a ação do dominador reproduzindo as lógicas de sua dominação. Os dominados contribuem para a sua própria dominação com frequência à revelia, sem sequer perceber que o fazem, quando aceitam tacitamente os limites impostos sem questionar. O reconhecimento da dominação assume muitas vezes a forma da emoção corporal, como por exemplo a vergonha, timidez, ansiedade, culpabilidade, etc. Por isso Bourdieu afirma que

A violência simbólica é essa coerção que se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (portanto à dominação), quando dispõe apenas, para pensá-lo e para pensar a si mesmo, ou melhor, para pensar sua relação com ele, de instrumentos de conhecimento partilhados entre si e que fazem surgir essa relação como natural, pelo fato de serem, na verdade, a forma incorporada da estrutura da relação de dominação; ou então, em outros termos, quando os esquemas por ele empregados no intuito de se perceber e de se apreciar, ou para perceber e apreciar os dominantes (elevado/baixo, masculino/feminino, branco/negro, etc.), constituem o

⁹⁷ BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009, p. 8.

produto da incorporação das classificações assim naturalizadas, cujo produto é seu ser social.⁹⁸

Deste modo, para que possa ocorrer a dominação é preciso que o dominado aplique aos atos do dominante as mesmas estruturas de percepção utilizadas pelo dominante. Assim os dominados acham normal o processo de obediência e submissão; eles se sentem dominados por natureza, enquanto os dominantes também se sentem como tal de forma natural. Destarte, para o sucesso da dominação é necessário que tenha ocorrido antes todo um trabalho, geralmente invisível, que tenha produzido nos indivíduos submetidos aos atos de dominação, as disposições necessárias para que tenham a posição psíquica de obediência sem sequer questionar o porquê de obedecer.

As formas de dominação – que são reconhecidas tanto pelos dominantes quanto pelos dominados – podem se expressar de diversas maneiras: pela língua (ou maneira de falar), por um estilo de vida (ou maneira de falar, agir, pensar e se comportar) e também, de forma mais geral, por meio de uma propriedade distintiva que o indivíduo carrega, como, por exemplo, a cor da pele, o sexo, orientação sexual, etc.

A violência simbólica é uma forma de dominação complexa, primeiro porque não se utiliza da coerção física para se fazer valer e segundo porque o dominado tem um papel preponderante para o sucesso efetivo da dominação, aceitando-a como algo dado, que não pode ser questionada por ser natural, ou melhor, por estar naturalizada nas mentes. Os efeitos da dominação simbólica (seja de sexo, etnia, cultura, língua, etc.) não ocorrem na lógica das consciências, mas se exercem nas disposições do *habitus*, onde estão inscritos os esquemas de percepção, apreciação e ação que sustentam, para além das decisões da consciência e dos controles da vontade, uma relação de conhecimento e reconhecimento. Por isso o poder simbólico só se exerce com a colaboração dos que lhe estão sujeitos porque eles contribuem para construí-

⁹⁸ BOURDIEU, Pierre. “Capítulo V: Violência simbólica e lutas políticas”. In: _____. **Meditações Pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p. 207.

lo como tal. Segundo Bourdieu⁹⁹, essa submissão não é um ato de servidão voluntária, já que não é resultado de um ato consciente e deliberado. A submissão é fruto de um poder que se inscreve duravelmente nos corpos dos dominados, sob a forma de esquemas de percepção e de disposições incorporadas, fazendo com que a ordem instituída tenda sempre a se manifestar, mesmo aos olhos dos mais desfavorecidos pela dominação, como algo necessário. Essas disposições incorporadas são tão fortes que mesmo quando o indivíduo descobre os mecanismos de dominação muitas vezes não consegue fugir totalmente das lógicas operadoras da dominação e das disposições incorporadas em sua mente, reproduzindo, mesmo sem perceber, as disposições que tenta combater.

Contra a ilusão da naturalidade com que se apresentam as formas de violência simbólica Bourdieu nos chama a atenção:

O que hoje se apresenta como evidente, adquirido, estabelecido de uma vez por todas, fora de discussão, nem sempre foi assim e somente se impôs como tal pouco a pouco: é a evolução histórica que tende a abolir a história (...) fazendo assim esquecer que a 'atitude natural' (...) constitui uma relação socialmente construída, como os esquemas perceptivos que a tornam possível¹⁰⁰.

Uma das atitudes naturalizadas em nossa sociedade é a divisão entre os sexos, que parece ser tão natural chegando ao ponto de ser inevitável. Ao mesmo tempo em que está presente como estado objetivado nas coisas, ela também se encontra em estado incorporado nos corpos e nos *habitus* dos agentes, funcionando como esquemas de percepção, de pensamento e de ação. Desta forma, a dominação masculina é tão forte que se evidencia no fato de que ela dispensa justificção. A visão androcêntrica impõe-se como neutra não tendo necessidade de se enunciar em discursos que visem legitimá-la. Toda a ordem social funciona no sentido de ratificar a dominação masculina sobre a qual se fundamenta, sendo a divisão social do trabalho o ponto mais

⁹⁹ Ibid., Ibidem.

¹⁰⁰ Ibid, Ibidem, p. 212.

explícito da dominação, já que distribui a cada um dos sexos o seu local, o seu momento e seus instrumentos. O mundo social acaba por construir o corpo como realidade sexuada e como depositário de princípios de visão e de divisão sexualizantes. A dominação masculina está corporificada, afetando tanto homens quanto mulheres. Para Bourdieu, o corpo é o lugar onde se inscrevem as lutas pelo poder, é nele que o nosso capital cultural está inscrito, é ele a nossa primeira forma de identificação desde que nascemos – ou somos homens ou mulheres. Por isso, o nosso sexo define se seremos os dominados ou os dominadores. O corpo é a materialização da dominação, é o lugar do exercício do poder. Desta forma, apenas pela posse dos órgãos sexuais já há um condicionamento que deve valer para a vida toda.

Ser homem ou mulher produz significados sociais que em geral acabam por acarretar inúmeras desigualdades e hierarquias. As mulheres são submetidas a um trabalho de socialização que tende a diminuí-las, inculcando virtudes negativas da abnegação, da resignação e do silêncio. Mas os homens também são vítimas da dominação masculina, são vítimas da representação dominante sem se aperceberem. Ser homem implica a todo homem o dever de afirmar, em toda e qualquer circunstância, sua virilidade, entendida como capacidade reprodutiva, sexual e social, mas também como aptidão ao combate e ao exercício da violência, ao contrário da mulher, cuja honra, essencialmente negativa, só pode ser defendida ou perdida, sendo sua virtude sucessivamente a virgindade e a fidelidade.

Bourdieu afirma também que a dominação masculina constitui as mulheres como objetos simbólicos, transformando-as em um “ser-percebido”, isto é, elas existem primeiro pelo e para o olhar dos outros, enquanto objetos receptivos, atraentes e disponíveis, colocando-as em estado de permanente insegurança corporal ou dependência simbólica. Das mulheres se espera que sejam “femininas”, isto é, sorridentes, simpáticas, atenciosas, submissas, discretas, contidas. Conseqüentemente, essa dependência em relação aos outros acaba por se tornar uma característica constitutiva de seu ser, de sua personalidade. Tendo a necessidade do olhar do outro para se constituírem, as mulheres orientam continuamente sua prática pela avaliação antecipada do apreço que sua aparência corporal e sua maneira de se portar com o seu corpo

poderão receber, havendo aí “*uma propensão, mais ou menos marcada, à autodepreciação e a incorporação do julgamento social sob forma de desagrado do próprio corpo ou de timidez*”¹⁰¹.

Quando as mulheres ocupam posições ou cargos públicos a dominação masculina tende a agir com mais força sobre elas. Estando nos círculos do poder todos os olhares se voltam para elas, olhares atentos que avaliam seu comportamento:

...o acesso ao poder, seja ele qual for, coloca as mulheres em situação de *doublé bind*: se atuam como homens, elas se expõem a perder os atributos obrigatórios da ‘feminilidade’ e põem em questão o direito natural dos homens às posições de poder; se elas agem como mulheres, parecem incapazes e inaptas à situação¹⁰².

Por isso, quando as mulheres entram nos círculos de poder político muitas vezes valem-se de diversas estratégias irrefletidas para se firmarem, sendo que, frequentemente, sofrem críticas por serem excessivamente “femininas” ou quando tomam uma postura mais incisiva passam a ser taxadas de mulheres masculinizadas¹⁰³. Uma das estratégias utilizadas pelas mulheres para conseguirem entrar ou se firmarem no jogo do poder é participar dele por intermédio dos homens que nele estão envolvidos, quer se trate de seu marido ou filhos.

Essas estratégias e atitudes das mulheres no âmbito político muitas vezes acabam por reforçar a violência simbólica que age contra elas. No entanto essa submissão não pode ser vista como uma coerção mecânica a uma força e nem como um sentimento consciente a uma ordem. Essa obediência ou a forma de agir é involuntária já que é fruto do acordo entre habitus predispostos a obedecerem à ordem, e às estruturas objetivas no

¹⁰¹ BOURDIEU, Pierre, Op. Cit., p. 83.

¹⁰² Ibid, Ibidem, p. 84.

¹⁰³ Talvez o exemplo mais emblemático dessa situação seja Dilma Rousseff, que desde o período de sua candidatura à presidência enfrentou – e ainda enfrenta - diversas críticas a sua forma de ação política. Abordarei este tema no próximo capítulo.

mundo no qual se inserem. A violência simbólica é capaz de transformar as ações de dominação e submissão em relações afetivas, de transformar poder em carisma ou em encanto afetivo. As relações de dominação são, portanto, ao mesmo tempo espontâneas e extorquidas. Desse modo, a questão da legitimidade da dominação nunca se coloca de fato na existência cotidiana.

Observando essa interpretação então podemos entender, pelo menos em parte, o porquê da baixa participação das mulheres na vida pública, mesmo quando pressões externas são abolidas e as liberdades formais são adquiridas (como o direito ao voto, à educação). Mesmo quando são derrubadas as barreiras formais, as mulheres ainda participam pouco da esfera política, dos sindicatos, partidos. Muitas vezes as cotas de 30% de candidaturas femininas sequer são preenchidas por falta de interessadas em participar. Aqui fica evidente uma outra característica da dominação simbólica: a ação do *habitus* não se pode sustar com um simples esforço de vontade, fundamentado em uma tomada de consciência libertadora. Bourdieu afirma que

Se é totalmente ilusório crer que a violência simbólica pode ser vencida apenas com as armas da consciência e da vontade, é porque os efeitos e as condições de sua eficácia estão duradouramente inscritas no mais íntimo dos corpos sob a forma de predisposições (aptidões, inclinações)¹⁰⁴.

Mesmo com a queda das barreiras formais há que se modificar os *habitus* que estão sendo inculcados nas mulheres que as dispõem a perceber a política como um campo estranho a elas. Somente com a mudança de *habitus* é que se poderá também efetuar uma crítica mais efetiva das formas de dominação que ainda hoje se fazem presentes e que agem no sentido de desestimular a participação feminina na política. Bourdieu observa também que o trabalho de reprodução da dominação masculina esteve garantido até a época recente por três instâncias principais: a família, a igreja e a escola. Tais estruturas agiam de forma orquestrada sobre as estruturas inconscientes. A

¹⁰⁴ BOURDIEU, Pierre. *Op. Cit.* p. 51.

família, segundo o autor, desempenha o principal papel na reprodução da dominação e da visão masculinas, já que é na família que se impõe a primeira experiência da divisão sexual do trabalho e da representação legítima dessa divisão, que é garantida pelo direito e inscrita na linguagem.

A Igreja, que é marcada pelo antifeminismo e por uma visão pessimista das mulheres e da feminilidade, inculca (ou inculcava) uma moral explicitamente familiarista, enormemente dominada pelos valores patriarcais e principalmente pelo dogma da inferioridade das mulheres. A Igreja age também de maneira indireta por meio da lógica simbólica dos textos sagrados, da liturgia e até do espaço e tempo religiosos. Por fim, Bourdieu afirma que a escola continua a transmitir os pressupostos da representação patriarcal ao reproduzir a homologia entre a relação homem/mulher e a relação adulto/criança. Mas também é na escola que pode ocorrer a mudança nas relações entre os sexos devido às contradições que ocorrem em seu interior e às que ela própria introduz.

A mudança deste cenário de dominação que engendra um *habitus* submisso nas mulheres só ocorrerá quando as estruturas sociais forem expostas à crítica e a partir do questionamento forem reformadas, possibilitando o surgimento de uma alternativa à realidade social que se apresenta atualmente.

3.2.3 O conceito de campo e o capital político

Cabe observar que quando as mulheres entram no campo político nem sempre conseguem ocupar posições de destaque, mesmo quando ascendem ao jogo político com grande votação. Senadoras, deputadas, vereadoras e mesmo prefeitas, mesmo quando são líderes de votação, acabam muitas vezes desempenhando papéis secundários na política, muitas vezes enfrentando dificuldades para terem acesso pleno ao jogo político. Isso ocorre porque algumas das mulheres que ascenderam à política não possuem capital político,

que é uma forma de capital simbólico e depende do reconhecimento fornecido por seus iguais. Então, apesar da popularidade contribuir para o reconhecimento, ela não é determinante. Assim, a análise do capital político é de grande importância, já que é justamente o seu acúmulo que define os lugares a serem ocupados pelos indivíduos no campo político. Bourdieu destaca a importância deste capital ao observar que nem todas as diferenças de oportunidades no acesso a bens e serviços escassos podem ser relacionadas às diferenças de capital cultural e escolar, isto é, baseado na meritocracia. Deste modo ele levanta a suspeita de que existe um outro princípio de diferenciação, outro tipo de capital, cuja distribuição desigual está na base das diferenças observadas, este seria o capital político:

Ainda que uma ideologia oficial de tipo meritocrático possa tentar fazer com que acreditemos nisso, é óbvio que todas as diferenças de oportunidades de apropriação de bens e de serviços escassos não podem ser racionalmente relacionadas a diferenças no capital cultural e no capital escolar que se possui. Há outro tipo de capital, cuja distribuição desigual está na base das diferenças constatadas que é o capital político, que assegura a seus detentores uma forma de apropriação privada de bens e serviços públicos¹⁰⁵.

Antes de nos aprofundarmos um pouco mais na discussão sobre o capital político cabe expor brevemente a noção do conceito de *campo*. Ao lado do conceito de *habitus* Bourdieu constrói o conceito de *campo*, que procura dar conta dos aspectos permanentes das estruturas sociais. O conceito de campo é definido como

...um campo de forças, cuja necessidade se impõe aos agentes que nele se encontram envolvidos, e como um campo de lutas, no interior do qual os agentes se enfrentam, com meios e fins diferenciados conforme sua posição na estrutura do campo de

¹⁰⁵BOURDIEU, Pierre. "Espaço social e espaço simbólico: apêndice: a variante soviética e o capital político". In: _____. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papyrus, 2007, 8ª Ed., p. 31.

forças, contribuindo assim para a conservação ou a transformação de sua estrutura¹⁰⁶.

O campo, este espaço estruturado de posições, é o lugar onde os dominantes e dominados lutam pela manutenção de determinados postos. Os campos possuem mecanismos próprios e também propriedades que lhes são particulares. Podem existir os mais diversos tipos de campo, como o da moda, da religião, das artes, da literatura, da ciência, o da política. Todos eles funcionam como espécies de microcosmos autônomos que existem no interior do mundo social. O território do campo se caracteriza por ser um lugar hierarquizado, sendo estruturado segundo uma lógica de interesses que nele se agrupam, interagem, se complementam ou entram em conflito¹⁰⁷. Podemos também caracterizar a estrutura do campo com um constante jogo, no qual os agentes, cientes das regras estabelecidas, disputam posições e lucros específicos¹⁰⁸.

Os campos são resultados de processos de diferenciação social, do conhecimento do mundo e da forma de ser; o que dá o suporte ao campo são as relações de força entre os agentes (sejam eles indivíduos ou grupos) e as instituições que lutam pelo monopólio da autoridade, que concede o poder de ditar as regras e de repartir o capital específico de cada campo. Todas as lutas que ocorrem no interior do campo envolvem a distribuição ou posse de um capital específico. Essa luta ocorre entre os agentes que pretendem assumir posições de poder e aqueles que desejam mantê-las. Para que um neófito seja admitido em determinado campo, é preciso que ele tenha efetuado os investimentos necessários, ou seja, que tenha realizado o acúmulo prévio de capital específico que lhe permita ser reconhecido pelos seus pares como um integrante daquela comunidade.

¹⁰⁶ BOURDIEU, Pierre. "O novo capital: Apêndice: espaço social e campo do poder". In: _____. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papyrus, 1996, 8ª Ed., p. 50.

¹⁰⁷ ORTIZ, Renato (Org.). **A sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo: Olho D'Água, 2003, p.20.

¹⁰⁸ ARAÚJO, F. M de B.; ALVES, E. M.; CRUZ, M. P. "Algumas reflexões em torno dos conceitos de campo e de habitus na obra de Pierre Bourdieu". **Revista Perspectivas da Ciência e Tecnologia**, v 1, n 1, jan-jun 2009, p. 35.

Enquanto espaços estruturados e hierarquizados, os campos são arenas onde ocorrem as lutas pela conquista de posições e também de capital. A estrutura dos campos envolve lutas e tensões, já que o capital específico ao campo é desigualmente distribuído e acumulado, motivando os agentes que buscam a sua posse à elaboração de estratégias de luta. Os agentes que dominam o campo tendem a organizar estratégias de conservação, em oposição aos neófitos que, detentores de menos capital, procuram subverter a dominação, articulando estratégias de subversão. Os momentos mais propícios para subverter a lógica de um campo é o momento de crise, quando, por meio do questionamento das posições dos antigos dominantes, os novatos procuram alterar as posições de poder. As formas de entrada para determinado campo é a posse de um determinado tipo de capital. O conceito de “capital” na sociologia de Pierre Bourdieu possui um sentido para além do significado econômico estrito. Deste modo, o autor introduz a ideia de capital simbólico, que é algo como um crédito social, ou seja, algo que depende principalmente da confiança socialmente difundida na sua validade. A eficácia do capital simbólico está diretamente ligada à universalidade do reconhecimento que ele recebe por parte da sociedade. O capital simbólico produz uma forma própria de violência: os dominados concedem seu reconhecimento aos dominantes graças ao desconhecimento da desigualdade que lhes permite obter competências que, depois, se apresentam socialmente como sinônimo de um talento inato. Cabe observar que o capital acumulado em determinado campo nem sempre pode ser transferido para outros campos e a sua validade se limita, frequentemente, ao próprio campo.

Vamos no deter aqui no campo político, que é o que nos interessa. Este campo tem uma enorme importância no mundo social, já que o campo político oferece os instrumentos de percepção e de expressão do mundo social (ou os princípios de divisão). Dito de outra forma, o campo político exerce o efeito de censura ao limitar o universo do que é pensável politicamente, isto é, daquilo que é tratado como prioridade a ser trabalhada pelo Estado. Como afirma Bourdieu, é no campo político que os discursos poderão ser *“produzidos ou*

*reproduzidos nos limites da problemática política como espaço das tomadas de posição efetivamente realizadas no campo (...)*¹⁰⁹.

Para conseguir ocupar determinadas posições ou entrar em determinados espaços há a necessidade do acúmulo de capital político. Este capital também é, em grande medida, um tipo de capital simbólico, ou seja, o reconhecimento da legitimidade daquele agente para agir na política. O capital político está baseado em diferentes porções de capital: capital cultural (treinamento para a atividade política), capital social (a rede de relações sociais estabelecidas) e capital econômico (que facilita o ócio necessário para a prática política). Como qualquer forma de capital o capital político está desigualmente distribuído na sociedade. Bourdieu¹¹⁰ não fez um levantamento exaustivo dos tipos de capital presentes na sociedade, mas a partir de suas categorias é possível elaborar uma divisão tripartite.

- a) *capital convertido*, isto é, um capital pessoal baseado na notoriedade, reconhecimento ou popularidade acumulado em outras áreas e são transferidas para a política. É o caso de intelectuais, artistas ou profissionais liberais ou outras profissões que permitem um tempo livre e supõem um certo acúmulo de capital cultural.
- b) *Capital heroico*, uma subespécie de capital convertido, mas este capital, ao contrário do anterior que pode levar uma vida toda para ser acumulado, é baseado no carisma individual – conforme pensa Max Weber –, sendo produto de uma ação inaugural em período de crise. Este capital se fundamenta e se legitima pelo sucesso alcançado durante os períodos de crise.
- c) *capital delegado*: ao contrário dos demais – já que desaparece com a pessoa de seu portador – este capital é:

como o do sacerdote, do professor e, mais geralmente, do funcionário, produto da transferência limitada e provisória (apesar de renovável, por vezes vitaliciamente) de um capital detido e controlado pela instituição e só por ela: é o partido que, por meio da ação dos seus quadros e dos seus militantes,

¹⁰⁹ BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p. 165.

¹¹⁰ Ibid, ibidem.

*acumulou no decurso da história um capital simbólico de reconhecimento e de fidelidade...*¹¹¹.

Este capital é depositado no político, mas na verdade pertence à organização, ao partido. É o caso dos detentores de cargos públicos de forma geral.

O acúmulo do capital político necessário é decisivo para a inserção no campo político, já que, como qualquer outro campo, implica que os que ali estão inseridos disputem o acesso às posições de poder e prestígio, buscando valorizar seus atributos frente aos seus concorrentes. Mas historicamente as posições de maior poder e prestígio tem sido ocupadas por homens e referem-se a áreas de atuação que remetem ao masculino. Ocupar tais posições é de vital importância para as mulheres, já que permite o acúmulo de maior capital político, ampliando seu reconhecimento e permitindo também a entrada em outros espaços até então fechados às mulheres. Este ainda é um desafio a ser vencido.

Por serem socializadas de maneira diferenciada, em geral sem orientação para a participação no campo da política, as mulheres em geral têm dificuldade em acumular capital político e acabam por converter seu conjunto de habilidades desenvolvido no âmbito privado em um “capital emocional”, entendido por Pinheiro¹¹² como um conjunto de relações, conhecimentos e habilidades aplicáveis à lógica interna da família ou às relações de parentesco e amizade, mas pouco eficaz quando aplicado ao campo profissional ou político. Em virtude deste déficit de capital político, a entrada na mulher na política se faz por meio de duas grandes vias: a das relações familiares e a da participação política prévia, de modo que *“se o capital político é acumulado em função do ‘prestígio’ ou reconhecimento da atividade de pais, irmãos e maridos, também é construído por meio de uma atividade política anterior”*¹¹³.

¹¹¹ Ibid., ibidem, p. 191.

¹¹² PINHEIRO, Luana Simões. *Op. Cit.* p. 81.

¹¹³ Ibid., ibidem, p. 47.

Tendo tal fato em tela, Pinheiro elabora em sua pesquisa sobre as mulheres no Congresso Nacional novas formas de capital político para proceder a uma análise dos meios de inserção feminina na política. Tendo como base as categorias propostas pela autora e visando operacionalizar a pesquisa de acordo com a realidade política de Campos, creio ser útil utilizar três tipos básicos de capital político utilizados pelas mulheres:

- a) *capital familiar convertido*: este é o mais tradicional meio de entrada das mulheres na política. Está baseado no prestígio que pode advir de famílias que têm uma importante trajetória no campo político ou de cônjuges que já tem uma carreira política construída previamente e o convertem em capital político. Em muitos casos são utilizadas referências à herança familiar para realizar as campanhas eleitorais ou o marketing político. Cabe salientar que esta não é uma estratégia exclusiva das mulheres. Muitos homens também se valem da trajetória política de membros de suas famílias para entrar no campo político, mas no caso das mulheres é um meio de entrada muito importante, já que muitas vezes é o primeiro contato com o mundo político e se transforma em estímulo para seu envolvimento. Mas há que chamar atenção para o fato de que aquelas mulheres que entram na política para dar continuidade a ação de familiares (maridos, pais ou filhos) acabam sendo em alguma medida ‘fantoques’ daqueles que lhes delegaram capital político, atuando de acordo com suas orientações.
- b) *“Capital delegado pela participação em movimentos sociais”*: aqui incluem-se as mulheres que contam com uma trajetória em sindicatos, associações de bairro, associações estudantis e profissionais e também no próprio movimento de mulheres.
- c) *“Capital delegado da participação em cargos públicos e políticos”*: Este capital é delegado pela ocupação anterior em cargos de peso tanto no Legislativo (vereadora, deputada) quanto no Executivo (prefeita, governadora, secretária municipal/estadual, cargos em fundações e secretarias públicas).

Aquela mulher política do tipo “capital convertido”, possui um grande capital não-político e procura convertê-lo de modo a logo alcançar uma posição política de destaque. Já as que possuem o “capital delegado”, a carreira política começa paulatinamente com ações e/ou cargos políticos mais baixos. Cabe lembrar que os tipos de trajetórias descritos acima são tipos ideais conforme teorizado por Weber; as carreiras políticas reais fazem-se por meio de uma miscelânea em maior ou menor medida de um e de outro tipo de capital político.

Este debate teórico auxilia na compreensão do porque da ausência feminina no âmbito político formal durante tanto tempo e ajuda a compreender também como ocorre a inserção da população feminina neste espaço. É justamente sobre as construções sociais feitas a partir das noções como habitus, gênero e dominação masculina que a sociedade estruturou – e mais tarde modificou – os lugares específicos para cada um dos sexos. As formas de atuação das mulheres são diferentes das dos homens, mas não em virtude da diferença sexual, mas porque a organização da sociedade produz uma socialização diferenciada, gerando experiências diferentes em mulheres e homens, fazendo com que cada um se interesse por temas situados em esferas distintas.

Capítulo 4 - Metodologia

Campos dos Goytacazes conta com uma bancada feminina composta por três vereadoras, além de uma prefeita à frente do Executivo municipal. Em termos puramente quantitativos a representação feminina está proporcionalmente acima do número observado no Congresso Nacional. Mas em termos qualitativos é que buscarei analisar o quadro de atuação das mulheres no município.

Buscando confrontar a teoria levantada com a realidade apresentada na cidade, busquei diferentes abordagens para tratar da questão das mulheres na política local, tentando elucidar o porquê do silêncio das lideranças femininas em relação a demandas específicas das mulheres, que compõe 51,87% da população campista¹¹⁴ bem como avaliar como se dá a inserção da mulher no campo político e as disputas cotidianas enfrentadas pelas mesmas no desenvolvimento de suas atividades políticas. Para alcançar tal finalidade, realizei uma pesquisa que pode ser definida como qualitativa e que tem caráter exploratório. A pesquisa qualitativa tem um propósito duplo: compreender a organização social que está sendo estudada e ao mesmo tempo tentar produzir enunciados teóricos mais gerais sobre singularidades dos processos e estruturas sociais¹¹⁵. Desta forma, buscar-se-á primeiramente compreender como se dá o acesso das mulheres à política local em Campos dos Goytacazes e qual a lógica de atuação feminina, para, a partir daí, proceder a análise da atuação feminina na política campista visando a sua interpretação no âmbito político como um todo.

Os métodos de coleta de dados empregados na pesquisa foram os próprios desse tipo de abordagem: pesquisa bibliográfica, observação direta nas sessões públicas da Câmara Municipal de Campos dos Goytacazes,

¹¹⁴ Segundo dados do censo do IBGE de 2010, a população feminina compreende a fatia de 51,04% da população brasileira, em Campos este percentual é praticamente o mesmo, 51,87%. As mulheres também são maioria no eleitorado. Segundo dados do TSE, no Brasil o percentual do eleitorado feminino é de 51,89%, enquanto em Campos é de 52,96%.

¹¹⁵ BECKER, Howard. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: HUCITEC, 4ª Edição, 1999.

realização de entrevistas semiestruturadas com as atoras inseridas e envolvidas no cenário político local. Foram levantados junto à Câmara de Campos ações ou leis produzidas pelas vereadoras entre 2009 e 2011 que tenham como alvo as cidadãs campistas.

Para a realização das entrevistas segui o critério da similaridade, isto é, mulheres que estão presentes no debate político campista ou aquelas que ocupam ou ocuparam cargos públicos ou políticos e que têm relevância no cenário político local. Desta forma as lideranças selecionadas e entrevistadas foram:

- Antônia Leitão de Alvarenga: 92 anos, viúva, sem filhos, servidora pública municipal aposentada. Uma das primeiras mulheres a participar da cena política em Campos dos Goytacazes. Foi vereadora entre 1973 e 1976, sendo filiada ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) de Campos por mais de 40 anos.
- Euzy Moreira Peixoto: 64 anos, divorciada, possui dois filhos biológicos e vários adotivos. Atualmente ocupa um cargo de confiança na Secretaria Municipal de Cultura de Campos dos Goytacazes. Filiada durante muitos anos ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), posteriormente denominado Partido Popular Socialista (PPS). Disputou diversas eleições em Campos. Durante anos foi uma destacada voz feminina a atuar ativamente em um partido de esquerda no município.
- Graciete Santana Nogueira Nunes: 51 anos, divorciada, professora da rede pública estadual de ensino, sindicalista, secretária geral (presidenta) do Partido Comunista Brasileiro (PCB) de Campos. Possui três filhas e um neto. Foi candidata à prefeitura de Campos e também candidata à deputada estadual.
- Odete Pereira da Rocha (Professora Odete): 50 anos, divorciada, possui dois filhos, é professora da rede pública municipal de ensino, presidenta do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) de Campos. Foi também candidata à prefeitura de Campos e à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ).

- Odisséia Pinto de Carvalho: 48 anos, casada, possui três filhos e quatro netos. Professora da rede pública estadual de ensino, sindicalista, vereadora pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Atuou na Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres durante parte do governo Lula.
- Maria da Penha Martins (Dona Penha): 78 anos, empresária, mãe de quinze filhos, vereadora pela terceira vez consecutiva. Fez parte do Partido da Reedificação da Ordenação Nacional (PRONA), que após fusão com o Partido Liberal (PL) se tornou Partido da República (PR). Atualmente está filiada ao Democratas (DEM). É uma das mulheres mais conhecidas na política local campista. Veterana na Câmara de Vereadores.

Tentei entrevistar duas outras personalidades políticas locais: a prefeita Rosinha Garotinho (foi filiada ao Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e atualmente é filiada ao Partido da República (PR), mesmo partido de seu marido), por ser a primeira mulher a ocupar o cargo Executivo municipal e também por ter sido a primeira mulher a ocupar o Executivo estadual; tentei também entrevistar a vereadora Ilsan Vianna (Partido Democrático Trabalhista – PDT), ex-esposa de Arnaldo Vianna e ex-presidente da Fundação Municipal para Infância e Juventude durante a gestão daquele.

A tentativa de entrevistar a prefeita Rosinha Garotinho percorreu praticamente todo o período da pesquisa. Durante pouco mais de um ano e meio entrei em contato com vários assessores(as), funcionários(as), chefes de departamentos por meio de ligações, contatos diretos, envios de correspondência e outras solicitações, mas mesmo assim não obtive êxito. Sempre me perguntavam de onde era e qual a finalidade da entrevista, respondia que se tratava de uma pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UENF, com finalidade estritamente acadêmica. Apesar destas informações não obtive sucesso em conseguir a entrevista; os assessores sempre protelavam uma provável data para a realização da mesma.

Em virtude dessa dificuldade, busquei alternativas que pudessem compensar ou minimizar a ausência da fala da prefeita. Utilizei o livro de sua autoria¹¹⁶, publicado por ela um pouco antes de ser governadora do Estado, sendo relançado em 2010, durante a Bienal do Livro de Campos, período em que estava afastada da prefeitura de Campos por determinação judicial. O livro é uma espécie de manual que elenca diversas características a serem observadas pelas mulheres, sobretudo as que se consideram cristãs. Neste pequeno manual, Rosinha Garotinho fala sobre diversas características e situações que devem ser observadas pelas mulheres. Além do livro, utilizei também declarações dadas à imprensa e coletei falas da prefeita durante sua “resistência” na prefeitura, quando convocou partidários para ocuparem o prédio municipal e se negou a cumprir nova determinação judicial para que se afastasse do Executivo municipal em setembro de 2011.

A vereadora Ilsan Viana também foi outra personagem procurada e que não me concedeu uma entrevista para a realização deste trabalho. Apesar dos muitos contatos com seu gabinete e assessoras, sempre fui informado da indisponibilidade da vereadora, mesmo antes ou após a realização das sessões da Câmara Municipal. Como alternativa, recorro às falas e projetos apresentados por ela na Câmara Municipal de Campos dos Goytacazes. Ilsan Viana ocupou cargos na Prefeitura de Campos quando seu ex-marido, Arnaldo Viana, governou a cidade por dois mandatos (1998-2004). A gestão de Arnaldo Viana foi marcada por denúncias de malversação de dinheiro público em diversas áreas, inclusive na fundação ocupada por Ilsan Viana, a Fundação Teatro Municipal Trianon.

¹¹⁶ GAROTINHO, Rosinha. **Que mulher é essa?**. Rio de Janeiro: Agência Soma, 2004.

Capítulo 5 – Tema candente ou dilema superado? A situação da mulher no campo político

Em 2011 a história brasileira ganhou um novo capítulo. No primeiro dia do ano Dilma Rousseff recebeu a faixa presidencial, tornando-se a primeira mulher eleita a ocupar o cargo de presidenta da República. Este foi um avanço para a sociedade brasileira, mas tal avanço não foi conquistado sem lutas e disputas. Para contextualizar tais conflitos faz-se necessário um rápido resgate de alguns fatos ocorridos ao longo do processo eleitoral de 2010. Nele quatro candidatos principais concorriam ao cargo, estando presentes duas mulheres: Dilma Rousseff (Partido dos Trabalhadores - PT), José Serra (Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB), Marina Silva (Partido Verde - PV) e Plínio de Arruda Sampaio (Partido Socialismo e Liberdade - PSOL).

As duas candidatas que disputavam o pleito tinham posturas e trajetórias diferentes. Dilma Rousseff foi militante esquerdista desde a juventude, atuando em grupos de resistência ao Regime Militar instalado no Brasil desde o Golpe de Estado de 1964 que depôs o presidente eleito João Goulart. Dilma, uma desconhecida técnica do governo Lula até meados de 2009, era conhecida nos bastidores por seu temperamento forte e exigente. Apesar de não ser uma política de carreira, atuando mais em postos de caráter gerencial, Dilma foi escolhida por Lula para sucedê-lo. As marcas escolhidas para elevá-la ao status de candidata pelo PT foi a competência administrativa, seu passado histórico de militante política e também o fato de ser mulher.

A outra personagem presente na disputa eleitoral foi a ex-senadora Marina Silva, que recebeu a alcunha de “filha da floresta”. Durante muitos anos de sua vida teve como profissão a extração de borracha dos seringais amazônicos, sendo só muito tardiamente alfabetizada. A marca de sua campanha, e de certo modo de sua vida, foi a luta pelo meio-ambiente. Após deixar o governo de Lula, retornou ao Senado Federal e mudou de partido, transferindo-se para o PV (Partido Verde). Ao contrário de Dilma Rousseff, Marina Silva possuía uma personalidade mais serena. Apesar de não

retroceder nos embates eleitorais, não possuía a mesma assertividade em suas falas, como a observada em Dilma Rousseff.

Ao longo do embate eleitoral, Dilma foi o alvo preferencial de parte de seus adversários políticos. O apoio de Lula foi decisivo para a sua vitória, colocando sua candidata no topo das pesquisas de opinião. A forma de ataque e os argumentos utilizados contra Rousseff foram, no mínimo, inusitados. Sua vida passada foi vasculhada, buscando encontrar algum elemento desabonador que servisse para o debate eleitoral. Quiseram associar sua postura de militante de resistência ao Regime Militar a de uma “assassina” ou “terrorista”, mas tal argumento não surtiu efeito. Buscaram desqualificá-la como candidata por não ter experiência política, apenas técnica. Novamente tal estratégia não obteve êxito. Percebendo que argumentos políticos não conseguiam fazer diminuir a vantagem de Dilma Rousseff em relação a seus oponentes, e principalmente para seu oponente direto José Serra, apelou-se para a vida privada e questões tidas como morais que envolviam a então candidata.

Dilma Rousseff teve proximidade com algumas ideias feministas durante parte de sua vida, chegou a defender publicamente o direito das mulheres realizarem o aborto. Durante a campanha eleitoral de 2010 ela teve que se retratar publicamente e recuar¹¹⁷. Setores partidários, da mídia e das igrejas se colocaram contrários à sua candidatura. Além deste tema outros foram abordados. A vida privada da candidata foi posta a público. Várias suspeições foram levantadas nos bastidores da campanha e corriam pela internet¹¹⁸: será que Dilma Rousseff, com sua postura agressiva, não seria homossexual? Onde estaria seu marido? Seus filhos? Porque a candidata não tem um aspecto maternal e conciliador comumente atribuído às mulheres? Jornais estampavam

¹¹⁷ Um exemplo maior que ilustra tal situação foi a capa da Revista Veja nº 2186, de 13 de outubro de 2010. Nessa capa trazia duas afirmações de Dilma Rousseff em diferentes momentos de sua vida pública; em uma (4 de outubro de 2007) se posicionava favoravelmente ao aborto e em outra afirmação (29 de setembro de 2010) se dizia contra. Esse recuo foi selado por meio de nota da então candidata durante a eleição onde flexibilizava sua postura ante temas que levantaram polêmica durante a eleição, tais como o aborto e a união civil entre pessoas do mesmo sexo.

¹¹⁸ Tal ação coube sobretudo à militância e aos simpatizantes do candidato adversário à Dilma Rousseff. Nas redes sociais era mais notório charges e ilustrações que tratavam dessa questão.

charges onde satirizavam a candidata, comparando-a a um poste¹¹⁹ – por sua falta de “delicadeza feminina”-, a uma caminhoneira – chamando-a de “Dilmão”¹²⁰, em virtude de sua suposta agressividade argumentativa - e até mesmo a uma prostituta¹²¹ – por fazer o jogo de alianças político-partidárias.

Ela nunca exibiu publicamente sua vida familiar ou suas convicções religiosas, mas o debate eleitoral entrou para um viés onde ela foi obrigada a mudar sua estratégia de defesa. A candidata passou a transmitir em seus programas de rádio e TV os depoimentos de seu ex-marido sobre a relação que teve com ela. Convocou a imprensa também para o batizado de seu neto em uma Igreja Católica, onde pousou para fotos ao lado dele e de sua filha¹²². Fez alianças com lideranças religiosas católicas e evangélicas, e foi a público no dia de Nossa Senhora de Aparecida saudar a data venerada por católicos. Inclusive assinou uma carta pública onde recuava de suas convicções em temas como o aborto, por exemplo.

E quanto a outra mulher presente na disputa? Marina Silva foi arguida também, mas, ao contrário de Rousseff, não teve de tolerar suspeições sobre sua vida privada: se era casada ou não, se possuía filhos ou se era lésbica. A personalidade de Marina Silva, e também sua posição na disputa eleitoral, a manteve longe de comparações com postes, caminhoneiras ou prostitutas. Talvez a insistência de ataques a Rousseff tenha ocorrido por ela ocupar o topo das pesquisas eleitorais. Seguindo a máxima de que “na política vale tudo, feio é perder”, até mesmo argumentos que não cabiam no jogo eleitoral foram trazidos à baila.

¹¹⁹ Sobre essa alcunha, Dilma foi capa da Revista Época nº 614, de 20 de fevereiro de 2010, que trazia em sua capa o rosto da candidata com o título “Você acha que sou um poste?”. Nesta edição a então candidata concedeu uma entrevista onde, dentre outros assuntos, tratava sobre essas gozações.

¹²⁰ Tal designação esteve muito presente nas redes sociais e recebeu menção oficial na mídia tempos depois do fim do período eleitoral. Na versão on-line do jornal Folha de São Paulo, a colunista Barbara Gancia escreve uma coluna com o título de “Dá-lhe Dilmão!”. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/columnas/barbaragancia/979596-da-lhe-dilmao.shtml>

¹²¹ Essa comparação foi fruto de charge do cartunista Nani e publicada no site do jornal Folha de São Paulo, no blog do jornalista Josias de Souza. A reprodução da charge deu-se sob o título “Candidata de programa!”. Disponível em: http://josiasdesouza.folha.blog.uol.com.br/arch2010-07-01_2010-07-31.html#2010_07-08_02_26_31-10045644-0

¹²² Por ocasião do batizado Dilma convocou uma coletiva de imprensa logo após a cerimônia. A notícia tomou as páginas dos principais jornais do país, dentre eles O Globo, Folha de S. Paulo, Estado de São Paulo, Correio Braziliense, dentre outros.

Mesmo com a vitória de Rousseff a situação de suspeição permaneceu. Quando a candidata tomou posse e resolveu que queria ser chamada de presidenta um novo debate tomou conta dos círculos midiáticos e políticos. Vários veículos de comunicação¹²³ se colocaram contra a utilização de tal termo, apesar dele estar correto para os padrões cultos da língua portuguesa. Cabe observar que o motivo da estranheza geral com o termo é que o cargo máximo da República nunca foi ocupado por uma mulher, nunca sendo, por isso, utilizada sua forma feminina. Sempre adotamos a forma “presidente” para referir-nos ao chefe do Executivo nacional, isto porque, até 2010 todos os ocupantes do cargo foram homens, evidenciando a exclusão política sofrida pelas mulheres ao longo dos séculos. O uso do termo “presidenta” não foi um gesto qualquer, mas sim o gesto político tomado por Dilma Rousseff para demonstrar a mudança que está em curso. A resistência em adotar o termo “presidenta” demonstra como a dominação masculina ainda se faz presente no cotidiano. Ela se manifestou também durante a campanha eleitoral e persiste durante a sua gestão de Rousseff.

Quando Dilma resolveu renovar o “núcleo duro” de seu governo, convidando Ideli Salvati para o cargo de Ministra das Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann para a Casa Civil e Miriam Belchior para o Ministério do Planejamento, nova incompreensão foi tomada em veículos de comunicação e partidos políticos. Novas alcunhas foram dadas para o novo trio feminino. Dilma foi chamada de “neurônio solitário”, Salvati de “berreiro à procura de uma ideia” e Hoffmann de “normalista oradora da turma”¹²⁴. Hoffmann recebeu também o título jocoso pelos opositores políticos do governo de “Barbie da Dilma”¹²⁵, como se a nova ministra fosse apenas um rostinho bonito. Em outros veículos de comunicação falava-se com ressalvas que o Brasil estaria vivendo uma

¹²³ A título de exemplo posso citar os jornais O Globo, Folha de S. Paulo, Estado de São Paulo, Correio Braziliense, as revistas Época e Veja. A única exceção na grande mídia coube a revista IstoÉ.

¹²⁴ Coluna “Direto ao Ponto” de Augusto Nunes, colunista da Revista Veja. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/augusto-nunes/direto-ao-ponto/oremos>. Acesso em: 23 de maio de 2011.

¹²⁵ Revista IstoÉ, Edição número 217 de 10 de junho de 2011. Disponível em: <http://www.istoe.com.br/reportagens/detalhePrint.htm?idReportagem=141526&txPrint=completo>. Acesso em 15 de junho de 2011.

“república do salto-alto”¹²⁶, já que os principais postos do governo estavam sendo ocupados por mulheres “com personalidade arrogante e briguenta”¹²⁷.

Este cenário demonstra como a dominação masculina persiste em nossa sociedade. A entrada das mulheres na vida pública e a ocupação de postos de comando durante o governo Dilma demonstram as resistências e os mecanismos utilizados para ridicularizar, suspeitar ou diminuir a importância das funções ocupadas pelas mulheres na política. Em Campos dos Goytacazes tal lógica se apresenta da mesma forma? As mulheres que atuam na política local sofrem com a mesma forma de dominação? Buscando responder a estas e outras questões é que me volto para o cenário político no município.

5.1 “Aqui até as mulheres lutam pelo direito”: Mulher e política em Campos dos Goytacazes

O município de Campos dos Goytacazes, situada no norte do Estado do Rio de Janeiro, é conhecida nacionalmente por sua riqueza em petróleo, possui o 22º maior PIB do Brasil¹²⁸, sendo sua economia altamente dependente do repasse dos *royalties* do petróleo extraído em sua plataforma continental. Campos dos Goytacazes foi durante séculos uma cidade eminentemente rural. Sua base econômica esteve voltada para a criação de gado e plantação de café e posteriormente de cana-de-açúcar em grandes latifúndios, tendo a mão de obra escrava desempenhado um papel decisivo na sustentação do modelo produtivo. A elite fazendeira campista manteve essa forma de produção até a decretação do fim da escravidão. Campos foi a última cidade do Brasil a obedecer a Lei Imperial nº 3.353 de 13 de maio de 1888, que punha fim ao regime de trabalho escravo.

¹²⁶ Coluna de Ricardo Noblat, Jornal o Globo, 13 de junho de 2011.

¹²⁷ Ibid.

¹²⁸ Dados fornecidos pelo IBGE (2009). Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2005_2009/tabelas_pdf/tab02.pdf

Mesmo com as dificuldades advindas com o fim da escravidão as atividades agrárias ainda se mantiveram e se mantêm em Campos dos Goytacazes, embora hoje a cidade as tenha como elemento secundário em seu leque de atividades econômicas, já que o setor de serviços, comércio e atividades agropastoris ganham certa importância ao lado do cultivo da cana-de-açúcar. No que tange às receitas pecuniárias, os *royalties* do petróleo ocupam a grande fatia da riqueza local, gerando uma enorme dependência econômica desses recursos. Apesar do passar dos anos e da mudança na atividade econômica, Campos dos Goytacazes ainda mantém uma ligação muito forte com seu passado rural.

Ao longo da história campista, várias manifestações conservadoras se destacaram. Além de ter sido a última cidade a extinguir a escravidão no Brasil, Campos foi também uma das poucas cidades do Estado do Rio de Janeiro a ter um diretório municipal da Ação Integralista Brasileira (AIB), movimento político de extrema direita e conservador que teve forte atividade no município entre as décadas de 1930 e 1940¹²⁹. Na história da cidade de Campos fica presente também a ação de grupos religiosos, notadamente católicos, de orientação direitista e conservadora, tais como a Tradição Família e Propriedade (TFP) que surgiu inicialmente em 1960 no Brasil e ganhou um forte reduto na cidade, presente até os dias de hoje. Tal organização se caracteriza por ser católica tradicionalista, conservadora e anticomunista¹³⁰.

Da mesma forma que no resto do Brasil, a política em Campos dos Goytacazes foi exercida por homens e para homens durante boa parte de sua história. O modelo rural punha o homem branco, possuidor de bens como centro decisório da política local. As mulheres, os negros e as pessoas sem renda suficiente não tinham voz na política. No entanto uma exceção na história campista tomou contornos de mito. Refiro-me a figura feminina de

¹²⁹ A doutrina política integralista - de inspiração tradicionalista, ultra-conservadora, inspirada na Doutrina Social da Igreja Católica - surgiu em Portugal nos inícios do século XX defendendo o princípio de que uma sociedade só pode funcionar com ordem e paz, no respeito das hierarquias sociais, fundamentando-se para isso nas aptidões e nos méritos pessoais demonstrados (em oposição às doutrinas igualitárias saídas da Revolução Francesa, como o socialismo, comunismo e anarquismo), e na harmonia e união social.

¹³⁰ Para maiores detalhes sobre essa organização e o papel desempenhado na cidade consultar o artigo de Altoé (2009) que faz um estudo sobre a TFP em Campos dos Goytacazes.

Benta Pereira, considerada uma heroína local por liderar uma insurreição em 1748 contra a Coroa portuguesa. A revolta que explodiu em Campos em 1748 foi resultado de uma luta entre as elites agrárias locais colocando duas forças em lados opostos: de um lado pecuaristas que tinham o apoio do Coroa portuguesa e contavam com uma força militar composta por mercenários e escravos armados; no lado oposto, os plantadores de cana e outras pessoas que viviam do cultivo da terra que estavam sendo liderados por Benta Pereira de Sousa, figura que ficou na história e no imaginário campista como expressão de heroísmo, a imagem da mulher opositora à tirania da Coroa Portuguesa.

Aos 73 anos de idade, Benta Pereira liderou um grupo de insurgentes pelas ruas de Campos. No ataque à casa da Câmara e cadeia, local onde as tropas do governo estavam estacionadas, o exemplo de Benta Pereira foi seguido por outras mulheres que instavam os combatentes a continuar a luta contra as tropas governamentais, conforme narra Lamego:

...inesperadamente, houve um diferenciar de sexos no tumulto. Um reboliço de saias que se aglomeravam. Indo e vindo entre a turba exacerbada, uma mulher agitava-se, a estimular e a impedir, aos gritos (...). E de súbito, um feroz alarido feminino sobrepuja o clamor da massa. É Mariana Barreto, a filha de Benta Pereira que à frente das mulheres de Campos se atira contra a bastilha.¹³¹

A transgressão feminina presenciada pelos combatentes acabou renovando o ânimo dos envolvidos no combate. A figura das mulheres que lutaram nessa revolta acabou sendo canalizada para a figura da própria Benta Pereira, que inspirou o lema do brasão oficial da cidade que diz: “Aqui, até as mulheres lutam pelo direito”.

Durante a curta duração da revolta, a figura da mulher serviu de inspiração para todos que lutavam pela mesma causa comum. No entanto,

¹³¹ LAMEGO, Alberto Ribeiro. **O homem e o brejo**. Campos dos Goytacazes: Lidador, 1974, p. 108.

mesmo com a vitória provisória nada mudou para elas e muito menos para a população envolvida. As mulheres retornaram às suas casas e para os afazeres domésticos, embora desenvolvessem também outros serviços nas ruas, já que o trabalho era tamanho que elas não podiam manter-se apenas em seus lares, haja vista que somente a elite local possuía escravos para cuidar dos trabalhos necessários à manutenção do lar e da família.

Figura 1: Brasão da cidade de Campos dos Goytacazes



Somente a partir dos anos 1950 é que se observa uma lenta inserção das massas nos rumos da cidade, mesmo que de forma cooptada pelas elites locais, fato que se repete ainda hoje, já que o dinheiro proveniente dos royalties do petróleo é utilizado muitas vezes como forma de interferir no resultado das

eleições por diversas formas de cooptação eleitoral, conforme demonstra as incursões da Justiça Eleitoral no município, sendo que a mais visível foi com a cassação do prefeito Carlos Alberto Campista em 2008 sob acusação de compra de votos, dentre outras.

A respeito da participação política feminina podemos mencionar, com a finalidade de comparação entre a realidade nacional e a local, o fato de que no parlamento brasileiro apenas 9,7% das cadeiras são ocupadas por mulheres, o que evidencia a grande disparidade de gênero que existe no Brasil no campo da política. A realidade social da cidade de Campos dos Goytacazes não se diferencia da observada em âmbito nacional. Na Câmara de Vereadores dentre os dezessete membros, a bancada feminina conta com apenas três representantes – Ilsan Viana, Penha Martins e Odisséia Carvalho –, frente a uma população de mulheres no município girando também em torno de um pouco mais de 50% da população campista¹³². Ainda no cenário político, o eleitorado elegeu em 2008, pela primeira vez na história do município, a ex-governadora Rosinha Garotinho como prefeita da cidade, que têm como responsabilidade gerenciar um orçamento municipal bilionário.

Cabe observar que das três vereadoras, apenas uma conseguiu chegar ao posto via eleição sem maiores percalços. Trata-se da veterana vereadora Penha Martins, que já está em seu terceiro mandato consecutivo. A vereadora Ilsan Viana tomou posse em 12 de abril de 2010 graças a uma decisão da Justiça Eleitoral. Ilsan Viana foi a terceira candidata mais votada em 2008, mas sofreu uma ação de impugnação de mandato eletivo movido pelo Ministério Público e pelo suplente de sua vaga, Ederval Venâncio, sob acusação de abuso de poder econômico. Em 2010 a justiça considerou improcedente tais acusações e deu posse à vereadora. Odisséia Pinto de Carvalho também não logrou vitória eleitoral, foi conduzida ao cargo em 06 de outubro de 2009, após a morte do então vereador Renato Barbosa, morto em um acidente automobilístico. Deste modo, das três mulheres que estão presentes na Câmara de Campos, apenas a vereadora Penha Martins foi eleita diretamente

¹³² Segundo dados do IBGE do censo de 2010, a população feminina compreende a fatia de 51,04% da população brasileira, em Campos este percentual é praticamente o mesmo, 51,87%. As mulheres também são maioria no eleitorado. Segundo dados do TSE, no Brasil o percentual do eleitorado feminino é de 51,89%, enquanto em Campos é de 52,96%.

pelo voto. Ilson Viana também foi eleita pelo voto popular, embora tivesse que enfrentar uma batalha judicial para tomar posse, enquanto Odisséia Carvalho tomou posse em caráter de suplência, haja vista que o cargo ocupado pelo vereador Renato Barbosa ficou vago, devido ao seu falecimento. Outra liderança que está presente no município é o da prefeita Rosinha Garotinho, que venceu a disputada eleição de 2008 derrotando seu principal adversário político, o ex-prefeito Arnaldo Viana. Rosinha Garotinho contou com apoio de seu marido, Anthony Garotinho, ex-governador do Estado e ex-prefeito de Campos dos Goytacazes.

Pela primeira vez na história do município há tantas mulheres presentes na cena política. No entanto, tal presença não ocorre sem disputas e dificuldades, fazendo com que as mulheres tenham que se deparar com um ambiente que muitas vezes se torna hostil para sua atuação, levando muitas delas a adotar diferentes estratégias e artifícios para conseguirem se afirmar e participar mais ativamente da política. Apesar das dificuldades encontradas no campo político, as mulheres presentes na política local tiveram diferentes estímulos para entrar na esfera do poder, percorrendo trajetórias políticas diferenciadas. Antonia Leitão, Euzy Peixoto e Odete Rocha foram, de modo geral, estimuladas a entrarem na política graças ao ambiente familiar em que foram criadas, embora para cada uma haja uma peculiaridade em suas inserções iniciais.

Antônia Leitão, hoje com 92 anos, veio de um tempo onde as mulheres não votavam. O campo político partidário era inacessível para elas. No entanto, sua casa era frequentada por eminentes políticos locais e nacionais já que seu pai era seguidor de Nilo Peçanha e sua residência era um local para discussões sobre os rumos da política regional e nacional. Mas Antônia Leitão relata que seu pai era enfático em proibi-la de tomar parte nas discussões ao afirmar que *“política foi feita para homem e não para mulher”*. Não querendo contrariar a autoridade paterna, ela se manteve afastada. Ela relatou que só foi se interessar e imiscuir no campo político depois de casada, quando, por influência e estímulo de seu marido, participou de comícios políticos em Campos e se filia ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), dirigindo os trabalhos

femininos ao lado de Edna Lott, na campanha do Marechal Lott à presidência da República. Permaneceu no PTB por mais de 40 anos.

Euzy Peixoto iniciou na vida política por influência paterna. Vinda de uma família pobre, seu pai era simpatizante da ideologia comunista e se filiou ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), e foi por meio dele que Euzy passou a ter contato com o mundo político desde a sua juventude:

Eu já estava [na política] porque eu acompanhava o meu pai para onde ele ia: para as greves, saía para marcar a reunião clandestina. Ele me botava dentro do trem, dentro daqueles vagões de carga (...) para ir para Itereré. Eu entrava dentro do trem, eu devia ter 14 ou 15 anos... eu entrava dentro do trem e ele ia comigo. Quando chegava em Itereré ele me soltava naquele mato e eu ia embora correndo para contatar os companheiros que ficavam ali. [colchetes meus].

Seu pai foi preso político durante a ditadura de 64. Com o fim da ditadura e com a morte do mesmo, Euzy Peixoto decidiu manter o legado político e se filiou ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), se candidatando nas eleições de 1986, 1988 e 1992 em Campos. Em 1992 o PCB se transformou em PPS (Partido Popular Socialista) e iniciou uma mudança ideológica, levando Euzy a se distanciar dele e, finalmente, a entregar sua carta de desfiliação em abril de 2011.

Outra personagem que sofreu influência da vida familiar para entrar na política foi Odete Rocha. Seu pai era o carnavalesco responsável por um bloco de rua, além de ser zelador da Igreja da Boa Morte e funcionário de um escritório de contabilidade. Tais funções possibilitavam o contato com diferentes pessoas ligadas ao cotidiano político da cidade, dando à Odete Rocha uma proximidade com as discussões políticas locais. Na adolescência entrou para o movimento dos jovens de igreja e quando o Partido dos Trabalhadores (PT) surgiu em Campos ela se filiou para posteriormente, em 1994, ingressar no Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

Já a empresária e vereadora Penha Martins, ou simplesmente Dona Penha, entrou na vida política após coordenar a campanha vitoriosa de seu filho, José Cláudio de Oliveira Martins, à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ); Dona Penha destacou o incentivo dado por seu filho para que entrasse na vida política: “...por incentivo dele e por ele ser um político eu engajei na política”. A vereadora afirma também que este não foi apenas o único incentivo para a sua entrada na vida política. Ela e seu filho possuíam uma obra social que ajudava os mais pobres, e com a volta do deputado José Cláudio para Campos, muitas pessoas quiseram que ela se candidatasse à Câmara Municipal, embora resistisse à ideia por já se considerar cansada para entrar na vida político-partidária. Ela afirma os motivos da resistência: “criei uma filharada sem pai: quinze filhos! Criar quinze filhos sem pai não é brincadeira. É ser heroína mesmo. Eu já estou cansada (...)”. Mas os apelos conseguiram demover sua resistência e ela se candidatou e foi eleita vereadora pela primeira vez em 1996 pelo Partido da Reedificação da Ordem Nacional (PRONA)¹³³, afirmando que a principal motivação para entrar na política

Foi com os mais carentes, porque mesmo fora da política eu sempre ajudei muito as pessoas carentes que batem em minha porta. Sempre gostei, é uma coisa minha, é uma missão minha que eu tenho. Eu gosto do meu trabalho, demais. A política é estressante? É! É cansativa? É! Mas é muito bom porque você pode ajudar o menos favorecido, você está mais perto do poder.

Segundo o depoimento de Dona Penha, podemos observar que as principais motivações para sua entrada na política foram três: o incentivo dado por seu filho deputado, os pedidos vindo de parte da população e sua motivação pessoal de ajudar os mais carentes.

Outras duas personalidades políticas também contaram com o apoio familiar para entrar na vida pública, mas neste caso o apoio veio de seus

¹³³ O PRONA se fundiu com o Partido Liberal (PL) em 2006 criando o Partido da República (PR). Dona Penha deixou o PPS em 2011, partido ao qual se filiou após sair do PR, e agora se filiou ao Democratas (DEM).

maridos. Refiro-me aqui a Ilsan Viana e Rosinha Garotinho. Ilsan Viana iniciou sua carreira na vida pública em 1999, quando ocupou a presidência da Fundação Teatro Municipal Trianon, no primeiro mandato de Arnaldo Vianna (1998-2000), seu ex-marido. Neste período Ilsan ocupou também a presidência da Associação de Proteção à Infância de Campos (APIC), órgão municipal voltado para a saúde e a assistência de gestantes e bebês. Em 2001, durante o segundo mandato de Arnaldo Viana (2001-2004), ela assumiu a Secretaria Municipal de Planejamento e Controle Geral, saindo de áreas voltadas para a cultura e cuidados sociais para entrar numa secretaria mais destacada na administração municipal¹³⁴. Em 2008 foi eleita vereadora pelo PDT, mas só toma posse em 2010 após decisão da Justiça Eleitoral.

A atual prefeita de Campos, Rosinha Garotinho, formou-se professora pelo Colégio Batista Fluminense e trabalhou na cidade como radialista. Durante o governo de seu marido, ocupou a Secretaria de Ação Social e Cidadania. Com a renúncia de Anthony Garotinho ao governo do Estado em abril de 2002 para concorrer à Presidência da República, Rosinha foi lançada como candidata ao governo estadual. Durante a campanha usou o nome “Rosinha Garotinho” para ter sua imagem associada à do marido, que à época possuía um índice de aprovação popular de mais de 80%. Graças ao apoio e à popularidade do marido, Rosinha Garotinho, então filiada ao Partido Socialista Brasileiro (PSB), foi eleita a primeira governadora do Estado do Rio de Janeiro em 2002, tendo início, assim, sua vida pública.

Ao contrário das personagens anteriores, Graciete Santana e Odisséia de Carvalho se inseriram na política em virtude de uma experiência anterior em movimentos sociais e também nos sindicatos. Graciete Santana desde jovem atuou no Grêmio Estudantil, sempre simpatizando com os movimentos esquerdistas, embora sem se filiar a nenhum partido:

¹³⁴ Dados coletados na página pessoal da vereadora no site da Câmara de Vereadores de Campos dos Goytacazes, disponível no endereço www.camaracampos.rj.gov.br, acesso em 13/02/12.

...mesmo antes de ser partido, eu comecei a militar na militância sindical, sempre com a defesa da classe trabalhadora, com os trabalhadores da educação; a defesa dos direitos não só dos trabalhadores, mas também da educação pública de qualidade (...).

Graciete Santana se filiou primeiramente ao PCdoB e, em 2001, entrou para o PCB de Campos dos Goytacazes.

Odisséia Carvalho também possui um histórico de militância sindical. Em 1985 começou a trabalhar como professora na rede pública de ensino e iniciar sua trajetória política na luta sindical, filiando-se ao Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação (SEPE). Graças à sua militância sindical conheceu e se filiou ao Partido dos Trabalhadores (PT).

Com base na trajetória das entrevistadas notamos que há duas vias principais de estímulo e/ou apoio para entrar na vida política: a família e os movimentos sociais. A entrada pela via da família se divide em duas diferentes configurações: a primeira, onde a família – notadamente o pai, evidenciando a persistência da divisão público/privado entre os sexos – incentiva a entrada na política via militância – como é o caso de Euzy Peixoto e Odete Rocha; a segunda, onde membros da família – notadamente algum homem, seja ele marido ou filho – possibilitam uma inserção direta sem um acúmulo de capital político anterior, como é o caso de Antônia Leitão, Dona Penha, Ilsan Viana e Rosinha Garotinho. A outra via principal de estímulo e acesso ao campo político é a via dos movimentos sociais, e aqui as principais expoentes são Graciete Santana e Odisséia Carvalho.

Mesmo com diferentes maneiras de se inserir na política, as mulheres se deparam com um campo relativamente novo para sua atuação, e por não terem uma tradição consolidada na política municipal em Campos enfrentam alguns desafios para se afirmarem, embora nem todas as entrevistadas concordem. Antônia Leitão afirma que não sofreu qualquer dificuldade para entrar na política ou para desenvolver seu trabalho na Câmara porque, segundo ela, se afirmava perante os demais, não dando margem para qualquer questionamento. Outra entrevistada a dizer que não sofreu qualquer tipo de

dificuldade foi a vereadora Dona Penha. Ela observa que a situação das mulheres na política tem melhorado constantemente, mas, em determinado momento da entrevista relata que a presidenta Dilma é ainda vista com maus olhos por seus pares. Quando eu pergunto se ela sofria esse mesmo tipo de rejeição ela diz que não, afirmando que na Câmara o relacionamento dela com os pares e com os funcionários é *“de mãe para filho, um tratamento de igualdade. (...) Com respeito, com amor, com carinho. Como eu também retribuo a mesma coisa para eles”*.

Euzy Peixoto afirma também que não sofreu quaisquer formas de discriminação por parte de seus colegas políticos, mesmo em campanhas eleitorais: *“...eles nunca me faltaram com respeito, nunca fez chacota... se fez não fez para eu ouvir. Então eu posso dizer que nunca ninguém fez nada contra mim. Então me respeitavam muito”*.

As demais entrevistadas relatam com certa ênfase, cada uma a seu modo, as dificuldades que tiveram para entrar e se afirmarem na vida política. Odete Rocha cita a dificuldade de fazer política em uma cidade do interior, com estruturas sociais que incutem nas mentes a idealização na mulher como mãe, esposa e dona de casa, e esta visão permanece até mesmo na esquerda política, dificultando a atuação e a militância política feminina, já que a mulher militante rompe com normas e padrões socialmente aceitos:

...a dificuldade é muito grande porque mesmo os nossos camaradas que militam na esquerda eles não vão ter totalmente essa visão de mulher enquanto uma militante. Que a gente percebe que a mulher militante ela não é uma mulher vista como as outras mulheres. Na grande maioria não é vista assim. As pessoas olham para você, sei lá... uns acham que você é arrogante, outros acham que você é irresponsável porque não está dentro daquilo que você foi projetado culturalmente. Você não é um homem e você quer fazer coisas de homens, não é homem e quer discutir no mesmo patamar dos homens, quem é você?

Tomando por base o depoimento de Odete Rocha podemos perceber que além de sofrer o preconceito de gênero, sofre também preconceito por ser

uma militante em um partido de esquerda, sendo que os olhares repreensivos agem tanto fora quanto dentro do próprio partido:

Mas mesmo no PCdoB a dificuldade que se tem é por causa disso, a questão de ser mulher, custa se romper, é meio velado, é uma questão meio velada. Os homens fazem o exercício de absorver o que está acontecendo e a gente em contrapartida faz o exercício de fazer com que eles compreendam.

Apesar de mais ou menos oculto, há uma evidente disputa pela tomada de posições nas disputas internas do partido. Se fora do partido a disputa é mais aberta, dentro dele a lógica do conflito assume uma postura velada, mas presente. Graciete Santana expõem as formas mais sutis de tratamento que se apresentam sob a forma de “brincadeiras”. Ao comentar sobre a forma como os seus colegas de partido a tratam ela afirma que o tratamento é cordial, mas há um porém:

Ah eles são machistas, né? Adoram fazer aquelas piadinhas meio bobas, né? A gente está em reunião, por exemplo, de um partido e tal, do meu próprio partido, né? Eles adoram aquelas piadinhas, aquela coisa horrível. Aquelas piadinhas de homens, né? Tem uma mulher só e eles são a maioria, eles deitam e rolam, né? Aquelas piadinhas machistas entre eles, sabe? Não em relação a minha pessoa, entre eles né?

Apesar dela considerar não ser o alvo das “piadinhas machistas”, tais “piadinhas” se direcionam ao gênero feminino como um todo, atingindo-a também de forma indireta. Cabe observar que as zombarias e chacotas feitas pelos seus colegas de partido não é vista por ela como uma forma de violência, mas apenas como uma inofensiva “brincadeira”. Graciete Santana naturaliza, portanto, as ações mais suaves de questionamento e deslegitimação de sua presença no partido. Ela também ressalta a dificuldade para se inserir na pauta política do município e atribui essa dificuldade a dois fatores: *“...por eu ser mulher (...) mas no fundo o homem é que quer mandar (...) e o outro é o partido*

de esquerda e eu acho que encontro mais resistência por ser de um partido de esquerda do que por ser mulher”.

O pensamento sexista manifesta-se na sociedade local, dificultando e, muitas vezes, limitando a atuação política feminina. A resistência é ainda maior não somente por ser mulher, mas principalmente por ser uma mulher que está vinculada a um partido esquerdista, demonstrando como o conservadorismo local age com mais força quando alguém se afasta do padrão ideológico predominante na cidade. Mas há outra forma de ação onde o pensamento conservador se manifesta: o preconceito racial. Durante a entrevista, Odete Rocha relatou o preconceito sofrido por ela por ser, além de mulher e militante esquerdista, afrodescendente:

...junta tudo: o fato de ser mulher, você não ser branco, você não fazer parte daquilo que não é caracterizado como a elite dominante. Você não está dentro das características que foram elencadas para quem está dentro da elite dominante. Imagina como isso não fica para as pessoas absorverem. É complicado.

Além de sofrer com o preconceito de gênero, Odete Rocha relata a manifestação do preconceito étnico/racial que sofreu, demonstrando ambas as formas de preconceito estão bem presentes na realidade local.

Outra dificuldade enfrentada pelas mulheres que fazem política diz respeito aos padrões de comportamento. Quando uma mulher foge do padrão conciliador, pautado pela passividade e gentileza é penalizada. Odisséia Carvalho relata a dificuldade inicial para se afirmar na Câmara de Vereadores logo após sua entrada. Detentora de um estilo de fazer política diferente, já que é pautado pela assertividade e combatividade fruto de sua trajetória no movimento sindical, ela relata que sofreu diversas formas de discriminação por ter um jeito diferente de atuar:

Eu por exemplo, quando entrei aqui na Câmara, aí Dona Penha tem um estilo diferente do meu, totalmente diferente, ela tem aquele jeitão dela da mãezona, muito assim, sempre na dela, ouvindo, tentando conciliar e eu esse jeito sindicalista, militante partidária, então eles falavam: “você é muito autoritária, você... seus alunos...” – assim mesmo, na plenária – “...seus alunos devem pensar com você dentro da sala”, então preconceitos mesmo.

E continua:

...eu estava falando na plenária e todo mundo conversando, todo mundo conversando. Aí a gente “olha, por favor, eu gostaria que houvesse uma atenção para o que eu estou falando”. Isso era sinônimo de autoritarismo, era sinônimo de eu ser uma pessoa autoritária, de ser oposição radical. Então quer dizer, eu sou uma mulher fruto do movimento sindical, fruto da militância partidária e tenho clareza do que eu defendo. (...) Então eu acho que isso acaba confundindo ou as pessoas não entendendo muito bem.

Os papéis sociais comumente atribuídos aos sexos detêm uma importância no campo político. Como relatado pela vereadora Odisséia, seu distanciamento das características ditas femininas – ou seja, de mãe, conciliadora, gentil – fez dela um alvo de críticas, discriminações e preconceitos. Vale notar que mais uma vez aparece a característica de ser uma mulher militante de esquerda, o que causa estranheza aos seus pares.

Além de todas essas dificuldades para a entrada no jogo político cabe elencar mais uma: a dificuldade financeira. Quem relata mais esse obstáculo é Euzy Peixoto utilizando sua disputa à Prefeitura de Campos durante a campanha eleitoral de 2000, quando enfrentou Arnaldo Vianna:

Eu saía numa bicicleta e ia lá pra o Parque Prazeres e organizava uma caminhada no Parque Prazeres com o pessoal de lá. Eu não tinha ninguém para me acompanhar porque eu não pagava ninguém. (...) E quando você olhava vinha aquele mundo de gente atrás [se refere aos partidários de Arnaldo Vianna], quer dizer, sufocava aquele grupo que eu tinha que era pequeno, era sufocado, porque eles apareciam com bandeirinha, com não sei o que e com santinho e nem santinho eu tinha

pra dar. Eu chegava perto das pessoas, cumprimentava, dava um papelzinho carimbado com meu número 23 e pronto. Nós conseguimos um carrinho, uma pampa que estava com motor vazando óleo, e a gente ia levando o óleo na mão e aí ia despejando. E no caminho que ela andava ela deixava um rastro de óleo e a gente parava e comprava mais óleo. (...) E não tinha jeito, era aquela perseguição de quem não tem dinheiro com quem tem dinheiro em cima. (...) Era o dinheiro que falava mais alto.

E continua em seu relato demonstrando a dificuldade de fazer política sendo a única mulher no pleito:

Não adianta que o poder fala mais alto, você querendo ou não, e para a mulher é muito difícil. Você vê, eu entrava num debate, eu sozinha de mulher e aquela porção de... agora não, agora tem a Odete, Graciete, o grupo mais de mulheres, uma até para ajudar a outra. Na minha época não, eu sozinha. Aquela porção de homens e eu lá toda encolhidinha, miudinha, muito magrinha no meio daquela porção de gente.

Apesar de inicialmente ter afirmado que não sofreu maiores dificuldades para entrar no jogo político local, Euzy Peixoto demonstra que, além de todas as dificuldades apresentadas até aqui, a questão financeira é mais uma que se faz presente nas candidaturas femininas. Vale ressaltar que a falta de recursos também é um importante aspecto a ser considerado quando tentamos compreender a baixa representação política feminina, demonstrando que apenas cotas para mulheres é uma medida insuficiente se não for garantido recursos para que elas possam desenvolver suas campanhas.

Além de todas essas dificuldades no desempenho das atividades políticas, grande parte de minhas entrevistadas relatou outros problemas limitantes, agora voltados para o âmbito privado, para o cuidado da casa e dos filhos, sendo que apenas Antônia Leitão e Dona Penha afirmaram que os afazeres domésticos não as atrapalhavam em nada. Cabe observar que os afazeres domésticos, ainda vistos como tarefas eminentemente femininas, não são impeditivos para a participação política, mas, sem dúvida, dificultam uma atuação mais ativa, principalmente quando o restante da família não contribui

na divisão das tarefas domésticas ou quando as mulheres não têm condições de pagar alguém para lhes ajudar.

Graciete Santana afirma que consegue se dedicar mais à militância e às atividades partidárias porque conta com o apoio de seu companheiro e de suas filhas na divisão das tarefas domésticas. A vereadora Odisséia Carvalho também conta com o apoio de seus filhos e também de uma empregada doméstica, mas afirma que nem sempre foi assim:

Eu, por exemplo, tive sérios problemas no meu primeiro casamento, estou no segundo. O meu primeiro marido não aceitava em hipótese nenhuma, junto com minha família, de eu [sic] participar do movimento sindical, nem mesmo político-partidário, porque achava que aquilo era espaço de homem. Então infelizmente eu acabei me separando do pai dos meus filhos e hoje eu estou casada com uma pessoa que entende e acha necessário toda essa questão do movimento partidário (...) e a gente acaba conseguindo conciliar, vamos dizer assim, as tarefas domésticas, porque um dos empecilhos que faz com que a mulher não consiga participar também da vida política-sindical é também compartilhar as responsabilidades domésticas: do cuidado com o idoso, do cuidado com o filho, da filha, com o cuidado da casa. Então isso a gente precisa ter um companheiro sem dúvida nenhuma que entenda, né? Que participe, que compartilhe. Esses são os passos para que a gente possa ter sucesso na vida política partidária.

Odete Rocha também compartilha as dificuldades de ter de dar conta da casa, da vida profissional e da política ao mesmo tempo:

O serviço doméstico ele (...) é uma escravidão. (...) O tempo que eu estou lavando, passando, cozinhando, arrumando, eu estou deixando de ler isso aqui, preparar um texto, fazer uma discussão. Não adianta! Para o homem é mais fácil.

Apesar de Odete Rocha me relatar que não considera os afazeres domésticos como “coisa de mulher” ela conta que muitas vezes quando chega em casa é ela quem tem que arrumar a casa, sem receber ajuda de seus filhos.

Mesmo após uma tomada de consciência de que os trabalhos podem ser divididos, praticamente nada muda na divisão de tarefas.

Euzy Peixoto afirma que os afazeres domésticos não atrapalharam a sua militância porque ela se diz uma “apaixonada por política”. Apesar de afirmar que os cuidados domésticos não a impediram de fazer política, ela relata as dificuldades e brigas que tinha com o marido por ser uma mulher que militava. Apesar de tudo ela conta que quando saía do trabalho se deparava com a arrumação da casa e com o cuidado com as crianças. Como não podia deixar as crianças em casa, já que seu esposo se recusava a cuidar delas, ela levava as crianças consigo para fazer campanha. Falando da campanha eleitoral de 2004, quando foi candidata à vereadora, ela relatou como conseguiu associar cuidado com a casa, com os filhos e com a política:

Eu levantava de manhã e cuidava da minha casa e dos meus filhos. (...) Eu fiz campanha para vereadora, nunca faltei um comício, nunca faltei uma passeata com esse bebê. Sentava no carro, botava o bebê no carro, com a mamadeira... bebê! Presta atenção, com um bebê. Ela quando terminou a eleição estava com nove meses em outubro. Esse bebê ia para os comícios comigo, eu botava ela deitada com a babá. Eu falava: “gente olha, na minha hora vocês me avisem”.

Apesar de todas essas dificuldades, Euzy Peixoto encara os fatos narrados como uma libertação, porque foi graças à sua participação na política que conseguiu se ver livre de seu marido: *“Não teve impacto não, foi liberdade. Foi bom para mim. Porque eu ia ficar tolerando aquele homem do meu lado, mandando, achando que ele é o todo poderoso e hoje ele sabe que não é”*. Observamos que neste caso o casamento se transformou em um elemento a mais de opressão, enquanto o exercício da política foi a libertação do jugo de seu marido.

Odisséia Carvalho relata uma situação similar à de Euzy Peixoto. Odisséia não contava com o apoio de sua família e de seu marido para poder se dedicar à militância e em virtude disso tinha que levar seus filhos consigo para os encontros e debates sindicais e do partido:

Eu me lembro que quando (...) meus dois filhos mais velhos, um está com 29 e outro com 27, eles foram criados assim. Levava, eles sentavam no chão, não tinha creche na época, a gente estava num debate ainda, eles sentavam no chão, eu dava papel, canetinha e tal e ali pegava o microfone, falava e eles ali sentados. Todo mundo tomava conta das crianças.

Diante de todas essas dificuldades podemos perceber que a entrada da mulher na política é uma espécie de aventura e um complexo jogo logístico, onde deve-se atender às necessidades domésticas, do cuidado com os filhos e outros afazeres tidos como femininos. Esta concepção adotada pela sociedade limita severamente a capacidade das mulheres que não podem investir mais tempo em suas carreiras políticas e mesmo dedicar maior tempo ao lazer e ao descanso. As que tentam encontrar seu espaço no jogo político local valem-se de diferentes estratégias, conscientes ou irrefletidas, para se inserirem no campo. Uma estratégia que é muito utilizada por algumas é o uso da maternidade como característica distintiva. Cabe observar que neste quesito as três vereadoras do município estampam em suas páginas institucionais na internet um resumo de sua vida pública, nunca deixando de evidenciar informações sobre a sua condição de mães. Todas as vereadoras deixam bem claro que são mães apesar de participarem da política, dando destaque para o papel materno. Já os vereadores homens em sua maioria não citam informações a respeito de suas famílias, se são pais ou não, pelo contrário, enfatizam suas respectivas carreiras e conquistas laborais. Aqui observamos como age o mecanismo de justificação política para cada sexo: os homens valem-se das conquistas na carreira, no ambiente de trabalho e no ambiente público, já as mulheres, apesar de colocarem informações sobre sua trajetória política, não deixam de informar suas respectivas condições de mãe. Inclusive esse papel maternal é utilizado como uma das formas de conquistar o respeito diante de seus pares.

Na política de Campos dos Goytacazes a pessoa que mais recorre à maternidade como fator de legitimação política é a vereadora Penha Martins, que exalta em sua página oficial do portal da Câmara de Vereadores de

Campos dos Goytacazes o fato de ser mãe de 15 filhos. O mesmo ocorre com a prefeita Rosinha Garotinho, que desenvolve uma forma de pensamento e ação muito similar ao desenvolvido por Dona Penha. Rosinha atribui grande valor àquela idealização da mulher enquanto esposa, mãe, zelosa, gentil, etc. Em sua concepção, as mulheres devem estar atentas ao seu comportamento:

A mulher virtuosa mostra a sabedoria do alto em seu modo de ser e agir. Ela é:

Pura – simples, correta, fiel.

Pacífica – mansa, serena, tranquila, amiga da paz

Tratável – afável, conversável, sociável.

Plena de misericórdia e bons frutos – sensível às necessidades e sofrimentos dos outros; sendo que o que faz pelos outros dá bons resultados¹³⁵.

Tal idealização pode ser percebida em muitas outras passagens de seu livro:

Tenho o privilégio de conhecer algumas mulheres maravilhosas, (...) boas esposas, boas mães, boas donas de casa, boas profissionais, mulheres inteligentes, trabalhadoras, honestas, humildes e simples.¹³⁶

...a mulher virtuosa se esforça mais para cuidar das coisas mais elementares com bom grado, sem resmungar, sem reclamar: procurando fazer tudo com amor.¹³⁷

A mulher virtuosa é boa dona de casa mesmo quando exerce outras atividades fora do lar. Ela sabe o que não pode delegar a outras pessoas, sabe qual é a sua responsabilidade. Mesmo fisicamente cansada, ao anoitecer ela percebe o dia proveitoso e descansa (...).¹³⁸

¹³⁵ GAROTINHO, Rosinha. **Que mulher é essa?** Rio de Janeiro: Agência Soma, 2004, p. 65.

¹³⁶ Ibid., p. 19.

¹³⁷ Ibid., p. 27.

¹³⁸ Ibid., p. 33.

...a família deve estar sempre à frente do trabalho.¹³⁹

A mulher virtuosa não deseja o mal para o marido. Ela honra a sua liderança.¹⁴⁰

O marido é essencial na condução do lar. Ele é o cabeça, assim como Jesus é o da Igreja.¹⁴¹

Segundo essa lógica, a virtude da mulher estaria em manter uma forma de comportamento desenvolvida no âmbito privado, marcado pelo poder masculino. A mulher é idealizada não como indivíduo independente, mas como uma pessoa que vive em função de atender aos anseios de outras, já que não deve mostrar qualquer forma de contestação, mantendo sempre a passividade e se preocupando com o bem-estar dos demais. Observamos que mesmo quando as mulheres conseguem entrar no campo político a representação social sobre seu sexo se adapta. Recorre-se à “essência feminina” de mãe, cuidadora, para designar mulheres para áreas ligadas ao social, à filantropia e a educação. Algumas vezes a própria justificativa da inserção da mulher na política segue essa forma de raciocínio, utilizada pelas próprias mulheres, como observado na propaganda eleitoral da então candidata à prefeitura de Campos dos Goytacazes nas eleições de 2008, Odete Rocha, conhecida como Professora Odete. Em seu programa eleitoral aparecia uma menina que aparentava ter aproximadamente sete anos que, entre as aparições da candidata, proferia a frase: *“Professora Odete. Ela vai cuidar da gente!”*.

Quando questionada sobre o porquê da utilização deste lema, Odete Rocha diz que não foi nada pensado com muita antecedência. Na verdade foi algo quase que por acaso, já que ela queria que a juventude participasse de seu programa eleitoral, pois ela tem uma grande inserção junto aos jovens da cidade, mas na ausência deles resolveu colocar a menina, que na verdade era a filha de um dos produtores do programa eleitoral e estava brincando no estúdio no momento das gravações. Apesar disso, Odete Rocha afirma que a propaganda com a menina foi realmente ligada à maternidade:

¹³⁹ Ibid., p. 39.

¹⁴⁰ Ibid., p. 86.

¹⁴¹ Ibid., p. 111.

É um pouco ligado dessa linha de quem é que pode cuidar do maior, de olhar essas coisas com maior intensidade, é justamente uma mulher. (...) Na marca da professora Odete vem tudo, vem a professora, vem a mulher, vem a mãe, vem tudo naquela marca da professora Odete.

Parte das entrevistadas, com exceção de Antônia Leitão e Odisséia Carvalho, afirmaram que a principal contribuição e também diferenciação da atuação política feminina na política está ligada à maternidade ou a alguns aspectos advindos dela. Dona Penha respondeu que o trabalho da mulher na política se diferencia dos homens porque *“a mulher tem mais facilidade em trabalhar na política do que o homem. (...) A mulher trabalha com o coração e com a razão (...) porque ela é mãe, ela conhece o sofrimento, conhece a carência, já [é] da natureza mesmo”*. Euzy Peixoto compartilha dessa visão e afirma que *“A sensibilidade da mulher é muito importante. (...) Ela consegue sentir aquilo que o homem não consegue, aquilo que ele passa por cima. A mulher não, já olha com mais carinho uma determinada situação”*. E ela afirma também que a mulher é mais honesta que o homem: *“Difícilmente você encontra mulher envolvida em falcaturia”*.

Odete Rocha e Graciete Santana também concordam que a maternidade possibilite uma forma de atuação diferenciada, entretanto ambas salientam que o sexo não determina a conduta política. Nas palavras de Odete Rocha: *“...não é a mulher que dá a você a capacidade de fazer governo, (...) porque nós temos várias mulheres governantes que são grandes porcarias...”*.

A representação social – que se traduz em discursos e ações - que liga a atuação política a uma atuação mais zelosa e honesta desenvolvida pelas mulheres tem de ser vista com reservas, já que acaba ligando os papéis políticos aos papéis outrora desempenhados na sociedade, onde a mulher-mãe e protetora da família desenvolveria uma “política do desvelo” para com os cidadãos. Outro ponto a ser ponderado é que a utilização de tais discursos pode torna-se problemática para a atuação feminina, pois a limita, haja vista que temas de natureza sociopolítica - tais como contracepção, aborto,

sexualidade, dentre outros – acabam sendo engolfados pelo viés religioso e/ou moral nas discussões públicas. Cabe observar que essa estratégia de atuação feminina está ligada à exclusão das mulheres do campo do poder político, deste modo a justificativa para sua inclusão tende a ser construída a partir de argumentos fortes, voltados para firmar a capacidade das mulheres, os quais, muitas vezes, tendem ao essencialismo. Nessas concepções fica implícita a ideia de que o simples ingresso das mulheres alteraria não apenas o cenário, mas também a qualidade da política, o que é questionável tanto teórica quanto empiricamente¹⁴².

Observemos que mesmo com três mulheres na Câmara de Vereadores de Campos, muitos projetos – por exemplo a criação de ambulatórios para atendimento das mulheres, aumento no número de creches, implementação do transporte escolar para crianças, realização de exames preventivos contra o câncer, dentre outros - que atenderiam às necessidades femininas não são sequer discutidos. Observemos o que foi discutido na Câmara de Campos entre os anos de 2009 e 2011, conforme consta na tabela a seguir.

Tabela 1: trabalho dos vereadores entre 2009 e 2011

	2009	2010	2011	TOTAL
Sessões	98	107	107	312
Projetos de Lei/ decretos	286	180	108	474
Indicações legislativas	41	44	53	138
Indicações simples	3.360	2.023	1.500	6.883
Ofícios	3.300	2.845	2.300	8.445

Fonte: Câmara Municipal de Campos dos Goytacazes

¹⁴² ARAÚJO, Clara. “Construindo novas estratégias, buscando novos espaços políticos – as mulheres e as demandas por presença”. In: MURARO, Rose Marie; PUPPIN, Andrea Brandão (Orgs.). **Mulher, gênero e sociedade**. Rio de Janeiro: FAPERJ/Relume Dumará, 2001, p. 82-97.

A Câmara possui uma robusta quantidade de atividades legislativas. Em três anos foram mais de 312 sessões, sendo aprovados mais de 474 projetos de lei/decretos e 138 indicações legislativas. As vereadoras também contribuíram para esses números. Fazendo a separação dos dados podemos mensurar a produção de cada vereadora no que tange à projetos de lei e indicações legislativas, conforme demonstrada na tabela 2.

Vale destacar que a opção por me deter apenas nos projetos de lei e nas indicações legislativas se deve ao fato de que esses dois instrumentos possuem poderes – no caso do projeto de lei – para alterar, via legislação, situações desfavoráveis vivenciadas pela população – e mais especificamente pelas mulheres campistas – o mesmo ocorre com a indicação legislativa, que apesar de não ter o poder de criar lei, sugere a outro órgão que tome medidas próprias sob sua competência.

Tabela 2 – Projetos de lei/indicações legislativas das vereadoras de Campos (2009-2011)

	Projetos de Lei	Indicações Legislativas	Nº de decretos e indicações legislativas relacionadas às mulheres
Ilsan Viana	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de incentivos fiscais para empresas instaladas no município, que admitam funcionários com 45 anos de idade ou mais. • Projeto que visa disciplinar a postura de resíduos orgânicos e recicláveis. • Projeto que torna obrigatório o terceiro degrau nos ônibus urbanos do município. 	-	-
Odisséia Carvalho	<ul style="list-style-type: none"> • Torna obrigatória a colocação de placas informativas nos coletivos municipais com informações sobre 	<ul style="list-style-type: none"> • Considera Patrimônio Cultural de interesse público, para fins de tombamento de natureza imaterial, a “Dança do 	2

	<p>exploração sexual de menores e o número para denunciá-las.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Dispõe sobre a destinação de 20% de toda a dotação orçamentária para ser utilizada em campanhas de caráter exclusivamente educativo. • Sugere a criação da Comissão de Saúde do Trabalhador (CST), no âmbito do serviço público municipal de Campos. • Distribuição de protetor solar para os servidores da Prefeitura de Campos que trabalham diariamente expostos aos raios do sol. • Institui no município o incentivo fiscal para a realização de projetos culturais. 	<p>Jongo.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Considera Patrimônio Cultural de interesse público, para fins de tombamento de natureza imaterial, O Clube do Choro & Cia. • Dispõe sobre a criação da Coordenadoria Municipal da Mulher (CMM), no Gabinete do Prefeito (GP), no âmbito da administração centralizada do Poder Executivo do Município. • Dispensa a parada dos ônibus urbanos nos pontos normais de embarque e desembarque de passageiros para idosos e pessoas com mobilidade reduzida. • Construção de um Hospital da Mulher no município. 	
<p>Penha Martins</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Declara de Utilidade Pública a Associação Católica Nossa Senhora de Fátima. 	<ul style="list-style-type: none"> • Implantação do sistema de Biometria Avançada para Rastreamento para pessoas com Deficiência Visual ou Baixa Visão. • Dispõe sobre a colocação de "Bocas de lobo", em frente aos pontos de ônibus, no Município de Campos. • Implantação de placas nas Unidades de Saúde, informando "Proibido a entrada com animais". • Estabelecimentos que trabalham ou comercializam pneus usados ficam obrigados a dar destinação segura a tais produtos; 	<p>-</p>

Fonte: Câmara de Vereadores de Campos de Goytacazes

Conforme demonstrado na tabela, as três vereadoras juntas apresentaram 9 projetos de lei e 8 indicações legislativas nos últimos três anos. Sendo que destas, apenas duas estavam relacionadas especificamente às mulheres campistas. Essas duas propostas foram de autoria de Odisséia Carvalho, vereadora que atuou na Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

Quando entrevistada, Odisséia Carvalho disse que poderia fazer mais, no entanto por ser vereadora de oposição tem uma limitação a mais – além das citadas anteriormente – para o desenvolvimento de seu trabalho:

...sou uma vereadora no município de oposição. Então eu posso ter projetos belíssimos, que vão de [sic] encontro aos interesses da população, mas geralmente eles são vetados pelo Poder Público municipal porque eu sou uma vereadora de oposição. Nós tínhamos até 3 meses atrás 7 vereadores de oposição. Hoje nós só temos quatro. Justamente por conta de que? Os projetos que eram apresentados, você tem uma base que te elege, os projetos que são apresentados eles acabam não saindo, não sendo beneficiados.

E continua, citando como exemplo a mesma situação vivenciada por outros vereadores:

É ruim falar nisso, mas, por exemplo, nós tivemos agora a ida do Abdu Neme para o governo porque havia uma necessidade de ter o hospital da baixada, to citando um exemplo, então o doutor Dante, o vereador Dante, ele na verdade, o sonho dele era ter, sempre foi ter uma clínica para dependentes químicos. Agora o projeto dele sai, porque ele está próximo ao governo municipal. (...) Então eu não vou, em hipóteses nenhuma, mudar o meu jeito de ser, a minha forma de pensar só porque estou sendo oprimida, estou sendo massacrada. Esse é o termo.

Diante do depoimento de Odisséia observamos que, mais uma vez, a realidade se apresenta bem diferente das idealizações sobre o modo de fazer política das mulheres, visto por alguns como mais correto ou como mais cuidadoso para com os cidadãos. Tendo como base o depoimento da vereadora, percebemos que a luta política acaba algumas vezes sendo

desenvolvida sob lógicas antirrepublicanas, sendo que, neste caso, quem leva à frente tal postura é outra mulher, a prefeita de Campos Rosinha Garotinho. Isso demonstra que não existe uma postura única ou um jeito feminino de fazer política. As mulheres não formam um conjunto homogêneo, guiado pelos mesmos princípios ou lógicas de atuação, pelo contrário, a ação das mulheres é heterogênea, assim como a trajetória pessoal e política de cada uma delas. A postura heterogênea das mulheres pode ser observada quando está em pauta temas polêmicos, como, por exemplo, a questão da descriminalização do aborto. Tal tema teve uma grande repercussão ao longo da campanha presidencial de 2010, quando Dilma Rousseff foi acusada de defender a descriminalização do aborto quando era militante feminista, tendo a então candidata que recuar em sua posição sobre o assunto. O tema rendeu grande discussão durante a campanha presidencial, desviando o debate sobre propostas para esta questão, que tomou um viés moral e religioso¹⁴³.

Buscando compreender como tal questão é vista pelas mulheres que atuam na política local, perguntei às minhas entrevistadas qual era a opinião delas sobre o tema e percebi a formação de dois grupos de opinião, um contrário e um a favor da descriminalização.

O grupo das que são contrárias à descriminalização é composto por Dona Penha, Euzy Peixoto e Antônia Leitão. As respostas foram acompanhadas de posturas enérgicas, enfatizando a discordância acerca do tema. O principal embasamento para a posição contrária está na religião, com exceção de Antônia Leitão. A ideologia religiosa motiva a forte resistência ao tratar do tema, e as mulheres que praticaram o aborto são vistas como criminosas ou assassinas. Esta visão é observada na fala enérgica da vereadora Dona Penha:

¹⁴³ Vale destacar que neste ano de 2012, peritos da Organização das Nações Unidas (ONU) cobraram do governo brasileiro ações para diminuir a mortalidade de mulheres em decorrência de complicações advindas de abortos clandestinos. Segundo a ONU, estima-se que mais de 200 mil mulheres morram por ano no Brasil em virtude desse problema.

Aborto?! Sou contra! Aborto você não fala comigo. Sou contra, contra, contra! Aborto é uma mãe assassinar um filho. Não existe isso na face da terra. É absurdo! Nem se disser que seu feto está doente, que você vai ter um filho problemático, que o médico sabe, que faz exames, você tem que firmar com Deus e dizer: “meu filho está no ventre e vai nascer”. Seja tudo pela mão de Deus!

Euzy Peixoto tem uma opinião bem próxima a de Dona Penha:

Eu sou contra, contra, contra. Não quer ter filho, evite! Embora eu sou católica, seria meio complicado essa história. Eu não quero ter filho mas quero ter uma vida sexual ativa, evite, use camisinha, toma pílula, mas evite. (...) Eu te digo mais, até essa questão: “Ah, fulana foi estuprada...”, deixa nascer, chega lá e dá para alguém, se aquilo relembra sofrimento, dá para alguém e pronto. (...) Se eu pegar um revólver e dar um tiro numa pessoa eu não cometi um crime? (...) E aqui? [aponta para o ventre] Depende de mim, se eu resolvo matar, quem vai defendê-lo? É um negócio muito complicado. Se a mãe parasse para pensar nisso e diante da lei de Deus, é um peso que ela leva, o pecado que ela carrega para o resto da vida. [colchetes meus].

Antônia Leitão também considera o aborto como um crime. Nestas visões fica muito evidente a concepção religiosa da questão. O tema do aborto é visto sob a ótica da religião e da moralidade engendrada por ela, colocando a mulher apenas como uma espécie de receptáculo para o feto, não observando as necessidades e as dificuldades próprias da progenitora, mas apenas do feto. Euzy Peixoto vai além ao se posicionar contra o aborto questionando sua realização em caso de violência sexual, situação que é permitida por lei.

Graciete Santana, Odete Rocha e Odisséia Carvalho possuem outra concepção sobre o tema. As três encaram o fato como uma questão de saúde pública e de saúde da mulher. Odete Rocha questiona a abordagem do tema sob a perspectiva da moral, chamando a atenção para o caráter político do assunto:

Você não pode julgar a questão do aborto como uma questão moral, é um erro e é o que a sociedade tenta fazer o tempo todo. Várias pessoas da sociedade jogam a questão do aborto como a questão da moralidade. Para mim não é! (...) Para mim não é uma questão moral, é

uma questão política, é uma questão econômica, é tudo. (...) A questão não é discutir contra ou a favor, é discutir porque as coisas acontecem.

Odisséia Carvalho, ao comentar sobre a incidência cada vez maior da gravidez na adolescência e o aumento da ocorrência de abortos nessa faixa etária no município, coloca a ênfase na questão econômica que perpassa o tema:

As meninas que não têm recurso financeiro, que têm condição desfavorecida ficam grávidas mesmo. As que têm dinheiro podem ir lá pra clínicas de aborto e fazer o seu aborto, agora essas meninas não, elas vão para as clínicas clandestinas e praticamente a segunda mortalidade de mulheres é o aborto clandestino.

Por fim, Graciete Santana se diz favorável à descriminalização, mas se preocupa com uma possível ação inconsequente das mulheres:

Não pode continuar a criminalização do aborto. Mas a descriminalização não pode incorrer no erro da inconsequência, de libertinagem. O meu único receio é que venha acompanhada de uma pesquisa muito grande, que na verdade o aborto não é qualquer coisa (...) é uma escolha que deve vir acompanhada de uma consciência.

Nas três falas anteriores observamos diferentes perspectivas para o tema. Apesar das três entrevistadas se posicionarem favoravelmente à descriminalização, cada uma chama a atenção para um aspecto do assunto: a abordagem moral/religiosa que bloqueia a percepção das causas que levam uma mulher a praticar o ato, demonstrando uma relação de poder sobre o corpo feminino; a questão etária e econômica que atinge de maneira diferenciada as mulheres que praticam o aborto; e, por último, a preocupação com um possível abuso da prática caso venha a ser descriminalizada.

Além da questão da descriminalização do aborto, outro tema que ganhou repercussão nacional foi sobre o reconhecimento da união civil entre pessoas do mesmo sexo. Busquei identificar como as entrevistadas enxergavam tal questão. Odete Rocha, Odisséia Carvalho e Graciete Santana se posicionaram favoravelmente e as que se posicionaram contrariamente – Dona Penha, Antonia Leitão e Euzy Peixoto – demonstraram a proeminência da fundamentação religiosa na abordagem do assunto. Os argumentos utilizados são muito similares, sempre pautados por escritos bíblicos e ensinamentos religiosos, como fica claramente exposto na fala de Antonia Leitão:

...a bíblia diz que Deus formou o homem e formou a mulher e disse a eles que vão ser o caminho. (...) O sexo foi criado, segundo a bíblia, para a procriação. Se duas mulheres se juntam ou dois homens se juntam não é para procriar. Desculpe mas eu sou povo, não tenho outra palavra para dizer não: é safadeza!

Euzy Peixoto segue a mesma linha de raciocínio, mas acrescenta outro argumento além do viés religioso, o argumento natural:

Você já viu por acaso uma cadela, um cão com um cão? Quem já viu isso? É só parar e olhar a natureza, vai ver na natureza. Isso é coisa da cabeça do homem. Se você olhar na natureza, aquela coisa divina de Deus e se você também pegar a palavra de Deus é contra. (...) Se eu tivesse que assinar um documento eu não assinaria, eu seria contra.

O discurso moral normatizador, além de se atrelar à ideologia religiosa, vale-se também do discurso natural, o mesmo que foi outrora utilizado para justificar a exclusão das mulheres e de outras minorias dos ganhos políticos e sociais. Apesar das diferentes posturas e ideologias políticas, a religião ainda funciona como uma estrutura estruturante para parte das mulheres que atuam na política. Mesmo quando as ações deveriam ser pautadas pelo pensamento universalista e pelos ideais democráticos-republicanos e da cidadania, as

atitudes de parte das mulheres que atuam na política acabam sendo guiadas por ideologias religiosas, bloqueando a perspectiva do tratamento pautado pelos imperativos da cidadania e da laicidade do Estado.

Essa porosidade entre a fronteira da religião com as ações do Estado não se restringem apenas a estas questões. Quando a Justiça decidiu em setembro de 2011 que Rosinha Garotinho deveria novamente se afastar da Prefeitura de Campos, a prefeita se recusou a cumprir a determinação judicial. Com uma declaração afirmando que *“Daqui não saio!”*, montou acampamento na prefeitura e convocou seus correligionários, empresários e simpatizantes a fazerem o mesmo. Durante o período da “resistência” várias lideranças, dentre elas religiosas, foram prestar solidariedade à prefeita. No pátio da prefeitura aglomeraram-se durante os dois dias da resistência, cerca de 400 pessoas. Vários funcionários públicos foram dispensados dos trabalhos na prefeitura, assim como funcionários de cargos comissionados e outros de empresas terceirizadas que prestavam serviços para a prefeitura. Muitos deles foram pressionados por seus superiores a prestar apoio à prefeita. Durante o episódio conversei informalmente com algumas pessoas que me relataram o “pedido” de seus chefes para que dessem o apoio à prefeita de Campos comparecendo à manifestação. Para facilitar o deslocamento, foram utilizados até mesmo veículos oficiais da prefeitura. Além da facilitação no transporte, foi organizada uma complexa estrutura logística para atender aos acampados: banheiros químicos, tendas, caminhões de som, bandas de música, alimentação e até mesmo um caminhão de Buffet ficou estacionado ao lado da prefeitura para dar suporte. Durante as manifestações contra a decisão judicial houve um grande apelo ao discurso religioso. A lógica deixou de estar ligada a um procedimento do âmbito do Estado laico e passou a ser visto como uma espécie de ação iníqua contra o “povo de Deus”, conforme discurso proferido por um padre à época: *“Na história do povo de Deus tantas vezes houve dificuldades, desvios, houve opressão no Egito. E cada vez que o povo sentia essas dificuldades sentia a mão de Deus poderosa”*. Após a fala do clérigo, o mesmo fez um convite para que todos proferissem um “Pai-Nosso”. Houve até mesmo um secretário do governo que convocou a população a jejuar e orar.

A filha da prefeita Rosinha, Clarissa Garotinho, esteve presente também e criticou a postura da Justiça, afirmando haver uma politização do Judiciário. Após sua fala pediu para colocarem um hino evangélico que remetia à ideia de Deus como advogado. A parte selecionada por Clarisse para tocar para os presentes foi muito sugestiva:

Meu advogado é o meu Senhor
Ele me defende do acusador
Minha causa entreguei em Suas mãos
Posso descansar o meu coração
Minha audiência ele já marcou
E garantiu de novo que eu serei o vencedor
Meu advogado mora lá no céu
Verdadeiro justo, pra sempre fiel¹⁴⁴

Enquanto tais atos se desenrolavam no pátio da Prefeitura de Campos, o cunhado da prefeita Rosinha, o vereador Nelson Nahin, se preparava para ocupar o cargo interinamente na Câmara de Vereadores. Motivados pela polarização política e pelos apelos dos políticos e simpatizantes, manifestantes invadiram o plenário da Câmara de Vereadores e interromperam a solenidade de posse de Nelson Nahin. A Polícia Militar deve de ser acionada para controlar a situação.

Estes episódios demonstram como a religião ainda tem um papel mobilizador e legitimador na política local, o que inspira certa preocupação, já que o ideal do Estado Moderno laico era garantir o tratamento pautado nos princípios da igualdade para todos. Mas quando o Estado é tomado por ideologias religiosas, uns tendem a ser favorecidos enquanto outros arcam com prejuízos para sua cidadania. Os que não estão dentro da norma considerada correta pela ideologia religiosa podem ter sua situação de subcidadania agravada, como é o caso das mulheres que fizeram aborto ou como no caso do respeito aos direitos de cidadãos e cidadãs homossexuais. A questão da cidadania é substituída pela moral religiosa. Além desses problemas o próprio

¹⁴⁴ O título da música é “Advogado Fiel” foi composta por Anderson Freire e é cantada por Bruna Karla.

Estado e a sociedade sofrem prejuízo, já que a máquina pública passa a ser orientada para a ação privilegiada para determinados grupos em detrimento de outros, ferindo a garantia constitucional da igualdade de tratamento perante a lei. Cabe observar também que a religião foi utilizada neste episódio para mascarar ações políticas. Utilizando o discurso religioso como elemento mobilizador e justificador, apelou-se à população para demonstrar apoio. Não se pode esquecer também que o elemento econômico detém um importante papel nas manifestações, já que o orçamento bilionário da prefeitura é muitas vezes utilizado para favorecimentos ou cooptações, conforme demonstrado por Souza¹⁴⁵.

Concomitante à “resistência” liderada por Rosinha Garotinho junto com os seus simpatizantes no pátio da prefeitura de Campos, seu advogados abriram outra frente de ação junto à Justiça buscando reverter a decisão judicial. Passados dois dias a decisão judicial foi suspensa, fazendo com que a prefeita e seus apoiadores pudessem levantar piquetes e suspender o acampamento.

¹⁴⁵SOUZA, Renato Barreto de. **Clientelismo e voto em Campos dos Goytacazes**. Dissertação de Mestrado em Políticas Sociais. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Campos dos Goytacazes, 2004.

Considerações finais

As conquistas para as mulheres no último século são incontestáveis, mas apesar dos avanços a realidade social evidencia novas dificuldades a serem superadas. Se anteriormente havia formas bem evidentes de impedimento ou limitação à participação política feminina, atualmente as limitações se desenvolvem através de formas mais sutis e menos visíveis que agem no sentido de deslegitimar e desestimular a participação política feminina, tornado a luta contra a desigualdade de gênero na política e na sociedade mais difícil.

Na cidade de Campos dos Goytacazes, assim como no Brasil, as mulheres conseguiram gradualmente lograr êxito em sua inserção no campo político, embora tenham que conviver com diversas dificuldades, tais como o preconceito racial, as dificuldades financeiras, o pensamento conservador e também com a dominação masculina, sofrendo com formas mais ou menos sutis de violência simbólica perpetradas contra elas, fruto de uma mentalidade desenvolvida em uma sociedade sexista e conservadora.

Em geral, uma parcela das próprias mulheres acaba por reproduzir, algumas vezes irrefletidamente, o pensamento dominante e age no sentido de assumir uma suposta “essência feminina” adotando os discursos que ligam a atuação política feminina à qualidades como honestidade e outras ligadas à maternidade. Assim, colocam as mulheres como aquelas que desenvolvem uma “política do desvelo” para com os cidadãos, ocasionando assim a circunscrição de sua atuação política a áreas específicas, em geral ligadas aos serviços sociais, à educação e aos cuidados, impedindo que elas tomem uma posição ativa frente à problemas enfrentados pelas suas concidadãs tais como políticas de contracepção e de saúde pública, aborto, violência contra a mulher, dentre outras questões.

O problema do uso do discurso que tende à essencializar a participação da mulher, valendo-se muitas vezes de atributos maternos que supostamente ajudariam a desenvolver uma forma de política diferenciada dos homens, é que

acaba dissociando a política de presença de uma política de ideias, contribuindo para a naturalização da participação política feminina. Apenas a presença no cenário político não garante uma participação mais efetiva das mulheres na vida pública e nem o sucesso na defesa de seus interesses. O êxito na atuação política feminina depende mais das ideias do que do sexo. Apenas um aumento quantitativo na participação feminina não garante que questões que afetem a vida das mulheres terão visibilidade. Há que se observar a trajetória de cada uma, já que muitas mulheres que participam da política podem não estar envolvidas com as questões que mais afetam sua vida, seja porque não consideram tais questões relevantes, ou seja porque não tiveram uma vivência em organizações feministas.

Nesta pesquisa notamos que há duas formas principais de acesso das mulheres ao campo político – mas não necessariamente do poder político. Uma dessas vias de acesso é a das relações familiares, onde as mulheres usam um capital político convertido baseado no prestígio de marido, filhos ou familiares, podendo se inserirem no campo político sem uma experiência política anterior. As mulheres que entram deste modo na política acabam tendo uma trajetória e atuação marcada pela dependência com os responsáveis pela sua assunção ao campo político. A outra via de acesso é por meio dos movimentos sociais. O capital adquirido na atuação dos movimentos sociais acaba por ser útil no desenvolvimento de sua atuação política, recorrendo-se à ele para fundamentar sua ação no campo.

É importante salientar que a ideia que se tem, de que mulheres fazem política de um jeito diferente, tendo características voltadas para o desvelo, a falta de interesses próprios, não se observa na realidade. As mulheres que atuam na política carregam consigo uma trajetória de vida pessoal e um *habitus* próprio. Deste modo, é importante observar outros pontos importantes que compõem a identidade destas mulheres, como sua filiação ideológica e sua trajetória política, para não incorrer no equívoco de homogeneizar um universo que, na realidade, é diversificado.

A diversidade de atuações na esfera política campista fica evidenciada através das entrevistas e da trajetória política de cada uma das mulheres

presentes na cena política. As mulheres que atuam em partidos esquerdistas relatam sofrer um preconceito mais forte não só por ser mulher, mas também por serem militantes de esquerda. No caso de Odete Rocha outro preconceito sofrido, além dos citados anteriormente, refere-se à cor da pele, demonstrando que tem dificuldades para fazer política não só por ser mulher e por ser militante esquerdista, mas também por ser negra.

Outra dificuldade encontrada refere-se ao fator econômico. Mulheres que não têm o apoio da família ou que não contam com auxiliares para ajudar nas tarefas domésticas possuem uma dificuldade maior para se dedicarem à política. Apesar de não ser impeditivo, tal cenário as coloca em posição de desvantagem na disputa política. Junte-se a isso o fato de terem também dificuldades econômicas para o desenvolvimento de campanhas eleitorais, ampliando ainda mais a desvantagem no jogo político.

Um fator que acaba sendo limitante também para a defesa ou não de algumas propostas é a questão da sobreposição de ideais religiosos na cena política e no âmbito do Estado. As concepções religiosas acabam por bloquear a percepção da cidadania em muitos temas, mas principalmente em temas mais sensíveis para as mulheres, como a questão do aborto. A temática deixa de ser tratada como uma questão de Estado e passa a ser pautado pela lógica da moral religiosa, adotando uma postura normatizadora e mesmo criminalizadora em detrimento de uma abordagem laica e pautada pela lógica da cidadania.

A realidade política que se apresenta em Campos dos Goytacazes é apenas uma parcela da que está presente na realidade social brasileira. O cenário local demonstra que a emancipação feminina ainda é uma condição não concretizada totalmente na realidade social do município, evidenciando a necessidade de modificar as estruturas, ações e mentalidades sociais – incluindo aí a mentalidade das próprias mulheres – no sentido de evidenciar a luta desigual desenvolvida por parte das mulheres no município. A mudança nas estruturas e formas de concepção da mulher na política é importante para que se possa permitir uma participação mais efetiva e comprometida com uma política de ideias, que atenda verdadeiramente aos anseios da população em

geral e mais especificamente da população feminina, possibilitando, deste modo, um avanço no sentido de combater e suplantar o pensamento conservador e sexista tão marcante na sociedade local. Comportamento esse muitas vezes reproduzido pelas próprias mulheres que estão presentes na política de Campos dos Goytavazes.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. “Michel Foucault e a teoria do poder”. **Tempo Social**, São Paulo, n 7, v 1-2, outubro de 1995, p. 105-110.

ALTOÉ, André Pizetta. A TFP em Campos dos Goytacazes: participação feminina e a luta pela unidade. In: SILVA, Marinete dos Santos (Org.). **Gênero, poder e tradição na terra do coronel e do lobisomem**. Rio de Janeiro: Quartet/FAPERJ, 2009, p. 19-56.

ARAÚJO, Clara. “Construindo novas estratégias, buscando novos espaços políticos – as mulheres e as demandas por presença”. In: MURARO, Rose Marie; PUPPIN, Andrea Brandão (Orgs.). **Mulher, gênero e sociedade**. Rio de Janeiro: FAPERJ/Relume Dumará, 2001.

ARAÚJO, Fátima; ALVES, E. M.; CRUZ, M. P. “Algumas reflexões em torno dos conceitos de campo e de habitus na obra de Pierre Bourdieu”. **Revista Perspectivas da Ciência e Tecnologia**, v 1, n 1, jan/jun 2009, p. 31-40.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 10ª edição, 2000.

AVELAR, Lúcia. **Mulheres na elite política brasileira: canais de acesso ao poder**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer Stiftung, série Pesquisas, n 6, 1996.

BADINTER, Elisabeth. (Org.). **Palavras de homem (1790-1793): Condorcet, Prudhomme, Guyomar**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

_____. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BEGER, Peter; LUCKMAN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 1999.

BELOTTI, Elena Gianini. **Educar para a submissão: o descondicionamento da mulher**. Petrópolis: Vozes, 6ª edição, 1987.

BERRIOT-SALVATORE, Evelyne. El discurso de La medicina y de La ciencia. In: FARGE, Arlette; DAVIS, Natalie Zemon. (Orgs.). **Historia de las Mujeres: Tomo 6: Del Renacimiento a la Edad Moderna: discursos y disidencias**. Madrid: Taurus Ediciones, 1993, p. 109-151.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

_____. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 8ª Ed., 2007.

_____. “Capítulo V: Violência simbólica e lutas políticas”. In: _____. **Meditações Pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p. 199-233.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BRITO, Maria Noemi Castilhos. Gênero e cidadania: referenciais analíticos. **Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, ano 9, n 3, 2º semestre 2001.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CALEIRO, Regina Célia Lima. O positivismo e o papel das mulheres na ordem republicana. **Unimontes Científica**. Montes Claros, v.4, n.2, jul./dez. 2002.

COMTE, Augusto. **Catecismo positivista**. São Paulo: Abril Cultural, vol. 33, 1973. (Coleção Os Pensadores).

CORRÊA, Mariza. "Bourdieu e o sexo da dominação". **Revista Novos Estudos**, CEBRAP, n. 54, p. 43-53, jul. 1999.

DURKHEIM, Emile. Capítulo III: consequências práticas. In: _____. **O suicídio: estudo de sociologia**. São Paulo: Martins Fontes, 2000. (Coleção Tópicos).

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

_____. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2002.

_____. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

FRASER, Nancy. “Reconhecimento sem Ética?”. **Lua Nova**, São Paulo, nº 70, 2007, p. 101-138.

GAROTINHO, Rosinha. **Que mulher é essa?**. Rio de Janeiro: Agência Soma, 2004.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. Porto Alegre: Artmed, 4ª edição, 2005.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 11ª Ed., 1996.

HOBBS, Thomas. Capítulo IX: Do direito dos pais sobre seus filhos e do governo hereditário. In: _____. **Do cidadão**. São Paulo: Martins Fontes, 2006, p. 79-84.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. “Introdução: A invenção das tradições”. In: _____. **A invenção das tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 4ª Edição, 2006.

KNIBIEHLER, Yvone. Cuerpos y corazones. In: FRAISSE, Genevière; PERROT, Michelle et al. (Orgs.). **Historia de las Mujeres: Tomo 8: El siglo XIX”Actividades y reivindicaciones**. Madrid: Taurus Ediciones, 1993, p. 12-61.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. **O homem e o brejo**. Campos dos Goytacazes: Lidador, 1974.

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã: 1 capítulo**. Lisboa: Edições Levante, 1981.

MATOS, Marlise. Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um *campo novo* para as ciências. **Revista Estudos Feministas**, v. 16, n 2, Florianópolis, Mai/Ago. 2008, p. 333-357.

MEDRADO, Benedito; LYRA, Jorge. “Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades”, **Revista Estudos Feministas**, vol 16, n 3, Florianópolis, set./dez. 2008.

MICELI, Sérgio (Org.). **Pierre Bourdieu: A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 5ª Ed., 1999.

MIGUEL, Luís Felipe. Política de interesses, política do desvelo: representação e “singularidade feminina”. **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, ano 9, n 1, 2º semestre 2001.

MISKOLCI, Richard. “A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização”. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 11, n 21, jan/jun 2009, p. 150-182.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa. Currículo, diferença cultural e diálogo. **Educação e sociedade**, ano 23, n 79, agosto 2002, p. 16-38.

NOBLAT, Ricardo. A 1ª República do Salto Alto, **Jornal O Globo**, 13 de junho de 2011, p. 2. Também disponível em: <http://oglobo.globo.com/pais/noblat/posts/2011/06/13/a-1-republica-do-salto-alto-386042.asp>. Acesso em 19 de agosto de 2011.

NUNES, Augusto. Oremos. Coluna Direto ao Ponto. **Revista Veja Online**. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/augusto-nunes/direto-ao-ponto/oremos>. Acesso em: 23 de maio de 2011.

ORTIZ, Renato (Org.). **A sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo: Olho D' água, 2003.

PERROT, Michele. **Mulheres públicas**. São Paulo: UNESP, 1998.

_____. As mulheres, o poder, a história. In: _____. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 167-184.

PINHEIRO, Luana Simões. **Vozes femininas na política: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-constituente**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2007.

PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. Mulheres: Igualdade e especificidade. In: _____. **História da Cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003.

PHILLIPS, Anne. “De uma política de ideias a uma política de presença?”. **Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, ano 9, n 3, 2º semestre 2001, pp. 268-290.

RAMOS, Flávio; JANUÁRIO, Sérgio. Reflexividade e constituição do mundo social: Giddens e Bourdieu (breves interpretações), **Ciências Sociais Unisinos**, n 43, v 3, set/dez 2007, p. 259-266.

RANKE-HEINEMANN, Uta. **Eunucos pelo reino de Deus: mulheres, sexualidade e a igreja católica**. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1996.

RODRIGUES, Alan; PARDELLAS, Sérgio. “O casal mais poderoso da República”, **Revista IstoÉ**, Edição número 217 de 10 de junho de 2011. Disponível em: http://www.istoe.com.br/reportagens/141526_O+CASAL+MAIS+PODEROSO+DA+REPUBLICA. Acesso em 15 de junho de 2011.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **Emílio ou da educação**. São Paulo: Martins Fontes, 4ª edição, 2004.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 2000.

SANTOS, Janine Mello dos. **Gênero, representação e instituições**. Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Ciência Política da UnB. Brasília: Universidade de Brasília, 2007.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e realidade**, [s/l], n 20, vol 2, jul/dez 1995, p. 71-99.

SILVA, Marinete dos Santos. “Gênero, cidadania e participação política: as aventuras de uma ‘cocote’ no movimento abolicionista”. [s/l], **Caderno Espaço Feminino**, v. 21, n. 1, jan/jul 2009.

SOUZA, Renato Barreto de. **Clientelismo e voto em Campos dos Goytacazes**. Dissertação de Mestrado em Políticas Sociais. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Campos dos Goytacazes, 2004.

VASCONCELOS, Vânia Nara Pereira. “Visões sobre as mulheres na sociedade ocidental”, **Revista Ártemis**, Paraíba, n 3, dez 2005. Disponível em: http://www.prodema.ufpb.br/revistaartemis/numero3/arquivos/artigos/artigo_11.pdf. Acesso em 29 jul 2011.

VITA, Álvaro de. “Liberalismo igualitário e multiculturalismo: sobre Brian Barry, Culture and Equality”. **Lua Nova**, São Paulo, n 55-56, 2002.

YOUNG, Iris Marion. Representação política, identidade e minorias. **Lua Nova**, São Paulo, n. 67, 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452006000200006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 13 dez. 2010.

Apêndice 1 – Roteiro de entrevistas

- 1- Quando teve a ideia de entrar na política?
- 2- A senhora teve alguma dificuldade para entrar no mundo da política? Se sim, quais?
- 3- Alguém lhe apoiou ou se posicionou contra a sua entrada na política? Se sim, quais as pessoas que a senhora considera mais importantes no apoio ou na falta dele?
- 4- A senhora contou com o apoio de sua família?
- 5- Como ficou os afazeres domésticos (cuidado da casa, filhos, marido, etc) depois de sua entrada na política? Alguma outra pessoa se encarrega de fazê-los? Quem?
- 6- Sua vida familiar sofreu alguma mudança depois de ter entrado no campo político?
- 7- A senhora acredita que política é um lugar só para homens?
- 8- Em sua opinião a mulher na política traz alguma diferença? Se sim, quais?
- 9- A senhora acredita que o modo de fazer política das mulheres é diferente da dos homens? Por quê?
- 10- A que fatores a senhora atribui a baixa representação feminina na política local? O que acha que poderia ser feito para mudar isso?
- 11- A senhora já sofreu discriminação por parte de seus colegas políticos por ser mulher? Como eles a tratam?
- 12- Qual a sua opinião sobre políticas voltadas para a contracepção feminina?
- 13- A senhora acredita que a maternidade e o casamento dificultam a participação política para as mulheres?
- 14- O aborto entrou nas discussões eleitorais da última campanha presidencial. Qual seu posicionamento enquanto mulher que se dedica à política?
- 15- Outro tema discutido no debate eleitoral foi a união civil entre pessoas do mesmo sexo. Qual sua opinião a respeito?